

<b>FICHA DE META DADOS – CEDIM 2019/2</b>	
<b>Nome da Pasta</b>	CNBB_102.9
<b>Autor/Instituição</b>	Institut für Brasilienkunde (Bibliothek)
<b>Número de Documentos</b>	1
<b>Quantidade e tipo de documentação</b>	1 caderno que contém páginas sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil. Total de páginas: 113.
<b>Dia/ Mês/Ano</b>	1988
<b>Formato</b>	Ofício
<b>Resumo</b>	Produzido pelo Institut für Brasilienkunde estes cadernos reúnem matérias veiculadas na imprensa brasileira e alemã, no ano de 1988, sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil. Este conjunto documental também contempla declarações da CNBB sobre as propostas da nova Constituinte.
<b>Palavras-Chave</b>	Conferência; Nacional; Bispos, Brasil; Igreja; Bispado; Catolicismo; Política; Constituinte.
<b>Notas explicativas</b>	-



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR – CAMPUS NOVA IGUAÇU**  
**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM**



**CEDIM – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM**

**Av. Governador Roberto Silveira S/N - CEP: 26020-740 - Centro - Nova Iguaçu-RJ**

Bibliothek

CNBB

1988: Jan

Institut für Brasilienkunde

KI-BR 102.9

Bibliothek

~~Institut für Brasilienkunde~~  
METTINGEN

06.10.10

Bibliothek  
Institut für Brasilienkunde  
METTINGEN

# A Igreja na Constituinte

O padre Virgílio Leite Uchôa, coordenador da Comissão de Acompanhamento da Constituinte, faz uma avaliação do empenho da Igreja e particularmente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil nos trabalhos desenvolvidos pelos deputados e senadores em 1987.

DU  
8-1-88

**Ao final de um ano de trabalho o que fica de positivo da ação da CNBB no acompanhamento da Constituinte?**

Padre Uchôa - Aparece como extremamente positivo o fato de que a Igreja está presente, através da CNBB, e em nenhum momento se omitiu. Temos consciência de que não exercendo um papel de "lobby" mas as tomadas de posição surgem espontaneamente da missão religiosa da qual somos responsáveis. Aliás, o documento pastoral da 24ª Assembléia Geral afirma enfaticamente que, "como membros da sociedade brasileira e de uma instituição que, fundada na mensagem de Jesus Cristo, tem nesta mesma sociedade presença significativa, não podemos deixar de dar nossa contribuição para o grande debate nacional que ora se aprofunda". Temos consciência de que a presença da Igreja tem sido oportuna. Procura alertar quanto aos melhores caminhos para uma sociedade mais justa e fraterna. Particularmente neste momento em que há um grande descrédito a respeito das instituições políticas e governamentais. De positivo destaque também os momentos de profunda articulação social, que não devem ser creditados apenas à Igreja. Há teses que tocam mais de perto aos fiéis e suas convicções éticas. Nem por isso deixou de haver sintonia na Igreja com as graves questões sociais de interesse de todas as camadas, particularmente das mais marginalizadas. Cito como exemplo o direito dos trabalhadores, a reforma agrária, a questão urbana, as minorias e as terras indígenas, promoção da vida e suas condições, educação e família. Todas são questões candentes, polêmicas mas vitais. Mesmo quando a

Igreja propõe ideais a serem atingidos, difíceis às vezes, fica a certeza de que não se pode deixar arrastar pelo realismo oportunista e sem horizonte. A Igreja apareceu aos olhos de muitos intolerantes inoportuna, mostrou-se questões que não as da sacristia. Na verdade se constata que isto acontece quando sua voz profética se coloca ao lado dos mais desprotegidos, face à intransigência de uma elite presa a seus privilégios pessoais e sociais. A compreensão pastoral da Igreja exige definição de sua parte, no sentido de que os direitos pessoais e sociais são fundamentalmente iguais. É o mínimo necessário para o compromisso efetivo com a transformação social e com uma sociedade mais justa e fraterna. Outro momento positivo da presença da Igreja através da nossa Comissão foi na articulação com outras entidades, particularmente o "Plenário Pró Participação Popular na Constituinte", por ocasião da mobilização da população na coleta de assinaturas das emendas populares. E ainda o exercício da informação alternativa, tentando furar o bloqueio da grande imprensa. Ambos esforços foram experiência nova e positiva que permitiram esboçar melhor a compreensão da proximidade entre a Fé e a Política, entre a Fé e a Vida Social.

**Quais são os elementos que nortearam a ação da Comissão de Acompanhamento da Constituinte?**

Padre Uchôa - Desde o início o Documento da 24ª Assembléia Geral da CNBB, aquele documento abre espaço importante à ação de qualquer pessoa de boa vontade. Sem excluir público e as preocupações internas da Igreja, os bispos se colocam

numa atitude de serviço à sociedade brasileira. E isto o fazem a partir de cinco diretrizes:

1 - A Ordem Social, destacando-se a ênfase em direção à uma sociedade participativa, livre e responsável em suas condições de auto-organização que leve à superação de todos os tipos de marginalização. Desta perspectiva derivam os valores e direitos da pessoa humana, não só pelo seu reconhecimento formal mas principalmente promovendo as condições concretas para realizar e reivindicar estes direitos.

2 - A Ordem Política que construa uma sociedade democrática, política e economicamente participativa, tornando cada cidadão brasileiro sujeito do seu próprio desenvolvimento, com atenção especial aos que foram até agora mantidos à margem dos benefícios e que são a grande maioria. Neste ponto merece especial destaque a necessidade de se encontrar mecanismos de controle do Estado pela sociedade, onde "o Estado, sem prejuízo da sua função própria, deve ser definido como instância subordinada ao controle de sociedade, em vista do bem comum".

3 - A Ordem Econômica onde é evidente a preocupação com que o planejamento da economia atenda de fato às necessidades básicas e vitais da população. E mais ainda, planejamento sob o controle efetivo de quem é beneficiário, superando os paternalismos sociais. Em tudo, enfim, tanto na organização da atividade produtiva como na remuneração e distribuição dos frutos do trabalho, se dê primazia ao trabalho sobre o capital.

4 - A Ordem Cultural onde se destaca o direito a todos à educação, à cultura, à informação.

5 - A Ordem Internacional, enfatizando-se "a construção da paz universal e o desenvolvimento de todas as nações, com base na auto-determinação dos povos, na defesa dos direitos humanos, na efetivação da justiça das relações políticas e comerciais".

Além do documento acima referido foi fundamental o voto de confiança da Assembléia Geral à equipe coordenada por Dom Cândido Padim, Bispo de Bauru, São Paulo, cuja parte executiva ampliada, por mim coordenada, sempre trabalhou com o voto de confiança depositado pela Presidência da CNBB, pela Comissão Episcopal de Pastoral e Conselho Permanente da CNBB. É importante lembrar também o frutuoso convívio com os constituintes que em várias ocasiões atenderam nosso convite, formal ou informal, às vezes para juntamente refletirem conosco, em diversos momentos, durante este ano, no decorrer dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Tanto as nossas idas ao Congresso quanto as vindas de parlamentares até nós, intensificaram o diálogo que cremos foi enriquecedor para ambas as partes. Não nos impressionou o fato deste contato ter se estreitado com uma minoria, apesar de que sempre nosso convite foi extensivo a todos indistintamente. Fica-nos a impressão de que as minorias têm um importante papel a desempenhar na medida em que são fiéis às grandes causas populares. E isto na certeza de que a mobilização do povo, consciente de sua dignidade e de seu papel é o único caminho para superar o divórcio profundo ainda hoje existente entre o Estado e a Nação real.



# Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg

WISSENSCHAFTLICH - THEOLOGISCHES SEMINAR

Wissenschaftlich-Theologisches Seminar  
Kisselgasse 1 · D-6900 Heidelberg

Dr. Wolfgang Gern  
Cadeira de História da  
Religião e Missiologia

6900 Heidelberg, Janeiro 20, 1988

Kisselgasse 1

Telefon 06221 / 54 - 3308, -3288/89

Residência: Klängenstr. 1  
6932 Hirschhorn  
Tel. 06272-1707  
R F A

Ass.: Estadia de estudos no Brasil, de 2 de março a 8 de abril 1988

Objetivo: Visitas e diálogos com instituições parceiras, eclesiais e ecumênicas das agências ecumênicas da EKD (Igreja Evangélica da Alemanha)

Queridas irmãs e irmãos, queridas amigas e amigos.

Venho aos vrs. com um pedido: No contexto do meu trabalho teológico-ecumênico, gostaria de visitar de 2 de março a 8 de abril 1988, instituições, Igrejas e grupos parceiros da EKD.

Por sugestão do Dr. Jürgen Stahn de Pão para o mundo, Stuttgart, gostaria de visitar também aos vrs. por alguns dias. Gostaria, se possível, colher impulsos sobre o trabalho da instituição representada pelo sr./pela sra., através de diálogo, me inteirar da prática dos vrs. e dos temas e problemas com os quais os vrs. se ocupam no momento. Através desta, gostaria de indagar cordialmente se os vrs. estão de acordo com a minha proposta. No que tange às datas da minha visita, envio em anexo um plano de viagem. Por favor comuniquem-me se as datas que proponho são adequadas para os vrs.

No que tange aos objetivos de minha viagem, gostaria de fazer ainda algumas considerações:

## 1. Sobre o motivo da minha viagem

No momento estou trabalhando, no contexto de uma pesquisa sobre a questão da ética social ecumênica, com duas perguntas interdependentes:

- O que o Conselho Mundial de Igrejas disse e fez desde 1968 (Upsala) sobre a justiça social e libertação dos pobres?
- Até que ponto e como a Igreja Evangélica da Alemanha no seu serviço de desenvolvimento incorporou e fomentou os impulsos ecumênicos do Conselho Mundial de Igrejas? O apoio a projetos do serviço de des-

envolvimento da EKD sofreu alguma alteração neste sentido? Foram feitas experiências novas no que tange ao repartir ecumênico a par destas mudanças?

Para responder a estas questões é necessário conhecer as experiências práticas de projetos apoiados pelo serviço de desenvolvimento da EKD. Por isso gostaria de considerar também algumas experiências de projetos apoiados no Brasil.

## 2. Sobre os objetivos da visita e dos diálogos.

Desejo visitar instituições e projetos ecumênicos no Brasil que contribuam:

- a) para a transformação das condições sócio-econômicas dos empobrecidos
- b) para conscientização, análise política e econômica,
- c) para a organização autônoma das pessoas e grupos populares marginalizados, respectivamente para uma Igreja dos pobres.

Sei que para tal, o tempo de cinco semanas é bastante curto. Por isso penso que seria proveitoso se eu pudesse dialogar com os srs. sobre seguintes questões:

1. Qual a função da formação teórica e da análise social no vosso trabalho?
2. É possível verificar na forma de trabalho e de convivência uma antecipação de um modelo social mais amplo?
3. Qual a função da ligação do vosso trabalho com a Igreja institucional Evangélica ou Católica?
4. Qual o peso do contato do vosso trabalho com as agências ecumênicas da Igreja Evangélica da Alemanha (p.ex. Pão para o Mundo)?

## 3. Preparação da estadia.

O Dr. Jürgen Stahn, Secretário para América Latina de Pão para o Mundo em Stuttgart, ajudou-me de modo louvável, sugerindo instituições e lugares a serem visitados. Outros diálogos com pessoas e instituições ainda irão ajudar-me na preparação, como é o caso do Instituto de Brasilologia em Mettingen (Pa. Otmar Gogolok O.F.M., 4532 Mettingen, RFA). Por todo o apoio e estímulo também de vossa parte sou muito grato. Também por correções, críticas e modificações.

## 4. Questões técnicas.

- a) Ficaria muito grato se houvesse a possibilidade de reservarem hospedagem num hotel simples durante minha estadia. Nos lugares em que visitarei mais de um projeto, pediria que a instituição mencionada em primeiro lugar no plano anexo, providenciasse a hospedagem.

b) Por causa do tempo limitado e das grandes distâncias estarei me locomovendo de avião. Ainda assim espero não ver apenas as metrópoles e o mundo de cima, mas, medida das possibilidades de vocês, gostaria de conhecer os trabalhos e as comunidades das periferias e o interior rural, onde acontecem os respectivos trabalhos. Para tal, estou disposto a assumir as viagens necessárias e as respectivas despesas.

c) Caso houver interesse, me disponho a compartilhar minhas experiências no trabalho ecumênico. Neste caso seria desejável se me comunicassem com antecedência. Naturalmente tenho interesse em participar de celebrações, principalmente considerando que estarei aí durante a época da Paixão e da Páscoa.

d) Um obstáculo importante para minha viagem não devo omitir: falo inglês, mas não português. No Rio, São Paulo e Porto Alegre conto com a ajuda de estudantes e amigos que aí estudam ou trabalham. No mais, dependendo da boa vontade dos srs. pelo que peço compreensão.

## 5. Sobre minha pessoa.

Nasci em Berlin em 1951. Em Berlin e Heidelberg estudei teologia. Em 1978 estive estudando, como bolsista do Conselho Mundial de Igrejas, no sul da Índia. Minha primeira experiência ecumênica tive como delegado jovem no Sínodo da EKD de 1971 a 1977, principalmente em 1973/74, quando pude participar por um ano em programas coletivos para refugiados da guerra em Laos e Kambodscha. Por ocasião de estudos ecumênicos, também estive no Leste Asiático, América do Norte e Cuba. Desde 1979, trabalho na Faculdade de Teologia em Heidelberg, onde também fiz doutorado com um trabalho na área da Teologia Prática. Nos últimos anos organizei seminários e atividades acadêmicas na área da ética social ecumênica, teologias no "Terceiro Mundo" e missiologia (entre outros com os Profs. Sundermeier, Gensichen e Duchrow).

Espero ter comunicado de forma compreensível minha proposta. Me alegro com a manifestação dos srs. Para tal, vai ainda meu endereço: Wolfgang Gern, Klingenstr. 1, D-6932 Hirschhorn, RFA.

Desde já, muito obrigado pela ajuda. Com votos de bom êxito no trabalho e na expectativa de conhecê-los pessoalmente,



Anexo: Plano de viagem



# Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg

WISSENSCHAFTLICH - THEOLOGISCHES SEMINAR

Wissenschaftlich-Theologisches Seminar  
Kisselgasse 1 · D-6900 Heidelberg

Dr. Wolfgang Gern

6900 Heidelberg, Janeiro 20, 1988

Kisselgasse 1

Telefon 06221 / 54 - 3308, -3288/89

Residencia: Klingenstr. 1

6932 Hirschhorn

Tel. 06272-1707

R F A

## PLANO DE VIAGEM AO BRASIL

de 1 de março a 9 de abril 1988

Visitas e diálogos com instituições parceiras, eclesiais e ecumênicas das agências ecumênicas da EKD (Igreja Evangélica da Alemanha)

Terça-feira 1.3. 22:15 h saída Frankfurt(FRA) voo: RG 749

Quarta-feira 2.3. 8:15 h chegada Rio de Janeiro(RIO)  
- Internacional -

Quarta-feira 2.3. até segunda-feira 7.3.: Rio de Janeiro

- Centro Ecumenico de Documentação e Informação (CEDI)  
Rua Cosme Velho, 98 fundos, Cosme Velho  
22241 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil.  
Tel. (021) 205-5197  
(Rev.Dr. Zwinglio Dias; Christine Born)
- Instituto Brasileiro de Analises Sociais e Economicas (IBASE)  
Rua Vicente de Souza 29  
22251 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil.  
Tel. (021) 286-0348  
(Herbert de Souza)
- Federação de Orgãos para Assistênça Social e Educacional (FASE)  
Rua das Palmeiras 90  
22270 - Rio de Janeiro (Botafogo)  
Tel. (021) 286-6797
- Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER)  
Rua Ipiranga 107  
Laranjeiras  
22231 - Rio de Janeiro  
Tel. (021) 245-5188

Segunda-feira 7.3. 9:00 h saída Rio de Janeiro(RIO) voo: RG 610  
- Santos Dumont -

10:05 h chegada São Paulo (SAO)  
- Congonhas -

Segunda-feira 7.3. até sexta-feira 11.3.: São Paulo

- Centro Ecumênico de Serviços a Evangelização Educação Popular (CESEP)  
Rua Martiniano de Carvalho, 114  
01231 - Bela Vista - São Paulo (SP)  
Tel. (011) 289-6660  
(Dr. Julio de Santa Ana)
- Dr. Julio de Santa Ana  
Rua da Consolação 3143  
Apto. 61  
01416 São Paulo, S.P.  
Tel. (011) 4829839
- Prof.Dr. Rubem Alves  
Rua Frei Manoel da Ressurreição 1439  
Guanabara  
13100 Campinas, S.P.
- Fundo Samuel, Igreja Evangélica Reformada  
Caixa Postal 21274  
01000 São Paulo SP  
Rua Gabriele D'Anunzio 952  
(antiga Frei Gaspar)  
Campo Belo CEP 04619  
Tel. (011) 241-6057  
(José Schoenmaker)

Sexta-feira 11.3. 22:00 h saída Sao Paulo (SAO) voo: RG 343  
23:30 h chegada Porto Alegre (POA)

Sexta-feira 11.3. até sexta-feira 18.3.: Porto Alegre / Sao Leopoldo

- Visitas e conversas em instituicoes da  
Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB)  
Rua Senhor dos Passos 202  
Caixa Postal 2876  
90.000 Porto Alegre - RS  
Tel. (0512) 24 50 11  
(Presidente: P. Dr. Gottfried Brakemeier)
- Faculdade de Teologia  
Morro do Espelho  
C.P. 14  
93.000 Sao Leopoldo - RS  
Tel. 92-1763
- Centro Ecumênico de Catequese (CECA)  
C.P. 471  
93.000 Sao Leopoldo - RS  
(Dr. Benno Asseburg)

Sexta-feira 18.3. 7:30 h saída Porto Alegre (POA) voo: RG 121  
9:25 h chegada Curitiba (CWB)  
13:20 h saída Curitiba voo: RG 160  
14:25 h chegada Foz do Iguaçu (IGU)

Sabado 19.3. 6:15 h saída Foz do Iguaçu voo: RG 165  
8:40 h chegada Sao Paulo (SAO)  
9:10 h saída Sao Paulo voo: RG 364  
12:20 h chegada Salvador, Ba. (SSA)

Sabado 19.3. até quinta-feira 24.3.: Salvador, Bahia

- Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE)  
Rua da Graça, 164  
Graça  
C.P. 041  
40.000 - Salvador - Bahia  
Tel. (071) 235-5457  
(Enilson Rocha de Souza, Secr. Executivo)
- Centro de Estudos e Ação Social (CEAS)  
Rua Aristides Novis 101  
40.000 - Salvador - Ba.  
Tel. (071) 247-1232
- Comissao Pastoral da Terra (CPT)  
Praza da Se 1, CNBB  
40.000 Salvador - Ba.  
Tel. (071) 243-5411  
(Pe Freddi, Tereza)

Quinta-feira 24.3. 17:05 h saída Salvador (SSA) voo: SC 300  
23:20 h chegada Belém (BEL)

Quinta-feira 24.3. até quarta-feira 30.3.: Belém

- IECLB - NUCLEO BELEM  
Rua Cezario Alvin 427  
Cidade Velha  
66.000 Belém Para  
Tel. (091) 226-3135  
Coordenadora: Rosa Marga Rothe (IECLB)  
(IECLB - Belém do Para: Rua Visconde de Inhauma 1557  
66.240 Belém do Para  
Bairro Pedreira  
Tel. (091) 226-3135)

Quarta-feira 30.3. 6:45 h saída Belém (BEL) voo: SC 230  
8:40 h chegada Manaus (MAO)  
9:30 h saída Manaus voo: SC 485  
11:20 h chegada Rio Branco (RBR)

Quarta-feira 30.3. até quinta-feira 7.4.: Rio Branco e regioao

- Conselho Indigenista Missionário (CIMI)  
Regional Amazonia - Ocidental  
C.P. 473  
69.900 Rio Branco, Acre  
(Coordinador Regional: Anselmo Forneck)  
Tel. (068) 224-4555
- Paróquia Evangélica de Confissão Luterana  
Rua Rio de Janeiro s/n.  
C.P. 31  
69.900 Rio Branco  
Tel. (068) 224-5056

Quinta-feira 7.4. 11:50 h saída Rio Branco (RBR) voo: SC 485  
 21:15 h che. Rio de Janeiro (RIO)

Sexta-feira 8.4. 18:45 h saída Rio de Janeiro voo: LH 509

Sabado 9.4. 11:00 h chegada Frankfurt (FRA)

## D. Ivo apela em nome da Igreja contra tabagismo

27/11/84  
 Da Sucursal de Porto Alegre

O presidente regional da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no Rio Grande do Sul, d. Ivo Lorscheiter, 60, fez ontem, em nome da Igreja, um apelo ao fim do vício do tabagismo.

Dirigindo-se às autoridades, fumantes, plantadores de fumo, produtores e vendedores de cigarros, d. Ivo afirmou que "quem pensa no quinto mandamento de Deus, que nos obriga a proteger e promover a nossa vida e a vida dos outros, não pode permanecer omissos nessa nova conscientização e ação contra o fumo".

### 3º país do mundo

Com base em estatísticas "confiáveis", o ex-presidente nacional da CNBB disse que o Brasil é o terceiro país no mundo em número de fumantes, só perdendo para a Polônia e a Grécia.

### Saúde pública

"No Brasil, quase metade da população masculina adulta e um terço da população feminina adulta são fumantes", afirmou.

O bispo acrescentou, citando dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), que "o tabagismo é o maior problema de saúde pública".

## CNBB anuncia o tema que será debatido na sua Assembléia Geral

BRASÍLIA - A próxima Assembléia Geral da CNBB, de 13 a 23 de abril de 1988, em Itaici, terá como tema central "Igreja, comunhão e Missão". É um tema rico e atual, escolhido pelo Conselho Permanente no final de novembro último. Primeiro, esse tema fará a síntese de toda a reflexão sobre a Igreja, Comunidade Participante, com toda a riqueza de aprofundamento do último Sínodo dos Bispos, em outubro passado, que mostrou como os cristãos batizados são chamados a assumir igualmente essa Igreja Comunhão.

Depois, será analisada a Missão da Igreja, o papel da evangelização em quatro campos diferentes, que foram destacados pelo Conselho Permanente: 1. Igreja e Cultura, desde a cultura popular até a cultura do Ano Dois Mil, nos valores que estão surgindo com os Meios de Comunicação Social, Informática dentro da maneira nova de o homem viver; 2. Igreja e

Política; 3. Igreja e Mundo do Trabalho; 4. Igreja e Anúncio do Evangelho aos Povos que ainda são cristãos.

Uma comissão de cinco bispos (dom Marcelo Carvalheira, dom Paulo Ponte, dom Valfredo Tepe, dom Vicente Zico e dom Cláudio Hummes) já foi nomeada para preparar um "texto de estudo", que será enviado a todos os Bispos uma ou duas vezes para suas emendas e sugestões, até que se chegue na Assembléia Geral com um "Documento de Trabalho"; nos dez dias de reunião em Itaici, esse texto é debatido e votado, para ser publicado ou não, conforme a finalidade do texto e a decisão dos Bispos. Os assuntos são muito interessantes e necessários para definir o papel da Igreja na Assembléia Constituinte, nas Comunidades Eclesiais de Base, na Pastoral da Terra, Pastoral Indigenista, Pastoral Operária, Política Partidária, Tele-mática e Ano Dois Mil.

# CNBB critica governo e Constituinte

Da Sucursal de Brasília

A presidência da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) divulgou ontem uma nota dirigida às suas 244 dioceses criticando duramente a atuação do governo e os rumos que vêm sendo tomados pelo Congresso constituinte. Intitulado "Urgência de Grandes Decisões", o documento diz existir um sentimento de "frustração nacional" com o processo de transição democrática e com a nova Constituição, critica a corrupção dentro do governo e alerta para o fato de que a "insatisfação popular poderá explodir", trazendo "consequências catastróficas" para o país. A nota saúda, porém, a adoção do princípio da democracia participativa no primeiro artigo da nova Constituição, votado na última semana.

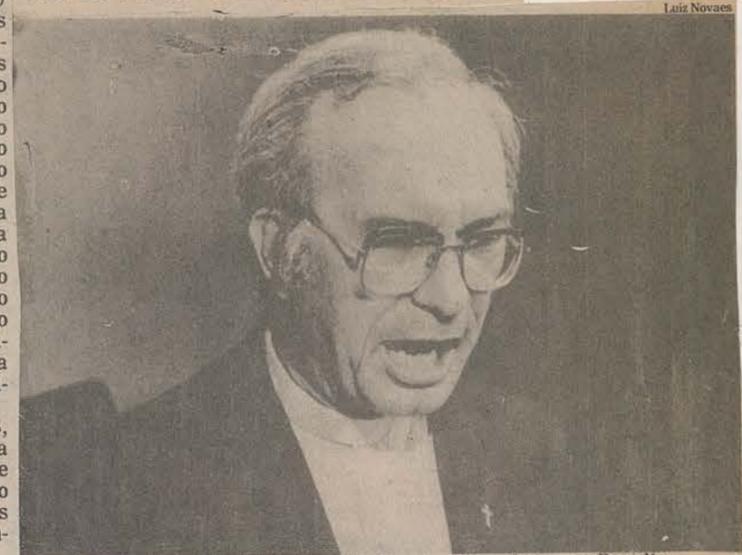
Segundo o presidente da CNBB, dom Luciano Mendes, a nota apela "aos constituintes para que votem de acordo com os anseios do povo e do bem comum, deixando de lado os interesses particulares e as questões".

O documento inicia com uma avaliação da situação do país: a "frustração nacional" diante da incapacidade do governo em resolver

os problemas econômicos, o aumento da inflação, do desemprego e da especulação financeira, a queda dos investimentos produtivos e dos salários reais e a ameaça de recessão. A corrupção, para o secretário-geral da CNBB, dom Celso Queiroz, "está

superando os tempos áureos do regime ditatorial", sem que seja tomada uma atitude efetiva para restabelecer a credibilidade dos negócios. "A sociedade não acredita mais na dignidade", afirma dom Celso. Na avaliação da CNBB, a frustração coletiva ainda não atingiu o seu ponto máximo, mas não poderá comprimir indefinidamente os anseios populares, sem se correr o risco de uma convulsão social.

A nota critica os "lobbies poderosos", que estariam tentando fazer prevalecer seus interesses sobre os do país. E denuncia o clima em que "a compra de votos e a ameaça de perda de cargos e de mordomias servem a um fisiologismo político que perdeu o decoro e deve ser repudiado".



D. Luciano Mendes de Almeida dá entrevista coletiva em Brasília

Mesmo sem citar especificamente o Centrão, a nota critica as mudanças efetuadas no regimento interno do Congresso constituinte, que poderão não só "retardar intoleravelmente" a promulgação da nova carta, mas também eliminar os "avanços importantes", conseguidos através do entendimento entre as "forças políticas sensíveis às aspirações das verdadeiras maiorias nacionais" e da participação popular.

A CNBB não se pronuncia claramente nem pela redução do mandato de Sarney, nem pela realização de eleições gerais ou mesmo em relação ao sistema de governo. Deixa claro, porém, que a duração do mandato e as eleições devem levar em conta "os anseios do povo que marquem o fim de uma transição e a legítima inauguração de uma nova etapa da vida nacional". Quanto ao sistema de governo, prega "soluções menos frágeis e menos permeáveis às crises que ameaçam a normalidade das instituições democráticas".

## 'A situação social se deteriora em ritmo acelerado'

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
Nota da Presidência sobre o momento nacional  
(30/01/1968)

Urgência de grandes decisões

Estamos nos aproximando do prazo fatal para a definição dos destinos da nação.

Tudo depende das decisões que devem ser tomadas agora, no grave momento que atravessamos, porque amanhã será tarde demais. Não há mais tempo para ilusões. É preciso enfrentar a realidade.

Convivendo com o povo, em todos os seus estratos e segmentos, a Igreja tem uma visão desta realidade que nos leva, por dever pastoral, a alertar toda a sociedade sobre a seriedade da crise que nos envolve.

A situação social vem se deteriorando em ritmo acelerado, empurrando para uma crescente marginalização a grande maioria humilhada do povo.

O sentimento nacional é de frustração. Foram frustradas as esperanças que nasceram com o fim do ciclo militar, com a inauguração da transição democrática e com os planos de superação não inflacionária da recessão e do desemprego. A inflação não foi reduzida e ameaça escapar do controle. Cairam os investimentos produtivos e aumentou a especulação financeira. O desemprego não diminuiu e os salários reais se aviltaram. As categorias profissionais mais organizadas tentam defender-se, conseguindo vantagens que são logo repassadas às tarifas e aos preços, recaindo sobre o povo indefeso.

O senso moral e a consciência da responsabilidade cívica estão alarmantemente desgastados. A corrupção continua impune e protegida por uma tolerância que chega às raias da conivência. Como essa deterioração vem do alto, ela permeia toda a sociedade. Na falta de um gesto realmente significativo que demonstre ao povo não haver pacto possível com a corrupção, cai-se num immobilismo, com a degradação do senso de dignidade nacional e da capacidade de indignação ética.

E da frustração coleiva que se alimenta a cólera do povo. E não nos iludamos, a insatisfação popular poderá explodir e assumir proporções convulsivas de consequências catastróficas.

Não julgamos das intenções dos responsáveis pelo destino da nação. Não subestimamos o peso das dificuldades que eles enfrentam. Externamente, credores exigem o pagamento de dívidas unilateralmente majoradas. Internamente, pressões dos gran-

des interesses econômicos, clientelísticos e corporativos bloqueiam as políticas de combate à recessão, à inflação, bem como impedem a superação da dívida interna e da enorme dívida social.

A gravidade da situação torna intolerável a distância entre a retórica e os fatos. O povo se sente traído. Estamos correndo o gravíssimo risco de fazer abortar as imensas esperanças depositadas na transição democrática. A sociedade, —insuficiente e mesmo, por vezes, tendenciosamente informada— tem a impressão de que se faz a Constituição de costas para ela e receia que tenham sido inúteis seus esforços de apresentação de sugestões, de participação em audiências nas subcomissões, de assinaturas e defesa de emendas populares.

De fato, lobbies poderosos tentam fazer prevalecer seus interesses sobre os interesses do país. Criou-se um clima em que a compra de votos e a ameaça da perda de cargos e de mordomias servem a um fisiologismo político que perdeu o decoro e deve ser repudiado por todas as formas e com a maior veemência. Urge, portanto, apoiar toda medida sincera e eficaz que possa recuperar credibilidades fortemente desgastadas.

Contra a desesperança, entretanto, ainda é preciso e possível esperar. Existem reservas morais intactas num povo majoritariamente cristão, cuja Constituição já está colocada sob a proteção de Deus. Entretanto, sem a recuperação de padrões morais e éticos, nenhum plano, nenhuma política, nenhuma Constituição terá forças para garantir ao Brasil o destino que ele merece.

Temos que saudar, com alegria, a adoção do princípio de participação popular na ordenação da vida política do país e das instituições nacionais, no primeiro artigo da nova Constituição votado pelo Plenário da Assembleia Nacional Constituinte, atendendo as aspirações expressas nas emendas populares. Resta, ainda, assegurar a incorporação dos instrumentos que viabilizem essa participação, tal como estavam contidos no projeto aprovado pela Comissão de Sistematização, permitindo ao povo participar diretamente das decisões que repondem aos seus anseios e promovem seus legítimos direitos.

Foi sob a alegação de um princípio majoritário que recentemente se fizeram mudanças regimentais. Essas mudanças podem, no entanto, retardar intoleravelmente a promulgação da Carta Magna e fazer desaparecer avanços importantes, fruto de um amplo e maduro entendimento entre as forças políticas mais sensíveis às aspirações das verdadeiras maiorias nacionais e de um inédito e fecundo

processo de participação da sociedade na elaboração constitucional. É preciso que este esforço de entendimento se mantenha à altura do momento constituinte, sem confundir-se com conchavos que resultariam em inaceitável retrocesso. Os capítulos da nova Constituição —dos Direitos Individuais à Ordem Econômica e Social e até as Disposições Transitórias— não podem ser o resultado de barganhas imediatistas e conjunturais, mas devem levar em conta o clamor do povo por reformas e mudanças profundas. Só assim a Constituição traduzirá um pacto da nação com seu futuro.

A questão do sistema de governo deve ser tratada com a maior responsabilidade, buscando soluções menos frágeis e menos permeáveis às crises que ameaçam a normalidade de nossas instituições democráticas. A duração do mandato presidencial e a fixação de datas para as próximas eleições, não podem ser tratadas sem levar em conta os anseios do povo por decisões que marquem o fim de uma transição e a legítima inauguração de uma nova etapa da vida nacional.

A Presidência da CNBB apela para a responsabilidade de todos os cristãos na hora que estamos vivendo e sugere que as Dioceses do Brasil divulguem amplamente o presente texto, para que os eleitores conscientes tenham ainda tempo de fazer valer suas justas aspirações junto aos Constituintes que os representam.

Que Deus proteja o Brasil  
Brasília, 30 de janeiro de 1968.

A voz da CNBB 112/88 F

Rio de Janeiro

Sob o título "Urgência de Grandes Decisões", deu a público a CNBB um documento político, de caráter geral, mas fundado na rápida deterioração política, econômica e social do país e voltado para a necessidade de imediatas medidas que impeçam que "a cólera do povo" venha a "explodir e assumir proporções convulsivas de consequências catastróficas". Em si mesmo, o acontecimento é significativo. Seguindo-se à recente decisão da OAB de participar ativamente da campanha pró-mandato quadrienal, para Sarney Costa, será mais uma indicação de que os órgãos não partidários da sociedade começam a tomar consciência de que o malogro das lideranças partidárias conclama-os a reassumir papel semelhante ao que desempenharam na luta pela democratização do país, durante o período militar, infelizmente reduzida a vacilante liberalização do regime autoritário.

Além do mérito de presença, o documento dos bispos tem outras qualidades a assinalar, como quando, por exemplo, denuncia pressões de lobbies nacionais, internacionais e de interesses corporativistas que bloqueiam quaisquer políticas de combate à recessão e à inflação. A preocupação de falar por elipses, quando a própria gravidade da crise por ela apontada exige linguagem firme e sem subterfúgios, reduz, porém, inapelavelmente a força da manifestação. Ninguém deseja —e menos, ainda, este colunista— que a hierarquia católica

assuma o tom de facção engajada o que, no mínimo, lhe retiraria a força moral que voltou a adquirir depois de anos em que se confundiu com forças retrógradas e represoras. Todavia, é tempo não apenas de agir com clareza mas, também, de falar claro.

Por que o relambório sobre que "a duração do mandato presidencial e a fixação de datas para as próximas eleições não podem ser tratadas sem levar em conta os anseios do povo por decisões que marquem o fim de uma transição e a legítima inauguração de uma nova etapa da vida nacional", em vez de dizer diretamente se é por mandato de quatro ou de cinco anos? Por que, também, a exemplo do que fez ao referir-se à consulta popular direta para certas questões, manteve-se a CNBB enigmática sobre o que considera "avanços importantes" sob ameaça de maiorias parlamentares, não significativas "das verdadeiras maiorias nacionais"? E, por que, ainda, passar à distância dos dois centros políticos da crise que são a Presidência e a própria Constituinte?

Uma das marcas da linguagem partidária, entre nós, tem sido o estilo e o tom indefinidos, adaptáveis a quaisquer situações. A autoridade de órgãos como a CNBB recomenda que fujam a essa norma.

Newton Rodrigues

## CNBB e chefe do SNI

Da Sucursal de Brasília

312188  
FP

A lista preparada no Ministério do Planejamento incluiu como beneficiária de verbas uma das entidades mais agressivas em relação ao governo: a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) — que, no dia 9 de junho do ano passado, obteve Cz\$ 25 milhões para atendimento de crianças carentes. A lista é vasta, vai da CNBB, passando por governadores, prefeitos, entidades assistenciais, até chegar a Mora Guimarães, mulher do presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães. Aparece também o nome do chefe do SNI, Ivan Mendes, além do Conselho de Segurança Nacional. A sigla "PR" refere-se às centenas de pedidos atribuídos ex-

clusivamente à Presidência da República.

### Risoleta Neves

O Conselho de Segurança Nacional pediu, por exemplo, pelas obras sociais de Irmã Dulce, em Salvador — ela ganhou Cz\$ 30 milhões. Mora Guimarães obteve Cz\$ 1 milhão para obras no Instituto Dom Orione, que presta assistência a pessoas carentes em Brasília. Risoleta Neves, viúva do presidente Tancredo Neves, foi atendida em dois pedidos: verbas para o Serviço Assistencial Quita Guimarães Tolentino e para a Associação dos Moradores do Bairro São José, em Minas Gerais.

O ministro-chefe do SNI, Ivan Mendes, é apresentado com responsável pela liberação de Cz\$ 1 milhão para a Sociedade Brasileira de

## estão entre beneficiários

Cultura (Convívio) em São Paulo, em 11 de março do ano passado.

Dois ministros do Tribunal de Contas da União (TCU), órgão que terá de apreciar as contas da Seplan, aparecem como intermediários: Luciano Brandão e Adhemar Ghisi. Luciano Brandão obteve Cz\$ 500 mil para a construção de uma

sede na Fundação Hilton Rocha, em Belo Horizonte.

Adhemar Ghisi, autor do processo sobre a compra dos apartamentos pela Previdência Social, intermediou, em dezembro do ano passado, Cz\$ 1 milhão à Associação dos Municípios da Região Laguna Amarel, em Santa Catarina.

# Dom Luciano reafirma a Sarney preocupação com quadro social

**É sugere uma comissão para investigar os casos de corrupção**

**Brasília** — Durante uma hora e 10 minutos, ontem, o Presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, reafirmou ao presidente Sarney a preocupação da Igreja com a situação social do País e sugeriu a criação de uma comissão para investigar denúncias de corrupção, segundo ele muito freqüentes neste momento. Dom Luciano foi recebido pelo Presidente da República para uma conversa sobre a nota divulgada pela Igreja no último sábado com denúncias de corrupção e de conivência do Governo e sobre a resposta do presidente Sarney pedindo que a CNBB relacione fatos e pessoas envolvidas em corrupção para que o Governo possa aplicar as punições.

## CONTRA A CORRUPÇÃO

Dom Luciano chegou ao Planalto com uma nota que serviu de roteiro para sua conversa com Sarney. A nota foi redigida no avião em que o Presidente da CNBB viajou de São Paulo para Brasília e discutida com alguns assessores da CNBB. O roteiro tem cinco pontos e começa pela reafirmação da necessidade de luta contra a corrupção. Depois, dom Luciano pede urgência na implementação de metas sociais, a necessidade de fortalecer a confiança do povo no processo da Constituinte, reafirma a vontade da Igreja de assumir sua parte da responsabilidade para superar a crise social, política e econômica e explica que a nota da CNBB exclui julgamento das intenções dos responsáveis pelo destino da Nação.

A conversa entre o Bispo e o Presidente da República foi toda ela em torno do roteiro levado por dom Luciano. O presidente Sarney ouviu e fez alguns comentários. O Presidente da CNBB disse que Sarney manifestou a sua disposição de lutar com

todos os meios contra a corrupção. Na carta que enviou ao Presidente da CNBB, o Presidente da República pediu casos concretos de corrupção. Dom Luciano disse que o Governo tem instrumentos para apurar essas denúncias e sugeriu a instituição da comissão para ajudar nas investigações.

## DENÚNCIAS PÚBLICAS

— Algumas dessas denúncias estão nos nossos jornais. Outras já são do conhecimento das autoridades. Essa comissão teria franqueadas portas e dossiês das denúncias que a ela fossem apresentadas. É preciso que o País se reconstrua sobre padrões morais e sobre suas reservas éticas — disse dom Luciano.

O Presidente da CNBB, quando respondeu uma pergunta sobre as atuais relações entre a Igreja e o Governo, disse que essa relação "se define pelo atendimento ao povo e que no momento em que Igreja e Estado se dedicam a cumprir suas missões e coloquem como meta o bem-comum haverá sempre uma grande coincidência de esforços".

— A relação não está abalada. O que está é explicitada a intenção da Igreja. O que nós queremos é ver as metas sociais promovidas conjuntamente, a começar por uma política habitacional. A moradia é ponto principal para o bem-estar do nosso povo. A luta contra a corrupção é indispensável, mas não basta. É preciso promover as metas sociais.

Dom Luciano também explicou ao presidente Sarney que a CNBB quer ver, na Constituinte, o aproveitamento das emendas populares e criticou o "Centrão" a quem acusa de estar impedindo que a Constituinte debata "em toda sua largueza, a renovação da Lei Magna para atender

os anseios populares".

— Nossa conversa foi no sentido de que o "Centrão" não impedisse o andamento do processo democrático em reuniões fechadas deixando o processo exercer a sua missão com toda a amplitude. Ninguém nega o direito de reunião de pessoas com vistas a determinados pontos desde que isso não impeça a elaboração de uma Constituição que atenda os reclamos populares — disse dom Luciano.

No final em entrevista, depois da audiência, dom Luciano disse que as notícias de que a folha de pagamentos do Governo, que há cinco anos comprometia 37 por cento da arrecadação e hoje compromete 60 por cento é um fato que deve ser investigado pelo Governo. Mas reafirmou que não compete à CNBB investigar as denúncias de corrupção, segundo ele, presentes hoje na vida administrativa e governamental em todos os níveis e também na vida privada. "Isso está levando a uma degenerescência da moral" — afirmou.

## MANDATO DE FORA

Sarney e dom Luciano não conversaram sobre a duração do mandato presidencial. O Presidente da CNBB considera isso uma questão aberta dentro da Igreja, reafirma que a decisão da Constituinte deve ser respeitada, mas pede que a emenda popular propondo eleição este ano seja considerada pelos constituintes. Na nota divulgada sábado, a CNBB se refere especificamente à realização de eleições presidenciais em 88.

No começo da noite, o ministro Ronaldo Costa Couto divulgou o comentário do presidente Sarney sobre a audiência com dom Luciano. "Foi uma conversa de amigos. Um encontro amável" — disse o Presidente.

# D. Luciano encontra Sarney

**ALEXANDRE POLESÍ**  
Da Sucursal de Brasília

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, reafirmou ontem ao presidente José Sarney, ponto por ponto, a integralidade da nota que a entidade divulgara no sábado, atacando a corrupção no governo. Mais: cobrou do presidente urgência na implementação das metas sociais do governo, como a política habitacional e a reforma agrária.

Foi uma longa audiência de uma hora e dez minutos, no Palácio do Planalto, sugerida no dia anterior pelo próprio d. Luciano ao ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Depois da conversa, d. Luciano negou um novo confronto entre Igreja e Estado, mas acrescentou: "as relações da Igreja com o governo se definem pelo atendimento ao povo". A audiência começou às 17h35 e terminou às 19h.

Toda a conversa foi em torno de um "comentário" de d. Luciano ao presidente, sobre os pontos da nota da CNBB de sábado. Um novo documento redigido horas antes pelo presidente da CNBB, durante a viagem de avião de São Paulo a Brasília, foi o roteiro do "comentário" no Palácio do Planalto. Dez minutos antes da audiência, d. Luciano reafirmara a seus assessores, numa reunião: "A CNBB (com a nota de sábado) exprimiu um clamor, e agora não pode dizer que este clamor não existe".

## Comissão

Foi a réplica à nota oficial do Palácio do Planalto, de terça-feira, na qual o presidente Sarney defendeu-se das acusações de cumplicidade com a corrupção, afirmando que o próprio Vaticano, como no caso do Banco Ambrosiano, viu-se envolvido em irregularidades admi-

Moreira Mariz



O presidente da CNBB, d. Luciano, depois do encontro com Sarney

nistrativas. Em sua nota, o presidente também pediu à CNBB provas de corrupção.

Em resposta a este pedido, d. Luciano sugeriu ao presidente a

constituição de uma comissão de alto nível formada por lideranças da sociedade para apurar os casos de corrupção denunciados pela imprensa e investigados pela polícia. Antes,

LO

Quinta-feira, 4 de fevereiro de 1988 — POLÍTICA — A - 11

**Igreja**

## e volta a atacar corrupção

## Eis a íntegra do roteiro da conversa

Este é o roteiro preparado pela CNBB para a conversa entre o presidente da entidade, d. Luciano Mendes de Almeida, e o presidente José Sarney:

Brasília, DF, 3 de fevereiro de 1988  
Audiência do presidente da República, dr. José Sarney, ao presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida

1. Sentido da nota da Presidência da CNBB:  
A Nota repete o teor dos documentos precedentes do Conselho Permanente da CNBB e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs - CONIC.

— denúncia, de modo veemente, o lamentável clima de corrupção que vem de longa data;  
— a impunidade que protege a corrupção nos diversos níveis da administração;  
— a deseducação popular como deterioração do senso moral;

— a necessidade de gestos expressivos em todos os níveis do governo para demonstrar a desaprovção deste clima e o compromisso com o bem comum.

Quanto à apuração dos fatos, o governo dispõe de organismos específicos e competentes para investigar, julgar e punir os casos concretos de corrupção que ele mesmo reconhece existir. A impunidade não pode persistir.

Em relação à eventual apuração dos fatos sugere-se a constituição, por iniciativa dos organismos governamentais competentes, de uma comissão de alto nível com representantes da sociedade civil para apuração das denúncias de corrupção e favorecimento administrativo. Esta comissão terá franqueadas portas e dossiês para apuração das denúncias que a ela forem apresentadas.

2. Urgência da implementação das metas sociais, conforme anseios do povo:

— o desapontamento com a Reforma Agrária;  
— a insuficiência da política habitacional, apesar de esforços recentes;  
— a diminuição progressiva das aposentadorias e

ainda na CNBB, d. Luciano havia dito que não caberia à entidade ter uma "função policial" e apontar responsáveis pela corrupção.

Depois da audiência, o presidente da CNBB afirmou que a corrupção existe "em todos os níveis governamentais" e que "há órgãos competentes que poderão levar adiante a sua investigação". Durante a audiência, d. Luciano também manifestou ao presidente seu desejo de que o Centrão, o bloco suprapartidário do Congresso constituinte, "não impeça o processo democrático".

o inevitável acabrunhamento dos que se vêm desprotegidos, após uma vida de trabalho;

— a desproteção das populações indígenas diante do avanço das empresas de mineração, dos garimpeiros e da faixa excessiva de quilômetros requisitada pelo Projeto Calha Norte;

— a desproporção de leitos e hospitais nas grandes cidades para atendimentos cada vez mais numerosos.

3. Necessidade de fortalecer a confiança do povo no processo da Constituinte:

— superação de interesses grupais com perda de visão do bem comum;

— agilização da participação popular e respeito às justas expectativas suficientemente expressas nas emendas assinadas (Instrumentos de Participação Popular, Reforma Agrária, direito dos trabalhadores, direitos das famílias, defensoria do povo etc.);

— é indispensável, quanto antes, superar a visível insatisfação do povo.

4. Afirmação da vontade da Igreja assumir sua parte de responsabilidade para superação da crise econômica, social e política, numa hora em que se requer a colaboração das pessoas e instituições:

— recurso à oração e à conversão;

— recuperação de padrões e éticos;

— revitalização de instrumentos de participação popular;

— formação da consciência cívica como expressão de dever religioso;

— colaboração constante para atitudes de promoção da justiça social, reconciliação de divisões e prossecução da harmonia e da concordia social.

— quanto ao caso do Banco Ambrosiano é preciso ter presente que o banco não é de propriedade da Sé Apostólica e tudo que o Poder Judiciário italiano determinou foi devidamente cumprido através das instâncias competentes do Estado do Vaticano.

5. A Nota da Presidência da CNBB exclui julgamento das intenções dos responsáveis pelo destino da Nação, reconhece o peso das dificuldades internas e externas que enfrentam e renova contra toda desesperança que é preciso e possível esperar. Para tanto, não há de faltar reservas morais no povo, nem a proteção de Deus."

Negou que tenha discutido a duração do mandato do presidente Sarney, durante a audiência, e deu a posição oficial da CNBB à respeito: "a Igreja não se pronuncia em favor de quatro ou cinco anos, aguarda o processo constituinte e insiste para que isso não seja tema principal e sim as metas sociais". Admitiu depois que a CNBB vê com simpatia a emenda popular à Constituinte em favor do mandato de quatro anos.

Segundo d. Luciano, o presidente Sarney mais ouviu do que falou. Ambos discutiram os pontos referen-

tes a programas sociais contidos no "comentário" apresentado ao presidente. D. Luciano foi ao Planalto acompanhado do padre José Ariundo de Nadai, subsecretário geral da CNBB. Eles entregaram ao presidente documentos anteriores da Igreja com posições parecidas às da nota de sábado.

### Repercussão

A troca de notas entre a CNBB e o governo provocou uma espécie de terremoto nas relações já discretas entre as duas partes. A Folha apurou que até a Rádio do Vaticano comunicou-se com a CNBB para saber o teor exato da nota do presidente, especialmente a referência ao escândalo do Banco Ambrosiano.

Algumas dezenas de telegramas, telex e telefonemas de solidariedade foram enviados ontem à sede da entidade, em Brasília. As embaixadas da Suécia e da Espanha pediram à CNBB cópia da nota de sábado. Pelo menos quatro assessores diretos de d. Luciano revezaram-se nos telefones, ontem à tarde, recebendo manifestações de solidariedade.

Esta solidariedade, porém, não foi unânime. O arcebispo de Porto Alegre, d. Cláudio Colling, da ala conservadora da Igreja, achou exagerado o teor da nota da CNBB sobre a corrupção no governo. Já militantes de base da Igreja, ligaram para a CNBB dizendo que tinham condições de apresentar provas e até "dossiês" sobre corrupção em seus Estados.

A nota da CNBB de sábado, não chegou ao governo no mesmo dia porque o protocolo do Palácio do Planalto não funciona nos fins de semana. Um funcionário da CNBB tentou entregá-la na casa do ministro Ronaldo Costa Couto, mas também não conseguiu. A nota só chegou ao Palácio na segunda-feira.

NACIONAL

CNBB já está preparando a próxima assembleia sob o tema

Igreja, Comunhão e Missão.

Uma comissão de cinco bispos está preparando o texto de estudo a ser enviado a todo o episcopado brasileiro sobre o tema "Igreja, Comunhão e Missão", escolhido para a próxima assembleia geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), marcada para os dias 13 a 22

de abril próximos, no convento jesuíta de Vila Kostka, em Itaipó, município de Indaiatuba, 99 Km a noroeste de São Paulo.

O tema foi escolhido pelo Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sobre a Igreja "como comunidade participante" e quatro

subtemas: "Igreja e Cultura: cultura do ano 2.000; valores que estão surgindo com os meios de comunicação social; informática e novas maneiras de vida; Igreja e Mundo do Trabalho e Igreja e anúncio do Evangelho".

### Visita do Papa

Além de debates e comuni-

cados sobre a conjuntura sócio-política do Brasil e sobre o Congresso Constituinte, os bispos deverão refletir sobre a segunda visita do papa João Paulo 2º ao Brasil, prevista para o primeiro semestre de 1989.

Nessa viagem, já acertada entre o Vaticano e a CNBB, o

Papa deverá visitar regiões e Estados onde não esteve na primeira visita em 1980, tais como o Centro-Oeste e o Maranhão. Seus contatos prioritários serão mantidos com agentes pastorais e trabalhadores rurais em áreas de conflitos pelo uso e posse da terra.

# Cavazutti responsabiliza UDR pelo atentado que sofreu

O padre italiano Francisco Cavazutti, 53, que sofreu atentado a bala em agosto do ano passado, em Mossâmedes (GO), disse, dia 18 último, no aeroporto de Guarulhos, depois de regressar de Carpi - Itália, que a União Democrática Ruralista (UDR) "preparou o clima" para a tentativa de assassinato de que foi vítima e que lhe custou a perda total da visão. Cavazutti - que é padre há 28 anos, vinte dos quais trabalhando com Dom Tomás Balduino, na diocese de Goiás Velho - Goiás - viajou para Goiânia, de onde seguiu para a paróquia de Sanclerlândia, onde era vigário. Ele ainda não decidiu se voltará definitivamente para a Itália ou se ficará no Brasil.

Cavazutti atribuiu depois o atentado que sofreu "à toda confusão que existe por causa da propriedade da terra", destacando que alguns grandes possuem tudo e os muitos pequenos não têm nada e precisando possuir alguma coisa para sustentar a família". Disse que "os grandes defendem, com unhas, dentes e armas, aquilo que acham ser direito só deles e os pequenos têm que dar um jeito, de qualquer maneira, para sobreviver, o que desencadeia uma luta que já se tornou sangrenta, com muitos mortos e muitos sofridos, gente desaparecida e uma situação de desespero". Enfatizou que a situação em Goiás "é grave e em pé de guerra no campo".

## Reforma agrária

Sobre a UDR, Cava-

zutti disse que "é uma das maiores incentivadoras da violência do campo" e que "preparou o terreno e o clima favorável" para o atentado que sofreu. Disse, depois, que a "única saída" para essa situação "é a reforma agrária, mas o governo não quer fazê-la". Em sua opinião, "se o governo quisesse fazer esta reforma, teria todo o apoio popular", lembrando que "o Papa João Paulo 2º manifestou pessoalmente, ao presidente José Sarney, seu apoio, à reforma agrária no Brasil e não serão eles que farão leis contra si próprios", disse o missionário.

Perguntado sobre o que mudou em sua vida após o atentado, Cavazutti disse que "a modificação foi grande porque deixou de ver bem para a cegueira total, é uma mudança radical" e que verá agora o que fazer na nova situação de vida. Afirmou que não quer deixar de trabalhar pelos pobres, mas que também não deseja "ser um peso nem para a Igreja do Brasil nem para a Igreja italiana". Disse que, nas próximas semanas, visitará o povo de Mossâmedes e Sanclerlândia, acrescentando que não tem revolta "contra ninguém, nem contra aquele que atirou em mim, porque sei que foi usado por outros, sem saber o que estava fazendo". O pistoleiro Antônio Marcelino - que atirou em Cavazutti - está preso em Goiânia e espera julgamento.

"Minha única revolta - disse Cavazutti - é a mesma de antes do atentado, contra o estado de injustiça".

## O velho Chico de volta à comunidade dos pobres

Ronaldo Coelho  
(especial para a AGEN, de Goiânia)

Depois de quatro meses e meio de seu atentado, o Padre Francisco Cavazutti voltou à Sanclerlândia e Mossâmedes para rever suas comunidades e avaliar o trabalho de sua paróquia durante o período em que ficou na Itália em tratamento. Ao chegar no aeroporto Santa Genevieve em Goiânia, às 17 h. do dia 15, sexta-feira, mais de uma centena de pessoas e do arcebispo de Goiânia, Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, que representou o bispo Dom Tomás Balduino, da diocese de Goiás, que está em viagem. Em clima de forte comoção todos entoavam cânticos em defesa da terra para todos. Dom Antônio o recebeu em nome da Arquidiocese de Goiânia, da diocese de Goiás e do Regional Centro-Oeste da CNBB e de toda a Igreja do Brasil, desejando-lhe boas vindas e afirmando que o atentado ao padre Chico não intimidou, mas sim reforça a luta da Igreja no Brasil em sua opção pelos pobres, pelos humildes.

Após os cumprimentos no aeroporto, o padre Chico seguiu, acompanhado pela caravana, até Sanclerlândia, a 150 Km de Goiânia, onde uma grande multidão, estimada em mais de seis mil pessoas, o aguardava na entrada da cidade. Formando duas imensas correntes humanas, a população o saudava e clamava por justiça e o seu atentado e de tantos outros ocorridos no campo.

A emoção dos presentes intensificou-se mais ainda no momento em que padre Chico chegou na Igreja Nossa Senhora D'Abadia, no centro da cidade. A multidão queria vê-lo, abraçá-lo e dar-lhe boas vindas. Completamente lotada, a Igreja, com mais de 3 mil pessoas em seu interior, foi palco de um protesto contra a violência e pela apuração e punição dos crimes do campo.

## Perdão

O protesto foi marcado por discursos de membros das comunidades, naquele momento em número de quatro, Sanclerlândia, Mossâmedes, Córrego do Ouro e Buriti Alegre, que lembravam a justiça divina, pediam justiça na terra e levavam suas mensagens de fé e esperança ao padre Chico.

Inúmeras faixas e cartazes ilustravam o protesto, dentre elas as se-

guintes: "Padre Chico, o teu sofrimento fez renascer novas forças na comunidade". "Padre Chico, as lições que nos ensinastes estão bem vivas dentro de nós". "A paz é fruto da justiça e só a teremos quando todos se empenharem na luta em defesa dos direitos humanos" e "Padre Chico, profeta de um novo céu, nova terra. A missão não acabou, a corrida não terminou. Traz contigo a multidão dos posseiros matados, as casas queimadas na escravidão dos latifúndios armados?".

Depois de receber as boas vindas das comunidades e ouvir os discursos em defesa dos direitos humanos, o religioso, bastante emocionado, falou aos presentes na Igreja Nossa Senhora D'Abadia. Já cansado, o padre Chico não falou muito. Agradeceu a todos e, demonstrando muita fé, compreensão e amor, perdoou Marcelino Antônio, autor do atentado que lhe custou a perda completa da visão, devido ao tiro de cartucheira que recebeu na cabeça, dia 27 de agosto do ano passado.

"Escrevi uma carta para Dom Tomás Balduino pedindo que dissesse a ele que eu o perdoei. Se puder, irei visitá-lo e direi isto pessoalmente; quero também que todos aqui, o perdoem e que, quando sair da prisão, não o olhem com desprezo, para que ele possa se reintegrar à sociedade e voltar sua vida para Deus". Concluindo a manifestação, o padre Chico, com as mãos dadas aos presentes, rezou o Pai Nosso.

## Reforma agrária

Vítima de um atentado, que as comunidades dizem ser "crime do latifúndio", o padre Francisco Cavazutti, em entrevista à rádio Difusora disse que, "pelas poucas notícias que tive lá, na Itália, acho que a Constituinte é um fracasso, se não fosse até pior: uma gozação da parte dos grandes a respeito dos coitados, a respeito dos pobres".

Encerrando sua entrevista, afirmou que o governo tem apoio para fazer a reforma agrária e enfatizou: "A reforma agrária, se o governo quisesse fazer, podia ter feito. Ele tinha o apoio do Papa, tinha tido o apoio do episcopado brasileiro que,

não só apoiava, mas insistia para que o governo fizesse uma reforma agrária justa, viável, que levasse a todo o povo um pedaço de terra com o que sustentar a sua família. Se não fizeram a reforma agrária é porque não puderam fazer, porque não quiseram fazer".

## Programação

O padre Chico deve ficar em sua paróquia, em Sanclerlândia e Mossâmedes, por um período de um mês. Vai cumprir uma programação. No sábado, 16, atendeu a população de Sanclerlândia durante todo o dia e, à noite, celebrou missa. Domingo, 17, cumpriu a mesma programação em Mossâmedes. Durante o período em que permanecer na região, vai visitar as pessoas das comunidades, nas cidades e na zona rural, avaliar seu trabalho, verificar de perto o que foi feito no período em que esteve fora e posteriormente entregar a paróquia a outro padre. O que deixou transparecer, o padre Francisco Cavazutti ou padre Chico ou apenas Chicão, como as pessoas o chamam, é que volta para a Itália, mas deixa aqui grande parte de sua vida e leva na bagagem uma imensa saudade e a vontade de ficar em seu coração.

## Julgamento

O processo que corre na justiça sobre o atentado ao padre Chico, segundo a comunidade de Sanclerlândia, deverá ser julgado até março próximo, dependendo apenas de parecer da juíza Aparecida da Silva Peixoto de Oliveira. Mesmo com todas as denúncias feitas pelas comunidades, de Mossâmedes e Sanclerlândia, o único a ser levado a julgamento é o autor do atentado, Marcelino Antônio, segundo o irmão Celso Leonel Carpenedo, nem o inquérito policial nem o processo judicial juntaram provas concretas que pudessem indicar também os suspeitos de serem os mandantes, o prefeito de Sanclerlândia, Onilton Lagares, o vereador Euripedes Ferreira Gomes e o advogado e fazendeiro do município, Sebastião Miranda. Um dia antes da volta do padre Chico à Sanclerlândia, o prefeito local, que até aqueles dias se manteve omissivo, distribuiu carta à população, alegando inocência, o que não convenceu a comunidade.

## Desafio momesco

5/12/88 FAP

### Porto Alegre

O presidente da CNBB no Rio Grande do Sul, dom Ivo Lorscheiter, aprofundou em seu comentário radiofônico semanal a análise que a presidência nacional da entidade fez do momento político, provocando resposta indignada do presidente José Sarney por causa das acusações de corrupção no governo.

Dom Ivo, que foi por duas vezes presidente nacional da CNBB, classificou de "modo forte de falar" o tom da nota que mereceu a reação de Sarney. "Este modo forte de falar se baseia no fato de se ter generalizado um sentimento de frustração no meio do povo, o qual já não acredita nas instituições, nos políticos, no governo e no seu futuro." O referido sentimento está sem dúvidas nas ruas e de tal forma corporificado que talvez nem a "alegria" do carnaval seja capaz de volatilizá-lo. Um desafio ao reinado de Momo.

"As reformas necessárias não são feitas; os problemas econômicos e sociais não são resolvidos; a nova Constituição, depois de um ano inteiro, ainda é uma grande incógnita; os casos de corrupção não são punidos, generalizando, assim, um clima

em que ninguém mais confia em ninguém. Tudo isso ameaça desencadear a impaciência e a cólera do povo, o que poderá ter consequências catastróficas", disse dom Ivo, bispo na cidade de Santa Maria.

"Diante desse quadro, cuja pintura cada um poderia confirmar ou até agravar, a presidência da CNBB afirma que não quer apoiar o desespero. Antes, proclama que ainda é preciso e possível não desesperar, lembrando que existem leis e que persistem as suficientes reservas morais no povo brasileiro", acrescentou dom Ivo, para sugerir: "Antes de mais nada, e com rapidez, devem ser tomadas medidas que restituaam credibilidade ao governo, às leis, às instituições. Deve ser adotada uma real austeridade pública e privada, um trabalho sério orientado para o bem comum. Deve ser banido o perigoso espírito corporativista pelo qual cada segmento da sociedade só se preocupa e luta pelos seus interesses, esquecendo as condições e necessidades dos outros grupos e categorias sociais."

Carlos Alberto de Souza

## Réplica objetiva

5/2/88 FLP

### Rio de Janeiro

Se a primeira nota da CNBB — que deu motivo à desastrada resposta de Sarney Costa — pecou por imprecisão e generalidade, a emitida após o encontro de dom Luciano com Sarney Costa corrige tais lapsos. O mau presidente e seus maus conselheiros já devem ter percebido, tardiamente embora, a alhada em que se meteram. Ao provocar a hierarquia católica, até pela inclusão no texto de peçonhas sobre a Santa Sé, a comandita obrigou os bispos a explicitarem posturas da maior importância.

Ressaltando que a nota de sua presidência repetira o teor de documentos anteriores, dela própria e do Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs), a CNBB, no roteiro para a conversa com Sarney Costa, dado à publicidade logo após o encontro, reitera as denúncias sobre "o clima de corrupção que vem de longa data" e "a impunidade que protege a corrupção nos diversos níveis de administração", denúncia a "deseducação popular como deteriorização do senso moral" e reclama "gestos expressivos em todos os níveis do governo para demonstrar a desaprovação deste clima e o compromisso com o bem comum". Destaca, ainda, a CNBB que o governo dispõe de órgãos adequados à aplicação e punição de fatos tornando implícito, pelo menos, o clima de omissão da cúpula oficial e, o que é mais importante, sugerindo a constituição de uma

comissão de alto nível composta de representantes oficiais e delegados da sociedade civil, "para apuração das denúncias de corrupção e favorecimento administrativo".

Assim, em lugar de alimentar uma polêmica generalizada, tão do gosto de certa platéia, a CNBB fez uma proposta objetiva, que Sarney Costa tem obrigação de responder favoravelmente, sob pena de confirmar as suspeitas que cercam sua administração e alguns de seus mais íntimos auxiliares. Pelo menos nesse caso, o silêncio não será de ouro, metal símbolo da corrupção desde os tempos do famoso bezerro.

Outros pontos do "roteiro", mais diretamente políticos, sintetizam-se na afirmativa da hierarquia católico-romana de "assumir sua parte de responsabilidade para superação da crise econômica, social e política". Há tempo de falar e tempo de agir, e tempo de falar e agir. Que a CNBB, juntamente com outras entidades de papel tão decisivo na liberalização do sistema, retome a estrada perdida desde a frustração de 1985 (eleição indireta, morte de Tancredo e advento maléfico de Sarney Costa) indica, pelo menos, que a consciência crítica tende outra vez a transformar-se em fatos.

Newton Rodrigues

## Coluna do Castello

### Do alto nível ao tribunal de honra

A sugestão do presidente da CNBB para constituição de comissão de alto nível para levantar e apurar casos de corrupção na administração pública tem a mesma objetividade e o mesmo alcance da iniciativa do falecido ministro Bilac Pinto quando propôs ao Congresso, que transformou seu projeto em lei, a criação da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. O ministro e ex-presidente da Câmara e da UDN admitiu que, em pleno regime militar, uma comissão criada por lei supriria as deficiências do Poder Judiciário, manietado pelos atos institucionais e cassado das suas prerrogativas fundamentais, e funcionaria eficazmente na defesa de direitos que estavam sendo agredidos por agentes do Governo.

Como se sabe, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que continua a existir, jamais funcionou eficientemente, pois, além de ser impossível qualquer atitude contra o poder militar erigido em poder de Estado, seria facilmente alterada, como foi, em sua composição e em seus processos por decretos-leis emanados do poder incontestável da ditadura. Quando a Justiça, isto é, o Poder Judiciário, através dos seus órgãos, instrumentos e métodos institucionais não pode funcionar ou não quer funcionar, nada o substitui. A comissão de alto nível que seria criada naturalmente por decreto do presidente da República, careceria de poderes e de instrumentos para coagir autoridades e pessoas a fornecer informações e a formalizar denúncias concretas com base em provas de qualquer tipo. A justiça funciona, ou não. Ela não é substituível por ficções.

Qualquer ação contra a corrupção na vida pública deve partir das instituições do Estado e de seus poderes. Tanto o Poder Executivo quanto o Poder Legislativo dispõem de meios de apurar irregularidades, mediante sindicâncias, inquéritos administrativos e comissões parlamentares de inquérito, cujas conclusões poderão ou deverão produzir efeitos mediante os órgãos da Procuradoria-Geral da República, quando o crime ocorrer na esfera federal, ou os procuradores da União, ou dos Estados, quando as denúncias se referem a fatos ocorridos no âmbito das administrações estaduais, como os referidos no Ceará, em São Paulo e em Minas Gerais.

O ministro Bilac Pinto morreu convencido de que ceder a uma quimera quando propôs seu projeto, transformado em lei. Com os poderes funcionando, a tal comissão da órbita do Ministério da Justiça já estaria extinta (não fosse o receio de eliminar órgão de objetivos moralizantes e humanistas). Mas, comissões como essa ou a de alto nível proposta agora por dom Luciano Mendes de Almeida podem até ter efeito coercitivo no âmbito moral, mas sem qualquer consequência na ordem jurídica. Antigamente usavam-se os "tribunais de honra" para dirimir dúvidas sobre assuntos que envolvessem a honorabilidade de instituições e homens públicos.

A história contemporânea registra o caso do "tribunal de honra" instituído pelo Clube Militar para apurar a autenticidade de cartas atribuídas ao presidente Artur Bernardes. O clube, politicamente inflamado pela adesão ao marechal Hermes da Fonseca, decidiu que as cartas eram autênticas, mas na realidade, como foi demonstrado posteriormente, eram falsas. A crônica fala hoje das "cartas falsas" do presidente Bernardes, mas ninguém se lembra do veredito do tribunal de honra do Clube Militar, o qual, aliás, não produziu qualquer efeito, senão político. O último cidadão a crer na confusão do tribunal de honra morreu há algum tempo; chamava-se Eduardo Gomes.

A comissão de alto nível da CNBB é, sem dúvida, uma saída política para um episódio no qual a entidade entrou em conflito com o presidente da República, que lhe cobrou explicitação das denúncias. A inspiração da CNBB, com sabor ético, é basicamente política e foi em torno de política que conversaram dom Luciano e o presidente José Sarney. O que a CNBB quer é evitar o que o bispo chamou de "discussões fechadas" no plenário da Constituinte, nas quais supostamente se afastam interesses populares para atender a conchavos de interesses. Dom Luciano esqueceu-se de que no plenário da Constituinte debate-se e vota-se sempre abertamente, sejam as conclusões favoráveis ou hostis às reivindicações da CNBB e das suas comissões pastorais difundidas por todo o País.

O presidente da associação de bispos, engajado na defesa de uma política social, e identificando o Centrão como adversário, deseja paralisar essa facção política e induzir o presidente a se afastar da sua intimidade. O combate à corrupção ou se faz por iniciativa do próprio Governo, como o presidente está tentando, e do Congresso, em ambos os casos com o funcionamento exemplar do Poder Judiciário, ou não se faz em "alto nível", que é apenas uma ficção política. Como a hora é de clareza, convém que se tornem explícitos objetivos e métodos e que cada um assuma sua parcela de responsabilidade nessa crise política, econômica, social e moral que abala o País.

Carlos Castello Branco

## Com a CNBB

612-188-112

### Recife

1. "Muita parra, pouca vida", ensina um velho ditado português da região do Porto exprimindo uma idéia simples: quando há muita folha, há pouca uva. Muitas intenções, poucos gestos. Muitas palavras, pouca ação. Quando a CNBB se refere à deterioração do senso moral do país certamente expressa o sentimento do indeterminado cidadão comum. Quando pede a identificação dos responsáveis, está pedindo o mínimo; que se cumpra a lei. Que o Código Penal não seja um privilégio dos humildes, dos desprotegidos do poder. Porque pior do que a impunidade, como fato objetivo, é a sensação da impunidade, como realidade abstrata; protegendo parte de nossas elites econômicas e partes de nossas elites políticas também. Observe-se que não se está admitindo sequer como hipótese de trabalho, que essa omissão decorra de um ato de escolha. Porque nesse caso de omissão não se trataria; mas de cumplicidade.

Agora o governo se declara interessado na apuração dessas responsabilidades. Mas

para valer, essa disposição deverá ser acompanhada de vida: por exemplo, acessando à imprensa, à sociedade civil, toda a documentação produzida a respeito nas agências estatais, inclusive o SNI. Seria um bom começo. E por aí vamos. A menos que haja parra demais nessa história toda. De qualquer maneira, estamos todos devendo a d. Luciano mais gesto, mais esse esforço em favor da quimera de um país melhor.

2. O presidente Sarney declarou: "Prova da corrupção fechei o BNH". Comete uma injustiça; com seu último presidente, o pernambucano José Maria Aragão, cuja correção pessoal é reconhecida e provada, inclusive nesse mesmo BNH. E comete uma impropriedade; provada a corrupção a ação devida não seria fechar o banco; mas processar, criminalmente, os responsáveis. O que ainda estamos esperando.

José Paulo Cavalcanti Filho

## Proposta e obstrução

6/2/88 F/W

### Rio de Janeiro

A proposta da CNBB de que seja criada uma comissão mista, integrada por representantes oficiais e delegados da sociedade, para identificar e apurar fatos de corrupção, reclama acolhida pronta e positiva do presidente da República a quem foi encaminhada. Ou José Sarney Costa aceita o alvitre e trata de formalizá-lo, ou terá dado mais uma prova de seu interesse, em palavras, mas desinteresse, efetivo, em coibir a desbragada venalidade que devasta o corpo social e mina o organismo do Estado.

A um chefe de governo, cioso de zelar pela própria imagem e de agir em consonância com os deveres elementares que lhe impõe o cargo, uma comissão do gênero da sugerida será de inestimável auxílio. Poupa-lo-á, de início, da eiva de suspeição, historicamente referendada pela desmoralização secular de quase todos os inquiridos oficiais, rigorosos no nome e culposos na substância. Tratando-se de órgão misto, nenhum perigo sequer haverá de que possa tornar-se faccioso como o montado, há 34 anos, pelos militares empenhados em apurar e explorar o atentado de Toneleros, que desencadeou a crise final em que sucumbiu Vargas; tampouco terá semelhança com tribunais de honra, erguidos em outras oportunidades, em clima de intenso paroxismo político, apesar dos temores ou pretextos que adversários de medida começam a divulgar.

Sarney Costa não foi acusado por d. Luciano e a CNBB, nem é de praxe pedir-se a réus que organizem investigações. Solicitaram-lhe, isso sim, reforço dos meios de combate e de apuração da concussão e do mal uso dos dinheiros públicos. Isso deve ser visto, portanto, como responsável oferta de colaboração, sugerida, de forma direta, pelo próprio, na carta em que pede que a CNBB o ajude "precisando fatos e pessoas para que melhor (...) possa coibi-los e puni-los".

Sem dúvida, a proposta episcopal é de natureza política e ninguém pretende envolvê-la em outras roupagens, pois política é a crise, política a irritação popular, políticos os meios pelos quais se abusa da pobreza nacional e se atulham as burras dos novos ricos, políticos os instrumentos de solução e político, finalmente, o remédio ao alcance de José Sarney Costa para modificar sua imagem, cambiante entre a incompetência, a indecisão, a abulia e a cumplicidade compadresca.

Se a mobilização da sociedade, proposta pela CNBB, começa a encontrar resistência é que apurações de verdade conduzirão, afinal, à ação da Justiça, por ora ainda mais tarda que nos tempos del-Rey.

Newton Rodrigues

# CNBB muda estratégia para

712 188  
JOAQUIM FALCÃO  
Da equipe de articulistas

Como qualquer instituição em situação de competição, a Igreja Católica também é compelida a prestar atenção às flutuações do mercado e ao avanço de seus concorrentes. E o primeiro diagnóstico é nítido: a Igreja Católica está perdendo terreno. Os protestantes avançam, tanto na conquista de novos fiéis, quanto no poder de influenciar a vida política e moral da nação. Os fatos estão aí.

O primeiro presidente protestante, Ernesto Geisel, rompeu 470 anos de aliança entre o catolicismo e o Estado, e viabilizou o divórcio, derrota contundente dos católicos. Na Comissão Arinos, o presidente Sarney incluiu na última hora o pastor Guilhermino Cunha, como que compensando a presença do padre Bastos D'Ávila. Em 86, os protestantes elegeram cerca de trinta constituintes que sentam-se em qualquer mesa de negociação com

poder de fogo. E enquanto a CNBB afasta-se e opõe-se ao governo, simbolicamente a emenda dos cinco anos é de um pastor protestante: o deputado Matheus Iensen (PMDB-PR).

É um avanço que usa tecnologia moderna. Na Amazônia e Mato Grosso, algumas missões protestantes são tão aparelhadas quanto a Polícia Federal: recursos financeiros, rádios, e facilidades de transporte aéreo. Nos últimos anos, investiram fortemente em meios de comunicação: compraram a TV Colorado no Rio, têm a FM Evangélica no Recife, e obtiveram concessões de rádio em todo o Brasil.

Como pode então a Igreja Católica manter seus fiéis e trazer de volta os que partiram? A estratégia parece ser: renovar a ação pastoral e renovar a ação litúrgica, dentro dos princípios da fé. Naquela, os católicos são mais progressistas. Nesta, são mais conservadores.

A renovação pastoral é cada dia mais nítida. Antes, a ênfase era nas liberdades e nos direitos humanos. Com o progresso obtido, a ênfase agora é na reforma agrária, no combate à violência e na denúncia da corrupção. A nota da CNBB não é fato isolado. Já no final de 87, no Rio de Janeiro, em solenidades no Centro Alceu Amoroso Lima, d. Luciano surpreendeu a muitos. Em seu discurso, uniu no mesmo patamar a defesa dos direitos humanos e a denúncia da corrupção. Não como erva daninha exclusiva do governo, mas do todo social.

Liberdades políticas, direitos humanos e reforma agrária, calçados na Teologia da Libertação, incomodam muito o conservadorismo do Vaticano. Já o combate à violência e à corrupção, provavelmente, não incomodam. Fundamentam-se em valores teológicos irreprensivelmente ortodoxos. Com uma vantagem adicional. Une as duas igrejas: a progressista e a conservadora. Busca sintonizar ambas com os fiéis, de novo.

Para o governo, o resultado é o mesmo. A ação política da Igreja antes vinha através da crítica política e econômica, agora vem através da crítica moral. Mas é no mínimo supervalorizar o governo acreditar que a referência única e última da CNBB é o governo. Não é não. São os fiéis.

Já a renovação litúrgica parece ser mais difícil. Os protestantes são mais "modernos". O pastor tem mulher e filhos. É semelhante aos fiéis, não sobe em altar, a mensagem é direta: com muito canto, muito som. E muita crença linear. Além de mensagens televisivas. Na Igreja Católica, a renovação litúrgica muita vez tem se confundido com uma volta à liturgia do passado. Como pretende, agora, d. José Cardoso, arcebispo de Olinda e Recife, que gostaria de proibir a comunhão comunitária e fazer voltar a comunhão individual auricular.

O censo de 1990 provavelmente vai quantificar melhor este avanço dos protestantes.

recuperar  
espaço

DIARIO DE PERNAMBUCO

JORNAL DO BRASIL

DATA: 09/02/1988

JORNAL DO COMMERCIO

GAZETA MERCANTIL

CAD/P/C: A/4/2-4

FOLHA DE S. PAULO

ASSUNTO: F-ESPECIAIS

## CNBB repudia versão urbana da UDR e condena Caiado

SÃO PAULO - Se depender da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), os cristãos não aumentarão as listas de filiados ao recém-criado Movimento Democrático Urbano (MDU), o similar, nas cidades, da União Democrática Ruralista (UDR), fundado para mobilizar o empresariado em defesa da iniciativa privada e do Capitalismo.

"O cristão não deve fazer parte dessas entidades, porque a doutrina delas é contra a doutrina social do Evangelho", afirmou, em nome da CNBB, seu assessor de Imprensa, padre Arnaldo Beltrami, ao comentar o conselho do presidente da UDR, Ronaldo Caiado, a Eduardo da Rocha Azevedo, presidente do MDU, para que esse movimento "arrebente" as Comunidades

Eclesiais de Base (CEBS). A declaração de Caiado foi registrada em reportagem do Jornal do Brasil publicada domingo.

A CNBB "condena" os dois movimentos, enfatizou padre Beltrami. Indiferente a essa censura, o MDU, que segundo seu líder, Rocha Azevedo, também presidente da bolsa de Valores de São Paulo -, já conta com 12 mil associados, prossegue seu trabalho de arregimentação e programou inaugurar logo depois do carnaval duas regionais no Rio de Janeiro - uma na capital e outra em Caxias, na Baixada Fluminense.

Rocha Azevedo, além disso, espera a adesão do PT e da CUT para engrossarem a "marcha sobre Brasília" que o MDU pretende realizar nas próximas semanas, para pressionar em

favor da realização de eleições gerais este ano. "Vamos fazer essa manifestação em Brasília junto com o PT, a UDR, a CUT, com quem quiser ir", antecipa o presidente do MDU, prevendo que "todos esses movimentos por eleições gerais são convergentes. Lá na frente, poderão divergir. Respeito o PT, por exemplo, mas não sigo a sua ideologia, porque entendo que a sociedade não pode ser levada por propostas demagógicas, seja da esquerda festiva, seja da direita".

O porta-voz da CNBB, padre Beltrami lembrou, ontem, que a posição da Igreja a respeito desses movimentos está contida na nota oficial divulgada em novembro, em Brasília, ao término da 19ª Reunião do Conselho Permanente da CNBB.

## D. Luciano sabe o que faz

Quem não sabe é o presidente Sarney

José Carlos Pardawil

Frente a frente, no gabinete do terceiro andar do Palácio do Planalto, o presidente José Sarney e Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, simbolizaram na quarta-feira passada, dia 3, o agravamento das relações entre o governo e a Igreja.

Sarney estava tenso, mas cordial como sempre abraçou Dom Luciano com a demora que se costuma atribuir a apreço, na porta da entrada do gabinete. Um pouco antes, assessores presidenciais haviam deixado muito clara a sua inconformidade pelo fato de Dom Luciano ter insistido em entrar acompanhado, para uma conversa que pretendiam fosse estritamente privada. Por duas vezes, perguntaram ostensivamente se Dom Luciano não iria entender-se "pessoalmente" com Sarney. Em ambas as ocasiões, Dom Luciano, apologeticamente, limitara-se a responder que deveria vir à audiência acompanhado dos dois outros representantes da presidência da CNBB (\*). Como estes se encontravam ausentes — completara —, o padre José Arlindo de Nadai o acompanhava para suprir tão lamentáveis ausências.

Dom Luciano tomava suas precauções: queria uma testemunha para a conversa. Deixava claro, inclusive, que dialogava com o presidente representando a instituição, e não na qualidade de amigo pessoal do presidente, como Sarney tanto insistira em frisar na fase de preparação do encontro. Assim começou a conversa num clima de reserva mútua. Uma hora e

(\*) A presidência da CNBB, segundo seu organograma, é composta, além de Dom Luciano, pelos dois vices: Dom Paulo Ponte e Dom Celso Queirós.

quinze minutos depois, quando se encerrou, nada, basicamente, tinha mudado. O presidente e Dom Luciano apenas passaram em revista seus pontos de vista.

À saída, um novo e demorado abraço tinha somente um sentido de



Sorriso de um importante quatroanista

formalidade. As relações entre a Igreja e a administração Sarney nunca estiveram tão azedas. Na verdade, os problemas de relacionamento são antigos, muito embora Sarney tenha começado seu governo às boas com os bispos brasileiros. Em

1985, pouco depois de assumir, ele recebeu a visita da alta cúpula da CNBB. Ao fim de agradável e cordial conversa, Dom Ivo Lorscheiter, na época o presidente da CNBB, chegou a comentar que a Igreja, daí para a frente, começaria a se recolher, abandonando sua atuação política. A sociedade civil começava "a ter voz", explicava Dom Ivo. Portanto, a participação da Igreja seria cada vez mais discreta.

Os sorrisos feneceram rapidamente. Um ano depois, a CNBB já denunciava em documento público as ameaças de morte contra o padre Josimo Tavares, titular da paróquia de Augustinópolis, norte de Goiás. O governo não tomou medidas preventivas e algum tempo mais tarde o padre Josimo foi assassinado por pistoleiros, a mando de fazendeiros locais. A partir daí, o relacionamento deteriorou-se inapelavelmente. Em certo momento, o Ministério da Justiça resolveu desarmar a área rural, onde ocorriam conflitos de terra, mas os padres denunciaram que só os camponeses foram obrigados a entregar suas armas. Enquanto isso, Dom Luciano, já titular da CNBB, tentava fazer com que o governo cumprisse as promessas de reforma agrária, sem qualquer êxito. No início do ano passado, quando a Assembléia Constituinte iniciou seu trabalho, Governo e Igreja estavam profundamente desentendidos. Nos corredores da CNBB, ouviam-se comentários magoados inclusive sobre a proibição do trabalho de missionários junto a populações indígenas, medida que nem mesmo os governos militares haviam tido a coragem de tomar.

De todo modo, a Igreja permaneceu mais ou menos silenciosa ao

longo do primeiro ano da Constituinte, à exceção de uma tentativa de diálogo quando da substituição do ministro Marcos Freire na pasta da Reforma Agrária. Mas o surgimento do "centrão" na Constituinte, acompanhado de sucessivas denúncias de troca de favores para a concessão dos cinco anos de mandato para Sarney, funcionou como a gota d'água. Em agosto passado, a CNBB articulou uma nota do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil - o Conic - denunciando a situação nacional "de extrema gravidade", a falta de credibilidade do governo e a "possibilidade de um retrocesso político". Em novembro, a CNBB entrava diretamente na arena, com uma nota que insistia na efetivação da reforma agrária. E, mais recentemente, quando o deputado Roberto Cardoso Alves justificou a negociação dos votos pelos cinco anos com uma citação de São Francisco de Assis ("é dando que se recebe") a cúpula da Igreja no Brasil mandou chumbo grosso.

**P**rimero, foi divulgada uma pequena nota reprovando o deputado por sua citação desastrada. Depois, no sábado dia 30 de janeiro, veio à luz um documento, com a assinatura dos titulares da presidência da CNBB, analisando a conjuntura política. Os dirigentes da Igreja tentaram fazer com que o presidente Sarney conhecesse o teor da nota antes da imprensa, mas esbarraram nas rígidas regras de segurança deste governo em que os militares ainda mantêm todas as suas posições no Palácio e fora dele. Na residência do ministro Costa Couto, da Casa Civil, o emissário da CNBB foi comunicado que não se recebiam correspondências para o presidente em residências particulares. No Palácio do Planalto, outro segurança informou que não podia receber a carta porque o protocolo não estava funcionando no fim de semana.

Assim, Sarney só conheceu o texto da nota pelos jornais. Então ficou muito chocado. A CNBB registrava que a "situação social vem-se acelerando gradativamente", identificava "um sentimento nacional de frustração" e advertia que as manobras do "centrão" na Constituinte "podem retardar intoleravelmente a promulgação da Carta Magna e fazer desaparecer avanços importantes, frutos de um amplo e maduro entendimento en-



## Raymundo Faoro

Na direção do naufrágio

Os sintomas, não as causas, estão à vista, numa escala convulsiva. A impopularidade do governo, com os níveis jamais atingidos desde Tomé de Souza, e a disparada inflacionária, são apenas os mais visíveis. Existem outros, que se diluem na história, como a corrupção, e que confirmam o rumo da dissolução do governo. Este, desde Locke, é o termo certo: a dissolução do governo. A consequência também está prevista em Locke, em 1689: a devolução à sociedade civil do poder de instituir novo pacto, reconhecendo a decadência dos dirigentes.

O quadro, transposto para a Inglaterra do século XVII, no momento de ascensão revolucionária de uma nova classe, aflitivo embora, estava cheio de promessas e esperanças. Havia, noutra geografia e noutro compasso temporal, uma sociedade civil impedida de florescer, esmagada pela Corte, suas intrigas e suas patifarias. Este é o ponto. A quebra da camada política libertou-a, com o amável embarque do rei. Aqui, as coisas não parecem tão claras, nem tão alegres. Nossa sociedade civil - o povo, onde está o povo?, quem é o povo? - entrelaçou-se, em todos os setores, ao Estado, nele se constituiu, dele depende. O afastamento da camada parasitária desenhará um mapa social diverso. Ficaremos sem o aparelhamento dirigente, viciado e deteriorado, e ficaremos diante de uma sociedade civil débil, incapaz de reorganizar-se, criando nova estrutura política. O centro do tabuleiro não será ocupado pela constelação que se convencionou denominar de burguesia. A burguesia, pelo que revelou no Congresso Constituinte, não quer partilhar as responsabilidades com ninguém, repelindo qualquer aliança com os assalariados, sequer com o proletariado. A perplexidade, em consequência, ultrapassa o território político e entra no continente social.

Existissem, ainda que em re-

pouso, estaticamente, as condições de confronto, na estrutura sócio-econômica, estaria resolvida a crise. Ela amadureceria por si só, movimentada pelos desajustes hoje perceptíveis. Numa situação em que governo e sociedade se confundem, sem que se possa saber onde acaba um e começa a outra, o panorama torna-se dramático, traduzido no resignado desespero das ruas. O espetáculo vai acabar, mas ninguém sabe disso, nem os graúdos, sem inspiração para convidar para a despedida na Ilha Fiscal, nem os de baixo, perdidos na sua cólera.

Enquanto março não chega, com a ressaca do Carnaval, o chefe do governo direciona a nau para o rochedo. Há alguma coisa, ainda não estudada, na psicologia dos suicidas. A obsessão é proclamar o fim, o desfecho, o epílogo, ainda que o desenlace se dê na pedra vingadora. Em tempos mais felizes, ele se comparou a Kerenski, como quem não se compara, evitando, mas mencionando, o falso símile. Os paradigmas são outros, menos secundários. Eles se encarnam em figuras mais melodramáticas do que trágicas, as figuras de Jaime II, Luís XVI, Nicolau II. Em todos um traço comum: a fuga antes do fim. A ordem dos fatores não altera o produto: o fim pode bem ter estado antes da fuga.

**RECADOS.** Ao contrário do que divulgam as colunas sociais, bem ou mal-intencionadas, esclareço que não sou candidato à Academia Brasileira de Letras, nem mesmo à cadeira nº 38, ora ocupada pelo chefe do governo. Fique claro: não sou candidato a nada, sequer à ABL. Quem quer que esteja usando meu nome está desautorizado a continuar com a manobra. Não sou candidato ostensivo e, os que me conhecem sabem, nem jamais candidato oculto ou "nos bastidores". O desrespeito do uso de nome alheio, pela imprensa ou por pessoas de boa fé, chama-se abuso, margeando a injúria.

## POLÍTICA E ECONOMIA

tre as forças políticas mais sensíveis às aspirações das verdadeiras maiorias nacionais". Mas o que realmente deixou o presidente siderado foi a parte do texto na qual se diz que "a corrupção continua impune e protegida por uma tolerância que chega às raias da conivência". Sarney imediatamente dedicou-se à redação de uma carta pessoal a Dom Luciano, e na terça-feira, 2, tratou de divulgá-la em todos os jornais.

Nesta carta, o presidente comete pelo menos dois erros clamorosos. Primeiro, considerou-se injuriado pela constatação genérica de uma corrupção que a nota da CNBB não lhe atribuíra pessoalmente. Segundo, contra-atacou colocando o papado na história. Depois de definir a corrupção como "uma erva daninha que devemos combater sem tréguas", Sarney fez um adendo no mínimo perigoso: "Veja vossa reverendíssima que à sua solerte invasão não pode fugir nem mesmo a Santa Sé. O caso do Banco Ambrosiano mostra como é insidiosa." Em Brasília, o nuncio Carlo Furno fez comentários inconformados sobre a citação.

**S**arney, pelo menos, encontrou Dom Luciano a tempo, antes que a carta chegasse aos jornais. Pela voz do ministro Costa Couto, ao telefone, Dom Luciano, então em São Paulo, na terça-feira, 2, foi o primeiro brasileiro fora do Palácio a conhecer o teor da missiva do presidente. Mas a gentileza não alterava a situação essencial. Por isso Dom Luciano, ainda desejoso de um diálogo, sugeriu um encontro "oportunamente", com o presidente, para uma troca de idéias. Costa Couto pediu tempo para consultar Sarney e, no telefonema de volta, mostrou que o presidente continuava apressado: já que ia viajar ao Uruguai no fim de semana, preferia encontrar-se com Dom Luciano no dia seguinte. Dom Luciano ainda tentou adiar a conversa para o sábado, mas Couto insistiu: o presidente queria a audiência "para ontem, se fosse possível".

Foi neste clima que os dois afinal se encontraram, na tarde da quarta-feira. Dom Luciano discutira previamente a pauta do que diria a Sarney com outros prelados da CNBB. E decidiu ir acompanhado para evitar versões insidiosas. Nem assim escapou delas. Ainda na sexta-feira, 5, alguns



Porta-voz e carteiro

jornais insistiam em atribuir a Sarney o comando total da conversa e um tom de pito passado ao presidente da CNBB. Chegou-se a dizer que o presidente deu dois socos na mesa durante a conversa, mas isso não aconteceu.

O presidente durante a maior parte do tempo ficou ouvindo, na defensiva. E mesmo quando falava, era num tom de lamento, tentando defender-se e ao seu governo. De início, dissera em tom de lamúria brincalhona: "Os srs., com essa nota, me jogaram contra a parede." Segundo seu roteiro, Dom Luciano começou falando exatamente de corrupção. Não a atribuiu pessoalmente ao presidente, explicou, mas contava que ela existia, "de longa data", e se espalhava, como fato notório, envolvendo principalmente autoridades do governo. O presidente tentou defender-se, afirmando que jamais deixou de mandar apurar os casos de corrupção que lhe chegam ao conhecimento. Dom Luciano replicou: "O povo não sabe se realmente esses casos foram apurados e muito menos sabe das punições correspondentes. Nós não estamos apontando culpados", acentuou, "mas devemos trazer à Vossa Excelência aquilo que hoje é o clamor do povo. Não cabe à Igreja julgar, no caso, mas sim ao Governo."

Foi nesse ponto da conversa que Dom Luciano sugeriu ao presidente uma forma concreta de apurar a corrupção, através do trabalho de uma comissão de representantes da sociedade civil, que investigaria as denúncias caso a caso. Sarney, entretanto, aferrou-se ao silêncio, preferindo não se comprometer com a proposta. E a

exposição de Dom Luciano continuou seguindo seu roteiro, do qual forneceria cópia ao presidente no começo da conversa. Dom Luciano registrou a falta de cumprimento das promessas sociais por parte do governo. Deteve-se particularmente na Reforma Agrária que até hoje não saiu do papel e nos problemas habitacionais, que já provocam invasões de terrenos nas periferias das grandes cidades. O presidente novamente tentou justificar-se. Quanto à Reforma Agrária, alegou que trocou três ministros, "todos insuspeitos", mas as dificuldades que eles enfrentaram haviam sido de tal monta que não permitiram avanços maiores. Quanto ao problema habitacional, defendeu-se apontando a falência do BNH, que era o órgão encarregado de apoiar, financeiramente, os projetos do governo nesse sentido. Apesar disso, acrescentou, mantém vários projetos alternativos, como o "mutirão", e vem abrindo chances para novos financiamentos através da Caixa Econômica Federal.

**N**o seguimento da conversa, Dom Luciano chegou a um ponto fundamental. "É necessário", disse, "superar a visível insatisfação do povo." E para isso, ele se permitia sugerir ao presidente "um gesto de grandeza" que lhe asseguraria "um lugar na história do País". Seria uma declaração afirmando que acataria a decisão da Constituinte pelos quatro anos de mandato, até porque, justificou, a essa altura a imagem do presidente está indelevelmente marcada pela barganha em torno dos cinco anos. Com uma declaração nesses termos, Sarney poderia recuperar inclusive suas condições de diálogo com o povo — insistiu Dom Luciano. Mas só encontrou uma resposta: o silêncio presidencial, mais uma vez.

No final, Sarney falou da liberdade política que assegurou a todos os partidos, e do clima de tranqüilidade que em todo caso predomina em todo o País ("veja que aqui até hoje não tivemos bomba contra o nosso processo de transição", disse, a certa altura, numa referência às transições da Espanha e Portugal). Não conseguiu, contudo, convencer seu interlocutor.

Quando os dois se despediam à porta do gabinete, quem estava preparado para entrar era o ministro Antônio Carlos Magalhães.

# O faz-de-conta em torno do mar de lama

*A CNBB denuncia a corrupção do governo, enfrenta a reação de Sarney e recua num clima de constrangimento*

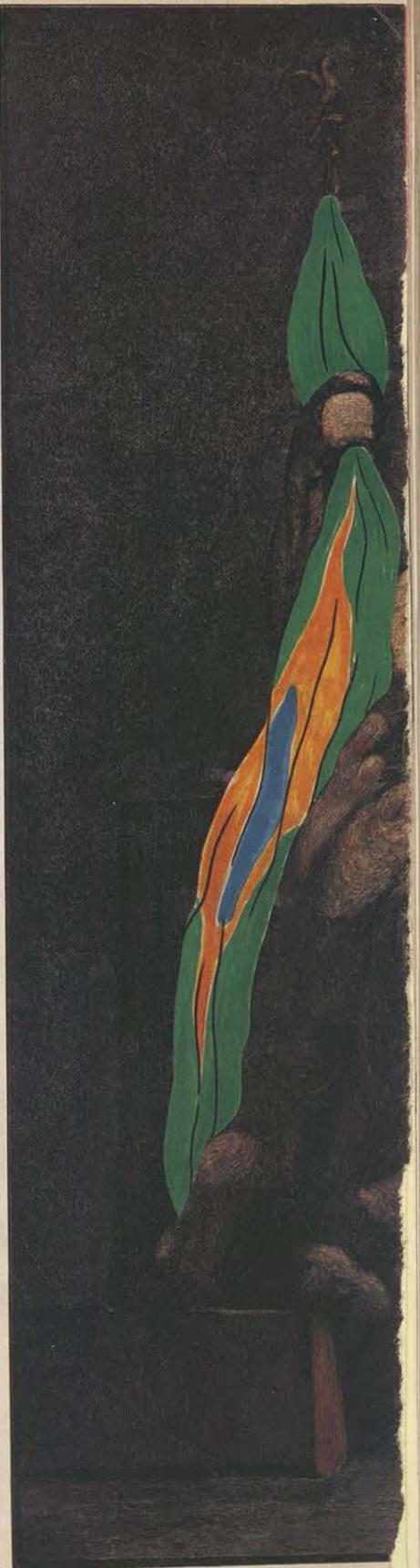
Os gabinetes de Brasília produziram na semana passada uma cena deprimente — demagógica em seu início e patética em seu desfecho. Na tarde de sábado 30, dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, distribuiu uma nota às 185 dioceses do país, com a recomendação de que fosse lida e discutida pelos milhões de brasileiros que costumam frequentar as igrejas. Nela, acusava: "A corrupção continua impune e protegida por uma tolerância que chega às raias da conivência. Como essa deterioração vem do alto, ela permeia toda a sociedade", acrescentava a nota, intitulada "Urgência de Grandes Decisões". "A corrupção no Brasil está superando os tempos áureos do regime militar", afirmou o próprio dom Luciano, consumando o mais duro ataque dos líderes da CNBB ao governo desde que seu antecessor no cargo, dom Ivo Lorscheiter, classificou a administração do presidente José Sarney de "fascista". Pelo tom ambíguo, a denúncia de dom Luciano lembra os elogios do engenheiro Leonel Brizola ao general João Figueiredo. Pelo ar nebuloso, suas acusações parecem extraídas dos autos-de-fé do moralismo dos udenistas de 1964, que, com o aplauso da CNBB, derrubaram um presidente em nome da austeridade e bateram a carteira das liberdades públicas da sociedade, bifando-lhe o habeas-corpus, as eleições diretas e a liberdade de imprensa.

A praga da corrupção lambeu o coração do governo Sarney com vigor inesperado há vinte dias, quando o ministro Aníbal Teixeira abandonou a Seplan denunciando um quadro de roubalheira no interior do governo. Tímido, jogando na defesa, Sarney fez

que não ouviu e na cerimônia de posse do novo ministro, João Batista de Abreu, chegou a elogiar a gestão de Aníbal Teixeira. Na manhã de terça-feira, porém, irritado — ou aconselhado a irritar-se — com a nota da CNBB, Sarney sentou-se diante de sua máquina de escrever, no Alvorada, e armou sua ofensiva verbal. "No exercício da Presidência, ninguém pode negar a minha conduta de austeridade monástica", afirmou o presidente, que tem por cela de monge dois palácios oficiais, um sítio, uma ilha e um casarão. Em seu ataque, porém, o presidente cravou uma cruz no peito dos estrategistas da retórica temporal da CNBB.

**CLIMA DE BUFONARIA** — Sarney lembrou a dom Luciano o mais negro monstro que vive adormecido no Vaticano, sede mundial da Igreja. "A corrupção é uma erva daninha", disse o presidente. "Veja vossa reverendíssima que a sua solerte invasão não escapou nem mesmo a Santa Sé. O caso do Banco Ambrosiano mostra como é insidiosa", acrescentou o presidente, referindo-se a uma série de operações fraudulentas em que o Estado do Vaticano se envolveu no mundo financeiro italiano, cujo resultado foi um escândalo superior a 1 bilhão de dólares, em 1982. Na tarde de quarta-feira passada, quando foi recebido no Planalto, dom Luciano Mendes de Almeida deu entrevistas gaguejantes antes de iniciar uma audiência de 70 minutos com Sarney — e saiu dali acabrunhado.

"Meu governo não é corrupto", repetiu o presidente. "Não sou conivente", insistiu Sarney. "Não quis em nenhum momento ferir sua pessoa", esclareceu dom Luciano, que ainda cuidou de explicar que a nota da



Carta de Lott

Die FDP und ...

MARIL

Hilfsdienst ...

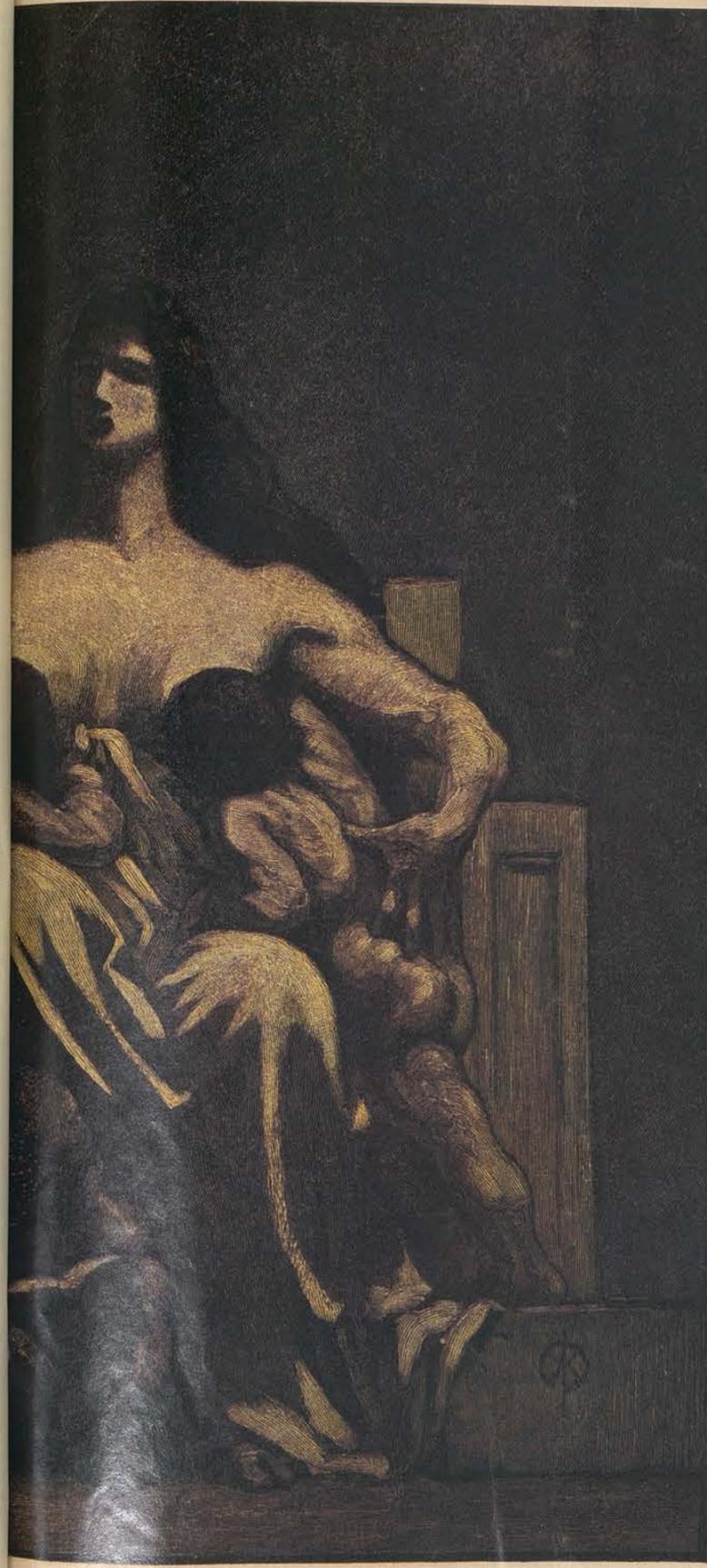
MÜNCHEN

Deutscher ...

Deutsche Apotheker ...

Freie Gewerkschaft ...

Der besondere ...



HONORE DAMMER COM A COLABORAÇÃO DE TORTELLI

CNBB se referia a "casos do passado". Não disse que casos nem de que passado, podendo suspeitar-se que, para não ferir pessoas republicanas, a CNBB possa estar pensando na corrupção que foi o tráfico de escravos africanos, rendoso negócio clandestino abençoado pelo episcopado do Império. Ruidosa, pelo seu início, a investida da CNBB pelas sombras da corrupção oficial encerrou-se em clima de bufonaria. Dom Luciano convidou o governo a integrar uma improvisada Comissão de Alto Nível para tratar da corrupção — Sarney, que chegara a cogitar um projeto semelhante na véspera do encontro, deu a entender que iria estudar o caso. Assim, os dois cometeram o deslize lingüístico de querer tratar corrupção com a criação de um novo tipo de comissão.

ESQUELETO NO ARMÁRIO — "Levantar uma polvadeira e conturbar as águas sem clarear não conduz a lugar algum", afirma dom Cláudio Colling, arcebispo de Porto Alegre. Alimentado pelo buraco negro de escândalos que freqüentam as manchetes dos maiores jornais do país, começa ganhar corpo, na opinião pública, o clima de pega ladrão. Bastante eficaz quando se trata de apanhar um batedor de carteira no meio de uma feira de verduras, por exemplo, esse tipo de atitude mostra-se totalmente ilusório quando a dificuldade é identificar um ladrão escondido na janela dos cofres oficiais e embarcá-lo para o endereço merecido — uma cela de penitenciária. Na última quarta-feira, ao longo de uma mal-humorada sessão na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, o ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda, atazanado por parlamentares que apresentavam os governos como quadrilhas de malfetores, também reagiu.

Em debate, o assunto era a dívida externa do país, de 115 bilhões de dólares. Quando freqüentava os palanques oposicionistas, o PMDB cultivou uma velha quimera — a de que altos funcionários do governo teriam enriquecido em troca de gordas comissões pagas pelos credores externos. Nos três anos que vem ocupando os gabinetes situacionistas, o PMDB não conseguiu fundamentar suas acusações eleitorais, mas, mesmo assim, quando Mailson encerrou uma exposição sobre os prejuízos causados pela moratória às contas do país, a discussão tomou outro rumo. "O senhor sabe quem é o Tony Gebauer", começou o deputado Lysaneas Maciel, do PDT do Rio de Janeiro, referindo-se ao banqueiro que cumpre pena de dois anos de prisão nos Estados Unidos por ter realizado operações fraudulentas com contas de brasileiros a partir de sua sala de vice-presidente do Morgan Bank, um dos credores externos do país. "Ele está preso porque roubou. E eu queria saber quais as providências que o Ministério da Fazenda

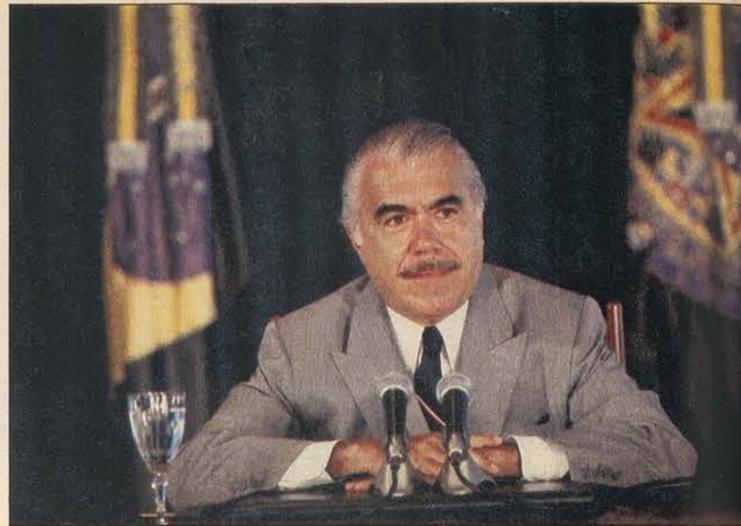
## Bala de festim

No início do ano, diante das acusações de que mantinha uma rede de funcionários que cobravam uma caixinha para liberar verbas públicas e de que usava dinheiro de programas sociais do governo para favorecer negócios de seus familiares, o então ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, partiu para o ataque. Tornou-se exemplo clássico do funcionário que, enlameado pelos inimigos, joga a lama para cima e vai para casa. "Eu não autorizo nada", disse o ministro, dias antes de deixar o governo. "Quem autoriza é o presidente da República e o secretário-geral da Seplan, Michal Gartenkraut", completou. Aníbal também admitiu que havia corrupção em sua pasta, solicitou à Polícia Federal uma investigação sobre desvio de verbas e anunciou a disposição de divulgar documentos sobre uma negociação de 3 bilhões de dólares envolvendo empreiteiras e órgãos oficiais. Até agora, no entanto, as investigações não avançaram, o ministro não deu nome aos bois como prometera e suas denúncias não levaram a lugar algum.

Instalada para esclarecer as denúncias contra Aníbal Teixeira e para desvendar as próprias acusações do ministro, a Comissão Permanente de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados também não conseguiu quaisquer resultados. Em seu depoimento à comissão, Aníbal esquivou-se e disse que só falaria numa sessão secreta. Há duas semanas o Senado aprovou uma proposta do senador Carlos Chiarelli de criar uma CPI para investigar as acusações de corrupção. "Essa é a oportunidade de resgatar a imagem dos políticos diante da opinião pública", afirma Chiarelli. Apesar do otimismo do senador, a CPI ainda não foi instalada e não tem data marcada para começar seus trabalhos. Ao despedir-se de Teixeira, o presidente Sarney considerou-o e afirmou que o ministro deixava a pasta "depois de prestar relevantes serviços ao governo".



Aníbal Teixeira



O presidente Sarney: uma cruz cravada no peito da liderança da CNBB

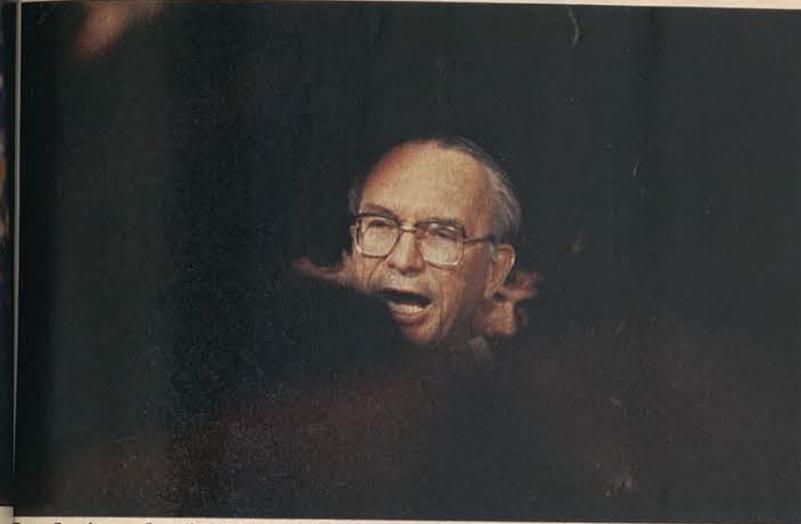
que se recebe", disse Robertão, na semana passada, numa injuriosa referência aos políticos que, por convicção, preferem os cinco anos de mandato. Infelizmente, dão o que não é só deles — o voto emanado da representação popular — e recebem o alheio: o dinheiro do contribuinte refinado em puras e brilhantes verbas.

Velha maldição da raça humana, a corrupção existe em países desenvolvidos como a França de Valéry Giscard d'Estaing e dos diamantes do ex-ditador megalomaniaco da República Centro-Africana, o imperador Jean Bédel Bokassa, e promove a ruína de nações miseráveis como o Haiti — mas suas sementes são irrigadas de forma diferente em cada país.

No Brasil, onde se rouba — em termos relativos — menos do que no Haiti, mas muito mais do que na França, a montanha de irregularidades escandalosas assume a fisionomia de uma bandalheira geral graças a uma peculiaridade do regime político. O governo não passa de uma fazenda que produz 7,6 trilhões de cruzados por ano, habitada por um roedor voraz e poderoso, que é o Executivo, acompanhado por dois espécimes esquizofrênicos — o Congresso, onde o salário de um deputado chega a 480 000 cruzados mensais mas não lhe dá o direito de modificar em um tostão as verbas do orçamento, e o Judiciário, que mantém juizes que podem ganhar até 1 milhão de cruzados por mês mas habitam repartições recheadas de carências.

A OLHO NU — "Tudo parece ter sido programado para funcionar de forma errada", afirma o advogado Márcio Thomaz Bastos, presidente do Conselho Federal da OAB. No ciclo vicioso da denúncia-escândalo-

desmoralização-impunidade, o roedor protege, mesmo quando seus movimentos são visíveis a olho nu. É dessa forma um ano depois da explosão do caso da rovia Norte-Sul, em que o jornal *Folha de S. Paulo* demonstrou, de forma cabal, que havia ocorrido uma concorrência fraudulenta, nada aconteceu — na semana passada, por sinal, a Valec, estatal encarregada de distribuir os lotes da obra de 2,4 bilhões de dólares, publicou um novo edital de construção de novos trechos da ferrovia. Como em qualquer caso de corrupção, sempre duas partes envolvidas — a que ganha por um benefício irregular e a que perde. O armário de suspeitas envolvendo funcionários que recebem comissões de grandes empresários, sobretudo empreiteiros, interessados em fabricar um bom trato com o governo está abarrotado de nomes, endereços e local do crime cotidiano. Nessa guerra de lama os políticos



Dom Luciano: depois da denúncia, o recuo em clima de palhaçada

que se acusam mutuamente, fazem ingenuamente alternadamente o papel de vilões e mocinhos. Enquanto isso, as mãos que pagam, compram e gastam nada ouvem, nada vêem e nada dizem.

"P" E "F" — Entre as construtoras de todo o país, a comissão paga a funcionários corruptos é conhecida pelas iniciais "P" e "F" — de por fora. Em Santa Catarina, empresas que tinham suas contas no vermelho no final de mês procuravam os cofres oficiais, no passado, para ficar no azul — a mesma operação dava-se o nome de "basquete". Há ministérios, em Brasília, onde a palavra suborno nunca é pronunciada — ali, utiliza-se o termo "doação" para definir o dinheiro que um fornecedor de equipamentos entrega a um funcionário no momento da liberação das verbas, por exemplo. Os frequentadores desse mundo clandestino não gostam de sair à sombra.

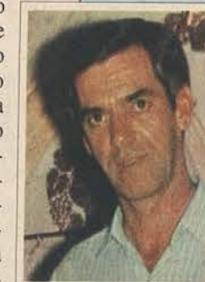
"Em todos os meus anos de governo,

nunca fui procurado por um empresário disposto a fazer uma denúncia", afirma o professor Mário Henrique Simonsen, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento. Um comportamento diferente do empresariado, mesmo sendo arriscado, traria mais saúde ao país da saúde. Num caso que entrará para a história da ética nacional, o empresário Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), deu ao edifício negro da entidade na Avenida Paulista o nome de seu antecessor, Luís Eulálio Bueno Vidigal. Quando fez a homenagem, Amato sabia que Luís Eulálio respondia a processo administrativo na Comissão de Valores Mobiliários por malversação de balanço da sua empresa, a Cobrasma. A homenagem era um desagravo e, desde que, em outubro do ano passado, a CVM condenou Luís Eulálio a pagar uma multa de quase 2 milhões de dólares, as letras em bronze de seu nome tornaram-se uma lembrança pelo menos discutível para a ética do empresariado industrial.

Há um outro mecanismo — estrutural — igualmente perverso que faz a corrupção ganhar peso — é a desordem na economia. Quando a inflação alcança os 400% anuais, como acontece hoje em dia, cria-se uma situação dramática na qual se torna impossível a qualquer pessoa saber quanto dinheiro tem no bolso, quanto vale a casa onde mora e quanto terá de desembolsar na próxima prestação da geladeira. Principal valor de referência na vida de um cidadão, desde a conquista do primeiro emprego até a época em que passa a percorrer os guichês do Inamps para pegar o cheque da aposentadoria, de uma hora para outra o dinheiro parece evaporar-se — e o cotidiano ganha a forma de pesadelo.

## Santo de casa

A CNBB, que apontou a corrupção como um dos grandes males do governo, costuma calar-se sobre escândalos que ocorrem em seu próprio quintal. O presidente José Sarney, ao repelir acusações de dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da entidade, lembrou o escândalo do Banco Ambrosiano, que envolveu o próprio Vaticano, mas no Brasil mesmo há dois casos recentes que ilustram essa tendência da CNBB de discutir a moralidade alheia e varrer as cinzas para baixo do tapete quando há religiosos envolvidos em episódios constrangedores. Há um ano e meio, em São Luís, no Maranhão, o padre italiano Maurizio Maraglio esteve com duas prostitutas no Status Motel, onde morreu de ataque cardíaco. A CNBB tentou construir uma versão na qual o padre aparecia como vítima de capangas dos grandes proprietários de terras — e mantém essa história apesar da autópsia que



Padre Paulo

sócio envolve um pároco paulista, Paulo César Ferreira, flagrado em dezembro último por policiais num hotel de São Paulo com um garoto de 16 anos, ambos seminus. O delegado Ivaney Caires de Souza, encarregado do caso, diz que o padre admitiu ter mantido relações sexuais com o garoto em ocasião anterior. Em Brasília, a CNBB, que pretende ter jurisdição sobre a moralidade do governo, informa que o assunto do padre Ferreira não é com ela — e sim "com a Igreja de São Paulo", enquanto em São Paulo os superiores do pároco limitam-se a responder que a polícia forjou toda a história, sem esboçar qualquer intenção de cobrar a responsabilidade dos policiais ou do sacerdote acusado.



Ceccato (à dir.): cofre sangrado  
**O caso Banespa**

Um dos maiores escândalos da safra mais recente abriu um rombo de 900 milhões de cruzados em dinheiro de hoje no Banco do Estado de São Paulo, o Banespa. Em maio passado, o caso estourou e, nove meses decorridos desde o início das investigações pela Polícia Federal, estão levantadas as linhas básicas da manobra. A história nasceu através de uma rendosa ação entre amigos, deflagrada inicialmente pelo presidente da entidade Otávio Ceccato. Ao assumir a presidência do Banespa, Ceccato levou seu amigo Ricciari Panzetti para a vice-presidência financeira do banco. Panzetti empregou na direção da Corretora Banespa seus amigos Fernando Pinheiro Machado, Paulo Pfander e, por último, Luís Fernando Bueno. Apenas nove dias depois de sua chegada, Bueno era demitido por realizar operações irregulares na Bolsa de São Paulo. Através da compra de papéis de várias empresas por um preço muito superior às cotações de mercado, os responsáveis pela operação sangraram os cofres da Corretora Banespa e, segundo as evidências acumuladas, saíram da transação com um lucro gigantesco. O dinheiro acabou aparecendo na conta da corretora que intermediou as transações para depois sumir no mercado negro de dólares. A polícia não reuniu elementos que incriminem Ceccato, mas coletou indícios suficientes para apontar os outros quatro dirigentes como responsáveis pelo rombo.

**FUGA COM O OURO** — “O grande risco da situação atual é o desespero”, afirma o advogado Evelásio Caon, de Florianópolis. Uma das idéias mais frequentes numa situação desse tipo garante 1 tonelada de vitaminas ao simplismo vulgar da demagogia, que cultiva o voto popular a partir de uma promessa de ocasião — colocar os bandidos na cadeia. O inferno universal dos campeões do falso moralismo tem como seu maior dignitário o ditador italiano Benito Mussolini, que tomou o poder numa campanha de austeridade e acabou fugindo do país em companhia da namorada, depois de largar a família para trás — e levar o ouro do Banco da Itália.

Nas fronteiras da ladroagem nacional há políticos que fizeram do mar de lama alheio o trampolim para uma carreira que começou na UDN conspiradora de 1964 para encerrar-se na cassação de seus direitos políticos, como aconteceu com Carlos Lacerda. O prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, criador da folclórica vassoura, hoje é um político com uma conta secreta no Citibank da Suíça conhecida da opinião pública (PWJ 333081). O consulado militar, que chegou a levar multidões às ruas para denunciar os



Lacerda: trampolim



Jânio: vassoura e conta na Suíça



Taurino: bazófia



Costa e Silva: violências



Mussolini: ouro roubado

escândalos do governo Goulart, pro- fações como a do general Taurino, sendo, chefe de uma pomposa Co- Geral de Investigações — seus tra- não apuraram nada de significativo a- bazófia do título de sua inquisição e- numentalidade de sua impotência.

Esse fiasco ocorre porque é impos- sério, combater a corrupção como um- lidade política em si, assim como não- de construir um governo com base- va na idéia de erradicar o analfabetis- verdade, a eliminação da roubalheira- decorrer de finalidades maiores, tais- democracia, o equilíbrio entre os po- a tolerância na atividade política. Ho- to, há democracia e corrupção. A- que processos sumários, generais de- arbitrariedades possam acabar com- drões é cair no mesmo conto-do-vig- lo qual se acaba vivendo numa dita- roubalheira em nome da austeridade- gime de 1964 matou cerca de 200- em sua maioria jovens terroristas de- da. Não há, na lista de suas violênci- só ladrão.

Sob o governo Costa e Silva, por- plo, um grupo de terroristas da VPR- mãos em 2 milhões de dólares, que- guardados embaixo de uma escada- casa do Rio de Janeiro. O comando- assalto foi morto, bem como a ma- seus auxiliares. Não ocorreu a nen- coronéis da austeridade, contudo, - tar-se sobre a origem daquele dinhe- gal, nem investigar a fortuna de seu- tário, o ex-governador Adhemar de - dono do lema “Rouba, mas faz - acontece porque é possível colocar - uma ditadura sob uma colorida flo- justificativas — mas o combustível - seus homens em movimento é a - exclusiva da perseguição política.

Faz parte da grande caverna dos - nacionais a idéia de que o país até - boas leis — o problema seria que - funcionam. Isso não é verdade: des- meira Constituição, de 1823, construi - corpo jurídico destinado a perseguir

os pequenos assaltantes, enquadrados em de- enas de artigos que punem os chamados cri- nes contra o patrimônio. Em compensação, a - chamada Lei do Colarinho Branco, que seria - destinada a punir o crime nas altas esferas, - em a idade do novo governo — e um passivo - que não lhe permitiu enquadrar os bandidos de - gravata e pasta 007. “Toda a história jurídica - do país se resume a um esforço para garantir a - impunidade dos poderosos”, afirma Márcio - Thomaz Bastos.

**MUITO E POUCO** — Um novo integrante - do carrossel de lendas expelidas pelos es- - cândalos é a velha tese segundo a qual a cor- - rupção não está no governo nem nas nego- - ciatas — mas faz parte dos costumes nacio- - nais. “Há uma crise moral no país”, gosta - de repetir o ministro Ronaldo Costa Couto, - chefe do Gabinete Civil, numa ofensa públi- - ca aos 50 milhões de assalariados que bata- - nam, todos os dias, para garantir seu sus- - tento. O máximo de irregularidade que um - pai de família pode cometer é subornar um - guarda de trânsito para livrar-se de uma - multa. Nesse caso, não há roubo — mas o - esforço de uma pessoa para fugir de uma - punição. Em se tratando dos negócios mi- - onários, a situação é oposta. Quem tem - muito pode roubar para ter cada vez mais — - com a segurança de que ninguém irá pegá-lo. - Para quem não tem, não há a chance de rece- - ber sequer as delícias de uma mercadoria que - o governo mantém, legalmente, na praça, à - disposição de empresários em dificuldade — - dinheiro barato dos cofres do BNDES.

Generosos em suas manchetes, os jornais - as revistas do país exibem um defeito que - jornalista Walter Lippmann apontou na - imprensa americana — são lerdos para de- - colar num escândalo, mas rápidos demais - na aterrissagem. No exemplo mais acabado - dessa dificuldade, há o caso das polonetas, - que, durante anos, perseguiu o ex-ministro - Antônio Delfim Netto. No final do ano pas- - sado, Delfim foi absolvido por uma decisão - do Supremo, e o caso acabou arquivado. O - episódio, em seu desfecho, não mereceu - uma linha nos jornais — o que chega a ser



Machline e Funaro: boa ajuda  
**Dinheiro barato**

assombroso. Ou o Supremo produziu um - escândalo a mais, sepultando indevidamente - um caso de corrupção — ou foram os jornais - que produziram uma manchete a menos.

Nesse quadro, fazer a denúncia da corrup- - ção chega a ser uma forma rápida de ganhar - prestígio. Na semana passada, um general de - pijama, Torres de Melo, chegou a fazer um - pronunciamento apolítico sobre os destinos do - país. “O escândalo dos vestibulares deveria - corar de vergonha o nosso país”, disse o ge- - neral. Os estudantes brasileiros, humilhados - por uma fraude que atingiu um ano de esforço - para entrar na faculdade, até poderiam pensar - que o general Torres de Melo, ao abandonar a - caserna, compreendeu alguma coisa sobre o - que se passa no país. A grande lição do caso, - no entanto, vem de uma pequena apostila so- - bre sua carreira. É até possível que ele queira - que os alunos entrem na faculdade. A partir - do momento em que eles estão lá dentro, no - entanto, o que o general Torres de Melo gosta - de fazer é prendê-los e atacá-los com violên- - cia, como na invasão da PUC de São Paulo, - em 1977, quando a PM paulista, sob seu co- - mando, deteve 800 jovens que realizavam - uma reunião para discutir a mais velha ques- - tão do país — a democracia.

Uma pessoa que queira reformar - sua casa com dinheiro de um em- - préstimo bancário terá de submeter- - se a juros que chegam a 30% ao - ano, sem contar a correção monetá- - ria. Existe, no entanto, um guichê - generoso, o Banco Nacional do De- - senvolvimento Econômico e Social - (BNDES), que libera empréstimos - com juros entre 6% e 12% ao ano - para clientes que derrubem uma ba- - rreira de dificuldades, entre as quais - figuram exigências de caráter técni- - co e até afinidades de caráter políti- - co ou pessoal. Esse caminho abri- - se há dias para a indústria de plásti- - cos Trol, que pertence ao ex-minis- - tro da Fazenda Dilson Funaro e que - deve 900 milhões de cruzados na - praça. Antes de comandar a Fazen- - da, Funaro presidiu o BNDES.

De seu caixa, formado com o di- - nheiro do contribuinte, o BNDES - destinará 650 milhões de cruzados a - uma operação de financiamento - através da qual a Trol poderá vender - novas ações no mercado e arrecadar - os 900 milhões de cruzados que de- - ve. Melhor do que isso só a opera- - ção de assistência montada para o - empresário Matias Machline, princi- - pal acionista da Sharp e amigo pes- - soal de Sarney, que bateu às portas - do BNDES com uma dívida de 60 - milhões de dólares e de lá saiu com - um empréstimo de 100 milhões, pa- - ra pagamento em cinco anos, a juros - entre 10% e 12% ao ano — contra - os 20% de juros que pagaria a um - banco privado.

# Desabrigados já são 8 mil

M/2 1987 Fh

## em todo o Estado

As chuvas voltaram a cair com força em todo o Estado do Rio de Janeiro, aumentando o número de desabrigados para 8.524. Durante a madrugada, o transbordamento do rio Maracanã provocou a morte de duas pessoas que moravam em um barraco, na área desapropriada para construção de um túnel distribuidor de águas. Em Cachoeira do Macacu, a enchente do rio Guapiaçu deixou 230 desabrigados. Em Volta Redonda, o nível do rio Paraíba do Sul já está 2,5 metros acima do normal. Estão ameaçadas de enchentes as cidades de Campos e Magé.

Durante a tarde, a chuva atingiu especialmente a zona oeste da cidade e a Baixada Fluminense. Em Santa Cruz, na zona oeste, o número de desabrigados era de 200, no final da tarde de ontem. Em São João de

Meriti, na Baixada, o rio Sarapuí voltou a encher, atingindo principalmente o bairro de Mesquita. Durante todo o dia os bombeiros tiveram muito trabalho, devido a oito desabamentos que ocorreram

na região metropolitana do Rio. Até o início da noite, não havia notícia de mortos. Na cidade já existem 1.055 desabrigados.

O número de mortos em Petrópolis subiu ontem para 156, segundo a

Defesa Civil, com 3.614 desabrigados. O governador Wellington Moreira Franco disse que os esforços do governo serão concentrados naquela cidade, pois "o tamanho da catástrofe, o número de desabrigados, a dimensão dos prejuízos, da fome e da miséria em Petrópolis foram maiores do que nos outros municípios". O governador disse também que iniciará uma campanha de vacinação em massa nas regiões atingidas pelas chuvas assim que elas cessarem. Ele acrescentou que a área de Petrópolis corre riscos de novos desabamentos, uma vez que se as chuvas pararem poderão surgir rachaduras no solo.

O temporal que caiu na madrugada de ontem deixou fora do ar as TVs Globo, Educativa e TVS durante uma hora e 26 minutos.

## CNBB lança campanha de donativos

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, lançou ontem uma campanha nacional em favor das vítimas do "flagelo no Estado do Rio de Janeiro". A campanha visa colaborar com as comunidades na reconstrução, sobretudo as menos favorecidas, através da arrecadação de donativos da população. "Ontem (anteontem) o

arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, já depositou Cz\$ 1 milhão para as pessoas atingidas por essa calamidade. Espero que todos contribuam", disse o presidente da CNBB.

A campanha será organizada pela Caritas Brasileira, entidade vinculada à CNBB, e os depósitos poderão ser feitos na conta n° 66.000-0, Agência 848-7 (Bradesco).

## Liberação de novos recursos depende de relatório

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, disse ontem, às 8h30, que não deverão ser liberados novos recursos a cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro, até que seja concluído o levantamento dos prejuízos causados em decorrência da enchente. Um relatório sobre os danos causados pelas enchentes e as obras de recuperação necessárias será entregue ao presidente ainda nos próximos dias pela comissão interministerial formada na última segunda-feira.

As enchentes em Petrópolis e na Baixada Fluminense foram tema de um relatório feito pelo presidente do PMDB, da Câmara e do Congresso constituinte, deputado Ulysses Gui-

marães (PMDB-SP), e entregue ontem de manhã ao presidente José Sarney durante seu desembarque na Base Aérea. Recém-chegado da viagem a Bogotá, Sarney, segundo Costa Couto, mostrou-se especialmente preocupado com as chuvas ocorridas na Baixada Fluminense.

Segundo o ministro, a comissão interministerial já nomeou técnicos da área federal que ficarão encarregados de fazer o levantamento da situação. "As informações ainda são muito desencontradas, é preciso unificá-las. Os Cz\$ 300 milhões liberados pelo governo federal à região foram autorizados para sanar casos de emergências de compra de alimentos e medicamentos", acrescentou.

20 (2) 1988

Luciano Mendes de Almeida

## Nem erva nem joio

A nota da presidência da CNBB, de 30 de janeiro de 1988, insistia na urgência de grandes decisões para levar o país a recuperar o crédito nas instituições. Reafirmava-se, no entanto, a convicção de que é preciso e possível confiar, recorrendo a Deus, às reservas morais intactas no seio do povo e à atitude de conversão sincera.

O clima de corrupção aliado à impunidade, infelizmente, vem criando profunda decepção no povo que, com razão, espera, de seus representantes, o testemunho de honestidade. Ainda que o ponto central das justas expectativas populares sejam as metas sociais, é indispensável enfatizar a necessidade de se coibir a corrupção em todas suas formas.

Violência gera violência. Assim também, a impunidade que protege a corrupção deseduca o povo e corrompe o senso moral. É preciso portanto que haja gestos expressivos do governo para demonstrar a desaprovação desse clima e o compromisso com o bem comum.

Na intenção de contribuir para uma atuação prudente e eficaz, sugeriu-se a formação de uma comissão de alto nível composta de representantes dos organismos governamentais e outros membros da sociedade civil. Assim, sem diminuir em nada o mérito das instituições competentes procura-se valorizar também o critério de participação popular. Esta comissão poderia ser constituída por um representante do Ministério Público, um deputado e um senador escolhidos por seus pares, um membro da OAB e dois membros de outras entidades civis, indicados pelo Congresso. Esta comissão que poderá ser instituída por lei, responde, em parte, ao projeto de Defensoria do Povo, que consta nas emendas populares.

Há, no entanto, outro ponto da nota da CNBB que não pode ser preterido. É o da recuperação mais ampla dos padrões morais e éticos, sem os quais nenhuma Constituição terá forças para garantir ao Brasil o destino que ele merece.

Que pensar do Carnaval deste ano? Em muitos lugares do país houve, não só esvaziamento do senso artístico e do caráter lúdico da festa popular, mas uma forte baixa do nível ético das apresentações. Mal se pode tolerar o desmando moral, fruto da permissividade de algumas pessoas, levadas pelo exibicionismo e pela perda de critérios. No entanto, é inadmissível a exploração que as TVs, revistas e jornais fizeram destas cenas. Para onde querem levar a juventude e a infância do Brasil? Tudo isto é a triste colheita de quilômetros de novelas e filmes que semearam a desordem moral e desfiaram aos poucos a consciência de nosso povo.

São necessários séculos para sedimentar o fértil húmus das florestas. O incêndio pode, dentro de minutos, incinerar tudo. As reservas morais do povo estão sendo destruídas pela falta de senso ético e pelo fogo da cobiça daqueles que detêm os meios de comunicação social. O povo simples do nosso Brasil contempla atônito as tristes cenas da vida real e da TV. Será que não cabe também, aqui, um alerta à sociedade e à urgente retificação dos critérios morais? Infelizmente, a erva daninha da corrupção e o joio da devassidão nascem na mesma terra da ganância e do pecado.

Quem perverte a ordem moral dentro de si anestesia a consciência e faz acontecer, sem escrúpulo, a desordem a seu redor.

Cesse a corrupção. Possa secar logo o joio. Renove-se a terra. O bem comum exige que sejam respeitados princípios e anseios dos que ainda guardam no próprio coração, intactos, o temor de Deus e as reservas morais que nele se fundamentam. É tempo de penitência e conversão. A Deus nada é impossível.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

1

## D. Luciano rebate o ataque 24/2/88 F feito ao comunicado da CNBB

Do enviado especial a Brasília

"Não retiro nem uma palavra, ao contrário, acentuo todas elas." Foi assim que o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, rebateu ontem à tarde as críticas feitas pelo senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) pela manhã, da tribuna do Senado, ao comunicado da CNBB do último dia 30 de janeiro. No comunicado, a entidade dizia que "o sentimento nacional é de frustração" e que "é da frustração coletiva que se alimenta a cólera do povo".

Em seu discurso, Passarinho, que é líder de seu partido no Senado, chamou o texto da CNBB de "palavras aziagas". O senador do Pará também ressaltou outro trecho da "nota de gravíssimo teor": o que diz que "a insatisfação popular poderá explodir e assumir proporções convulsivas de consequências catastróficas". D. Luciano aparentou estar tranquilo. "Ninguém quer to-

car fogo no país, mas nós não podemos ignorar que o povo brasileiro já está no fogo, já está sofrendo."

"Voz do povo"

O presidente da CNBB fez estas declarações às 15h30, na sede da CNBB, ao retornar de uma consulta a seu dentista no centro de Brasília. D. Luciano chegou em um táxi e, depois de saber o motivo de estar sendo procurado pela Folha, comentou: "Quando nós falamos na corrupção que existe no governo é porque queremos ver agilizadas as medidas que podem resolver os graves problemas sociais que existem no Brasil. Este motorista de táxi que me trouxe acaba de me dizer que tem um amigo que trabalha na Defesa Civil, e que esse amigo disse a ele que, dos Cz\$ 20 milhões arrecadados para as vítimas das enchentes no Acre, só Cz\$ 8 milhões chegaram mesmo ao Acre. Como é que eu vou provar isso? Não posso, mas essa é a voz do povo."

# Já para dom Luciano, o movi

24/12/88  
NELSON DE SA  
Editor-assistente de Política

Desde meados de 1987, quando perdeu força o movimento dos sem-terra urbanos, há apenas informações isoladas de invasão de terrenos. Para o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, as invasões têm aumentado e vão continuar aumentando. "Quem pode impedir que uma família procure um lugar para viver?", pergunta ele em entrevista concedida à Folha

Dom Luciano, de 57 anos e com um perfil político moderado, trabalha há 12 anos na zona leste de São Paulo. É a região mais explosiva no que se refere às invasões. E também a região onde surgiram os primeiros casos de deterioração no movimento dos sem-terra. A "indústria da invasão" coloca lado a lado proprietários e invasores, tentando burlar a lei de proteção aos mananciais. Para dom Luciano, "não devemos atrair a nossa atenção para fatos como esses".

O presidente da CNBB prefere criticar a atuação do governo de São Paulo na área habitacional e o "lobby das construtoras". Quanto à doação de propriedades da Igreja Católica para construir moradias, ele diz que "a terra é pouca", mas pode também ser oferecida para levar outros a "desejarem colocar as próprias terras dentro dessa abertura de serviço social".

Folha — As invasões e a violência têm aumentado?

Dom Luciano Mendes de Almeida — A meu ver sim, têm aumentado. No entanto, a pergunta é outra: Por que? E a resposta é o déficit habitacional. É verdade que há uma instabilidade maior. Mas é porque há um déficit habitacional crescente. A razão é a omissão nos programas governamentais. Há no Brasil um déficit de pelos menos nove milhões de moradias, o que significa que há 65 milhões de pessoas sem casa. Em São Paulo os dados são muito graves. Há quatro milhões de pessoas residindo em cortiços. Isso é indicado pela Prefeitura de São Paulo em dezembro de 86, dizendo que 28% da população mora em cortiços, 22% em casas precárias autoconstruídas e 6% em favelas.

Folha — O sr. acusa especificamente a Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo?

Dom Luciano — A posição de denúncia e de acusação faz parte de um conjunto maior. O que deve haver é uma mudança na concepção do próprio povo. Se por um lado falta uma política habitacional eficaz, por outro lado devemos reconhecer que há 45% da área da cidade com uma enorme especulação imobiliária. Então o problema não é só do governo. O problema é também da ganância.

Luiz Carlos Muraukas



Acampamento dos sem-terra em área de 116 mil metros quadrados, que estava c

Folha — As invasões tendem a crescer?

Dom Luciano — Gostaria que não crescessem. No entanto, quem pode impedir que uma família procure um lugar para viver? Essa é a grande dificuldade. Quando nós temos uma situação dessas em que o aluguel supera completamente a condição de pagamento, ou se dá a ocupação de áreas abandonadas e sem maior valor imobiliário, como morros e mangues, ou evidentemente se procura um aluguel que esteja ao alcance dos salários. Ai são os cortiços, as habitações pobres que se encontram em condições subhumanas. Ainda esta semana, visitando os cortiços do Brás (bairro da zona leste de São Paulo), percebi que não é possível aceitar que pessoas humanas residam de um modo tão desumano.

A ocupação é apenas um termômetro. A ocupação, sendo organizada, é pacífica e tem por finalidade o diálogo. O que nós percebemos, lamentavelmente, é que o diálogo com as autoridades legitimamente instituídas não é fácil. É difícil marcar hora. E lento demais. A ocupação é um sinal. Para responder à ocupação bastaria um outro sinal, uma demonstração de que o governo está se ocupando disso. Ninguém faz parte de movimento nenhum de ocupação sem sacrifício. Longe de estarmos caminhando para uma falta de harmonia social, nós estamos procurando é solução para

o problema habitacional como um dos pilares fundamentais para a consolidação dessa harmonia social.

Folha — Há uma "indústria de invasão" que liga proprietários e invasores de terras. Várias regiões da cidade são áreas de proteção de mananciais e não podem ser loteadas. Faz-se a invasão, distribui-se a área entre os que estão no terreno e depois a ação é legalizada. Qual é a opinião do sr. sobre isto?

Dom Luciano — O sentido da pergunta é a preocupação com o fato de que haja pessoas usando do anseio do pobre de ter casa para usufruírem de pagamento. Não devemos atrair a nossa atenção para fatos como esses, que podem ser solucionados por via jurídica competente. O importante é sempre focalizarmos como prioridade o cerne da questão, que é o investimento público em benefício da habitação popular. Não haverá mais ocupação se o problema habitacional estiver equacionado. Ninguém quer ocupar nada.

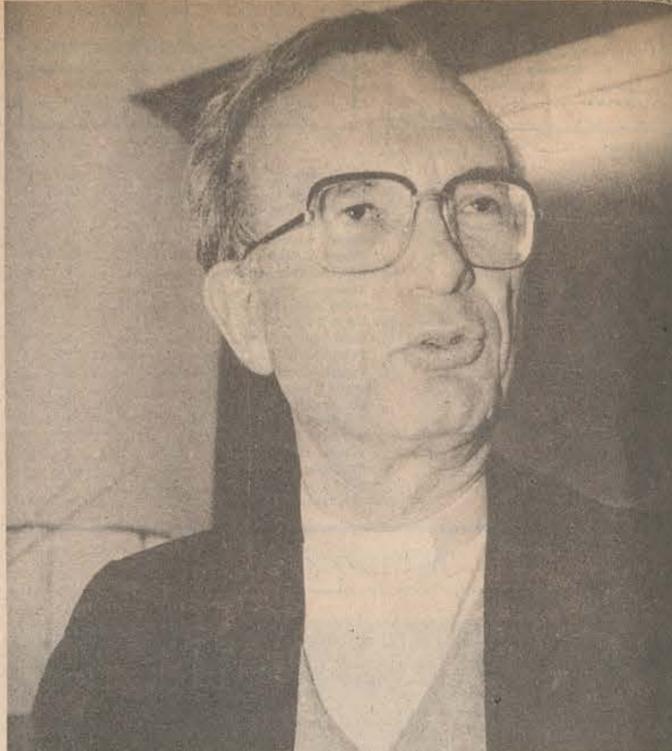
Voltando à pergunta sobre se existe uma indústria da ocupação, a resposta é: desconheço. Reconheço que é possível que haja mas não gostaria de, no momento em que tratamos de política de habitação, levarmos a nossa atenção para um caso que, por mais desagradável que seja, não tem maior importância estatística.

Folha — Há uma promessa do governo do Estado de construir 400 mil moradias. O sr. acredita que a

mento sempre tende a aumentar



ciosa, no Jardim Colorado (zona leste)



O presidente da CNBB, dom Luciano, que trabalha há 12 anos na zona leste

### Companhia de Desenvolvimento Habitacional está cumprindo este objetivo?

Dom Luciano — O programa do atual governador para defender a habitação ainda não demonstrou que está em fase de execução. O governo em oito meses destruiu três mil casas construídas na ocasião da ocupação por uma população a que faltam pelo menos dois milhões de casas, um milhão só na capital do Estado. A pergunta é: por que tanto atraso na agilização de uma política para a habitação? A Igreja de São Paulo considera hoje a moradia o problema número um, prioridade que deveria atrair toda a atenção do governo estadual e do municipal. O que nós vemos, infelizmente, é que não há ainda resposta a essa extrema necessidade.

Quando ao fato das ocupações, quero fazer uma distinção. A invasão pretende a permanência na área. A ocupação é apenas simbólica. Ela denuncia uma ausência de moradias e pleiteia uma solução ao problema ocupacional. Em vez de considerarmos a ocupação como um fato isolado, é preciso equacionar o fato da ocupação naquilo que ele indica. Ele é um sinal de expectativa de uma solução governamental.

Folha — E quanto à própria Igreja. Não poderia também doar terras?

Dom Luciano — A pergunta significa que todo mundo que tem área vai dar? A Prefeitura tem áreas, o

Estado tem áreas e há particulares que têm áreas. Entre os particulares insere-se a Igreja. Na zona leste de São Paulo, área em que estou mais habituado a me movimentar, eu não conheço área da Igreja na qual fosse possível construir casas. Eu respondo pelo conhecimento que tenho, mas posso lhe dizer que gostaríamos de ter essas áreas para poder agora oferecê-las à população. Neste momento, todos, a começar pela Igreja, devemos descobrir a função social das propriedades.

Abrindo a pergunta para qual é a dimensão da terra da Igreja no Brasil, creio que há dados que podem ajudar a compreensão. A Igreja, no seu complexo, não só a Igreja Católica, mas as instituições de igreja conforme o cadastramento do Incra em junho de 1985, tinha nesse ano o total de 179.399 hectares em todo o território nacional. Isso significa 0,05% da área total de latifúndios por exploração e 0,38% da área total de latifúndios por dimensão.

Devemos reconhecer que a propriedade particular deve estar aberta à sua função social. Que a Igreja na sua pregação, insistindo na função social, deve ser a primeira a buscar essa utilização social da terra que tem. Mas a terra é pouca. No entanto, podemos também nos oferecer para algumas pessoas desejarem colocar as próprias terras dentro dessa abertura de serviço social. Nós poderíamos também contribuir como instituição para

que, no tempo menor possível, essas áreas fossem adequadas à construção de casas populares por mutirão. É o momento de colocarmos uma resposta definitiva em relação à questão da terra da Igreja.

Folha — O sr. fala em construção por mutirão. Mas a política do governo estadual agora é privilegiar a contratação de empreiteiras.

Dom Luciano — A Companhia de Desenvolvimento Habitacional, que é uma empresa do governo do Estado, levantou os custos de construção em agosto de 87. Por mutirão são 5,3 OTNs o metro quadrado. Sendo por empreiteira o que acontece é que levanta o preço para 10 OTNs o metro quadrado. Conclusão: com os mesmos recursos financeiros é possível construir três casas por mutirão, enquanto por empreiteira seriam construídas só duas unidades. Os números são irrefutáveis, apesar da força que faz o lobby das empreiteiras para distorcê-los.

Outro ponto-chave é o dos prazos de construção. É óbvio que os prazos são menores na construção por empreiteiras, pelo fato de as casas serem executadas de segunda-feira à sábado e por mão-de-obra especializada. No mutirão você trabalha normalmente nos fins-de-semana com mão-de-obra não especializada. Mas existem formas de racionalizar a produção de casas por mutirão que reduzem bastante os prazos. Qualquer forma a comunidade quando assume a construção por mutirão, está sabendo que os prazos são mais longos.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO

JORNAL DO BRASIL

DATA: 11/03/1988

JORNAL DO COMMERIO

GAZETA MERCANTIL

CAD/P/C: 7/1-2

FOLHA DE S. PAULO

ASSUNTO

## Debate centralizado no mandato é um escândalo, acha presidente da CNBB

por Riomar Trindade do Rio

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Luciano Mendes, considera que a polarização dos debates na Assembleia Nacional Constituinte em torno do sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) e da duração do mandato do presidente José Sarney está relegando a plano secundário a análise de alternativas de transformações sociais, como a reforma agrária e de questões fundamentais, como a falta de habitação e a política educacional.

"A grande questão brasileira é a injustiça social. O debate sobre o sistema do governo e a duração do mandato do presidente da República é um escândalo, pois os constituintes não falam da habitação, da reforma agrária, da política nacional de educação", disse Dom Luciano, ao proferir a aula inaugural dos cursos de direito, economia, administração e ciências contábeis da Faculdade Cândido Mendes, quarta-feira à noite, no Rio.

*"O povo, que assinou as propostas, espera uma resposta"*

Dom Luciano disse que, em 1987, quando da instalação da Constituinte, a expectativa popular era grande, mas refluíu. "Hoje, se fizermos um balanço, vamos constatar que houve uma ascensão da expectativa no ano passado e uma queda vertiginosa depois. Houve uma perda de confiança nas instituições", afirmou o presidente da CNBB, lamentando o fato de a Constituinte não ser exclusiva (isto é, eleita apenas para produzir a nova Constituição do País). O presidente da CNBB

considera "um desrespeito" o fato de os constituintes não terem acatado as propostas populares. "A maioria das propostas não foi nem lida. A classe que nos representa no Legislativo faz viagens constantes,

*"Houve uma perda de confiança nas instituições"*

conchavos, e não sabe para onde vai a Constituição. O povo, que assinou as propostas, espera uma resposta", disse Dom Luciano, acrescentando: "O povo espera uma Constituição que responda às justas expectativas de reforma agrária, de garantia dos direitos dos trabalhadores, dos aposentados, dos indígenas, de melhoria das condições de saúde, de profundas transformações sociais para reduzir as desigualdades".

Dom Luciano considera a falta de moradia para a população um grave problema, que deveria merecer maior atenção dos constituintes. "São Paulo tem mais de 4 milhões de pessoas morando em cortiços. O aluguel de um quarto num porão custa CZ\$ 8 mil mensais. Então, é indispensável uma política habitacional; e a Constituinte, pelo visto, vai passar ao largo deste e de outros problemas sérios", afirmou.

Depois de afirmar que o País está "perfurado pela corrupção pública", com Luciano defendeu a utilização dos latifúndios para uma política de reforma agrária. "Dizem que a Igreja tem terras, mas não tem. Se encontrarem terras da Igreja, que as utilizem para a reforma agrária", afirmou. Dom Luciano disse ainda ser indispensável "colocar o Estado a serviço da sociedade civil" para produzir as reformas sociais que "devolverão a dignidade à pessoa humana".

\*O povo - 15-03-88

## D. Vicente critica a CNBB pela campanha da Abolição

**Porto Alegre** — O cardeal Vicente Scherer criticou ontem, em seu programa semanal de rádio, o caráter polêmico dado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) à campanha que assinala os 100 anos da abolição da escravatura no Brasil. "Não parece o mais acertado, como se fez em publicações também da CNBB, a celebração de um caráter polemista, de acentuação minuciosa e insistente dos sofrimentos e do martírio que significou o período de 350 anos para a raça negra em nosso País".

Para o ex-Arcebispo da Capital, a descrição pormenorizada, "em ex-

pressões veementes, das injustiças contra as multidões de escravos, provoca revolta sentimental e estéril". O Cardeal julga mais conveniente uma campanha como a da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

— Duvido que seja esta a impressão que deixam os textos elaborados pela CNBB sob o lema "Ouvi o Clamor deste Povo". A acentuação não conviria ser colocada na especificação e na gravidade dramática reconhecida dos sofrimentos e injustiças sofridas pela raça negra, mas no indispensável e urgente esforço de medidas concretas e planos realistas de assistência.

21-3-88 F18

## CNBB recebe sugestões para 'nova ordem constitucional'

Da Reportagem Local

O episcopado brasileiro encaminhou à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) sugestões para a 24ª assembleia geral dos bispos, que terá como tema "Exigências Cristãs de uma Nova Ordem Constitucional", a se realizar de 9 a 19 de abril em Itaiçi, no município de Indaiatuba (120 km de São Paulo). De acordo com d. Cândido Padin, 70, bispo de Bauru (SP) e presidente da Comissão de Acompanhamento do Processo Constitucional, constituída pela Comissão Episcopal de Pastoral, as propostas mais importantes são: atuação do "ombudsman" (pessoa que recebe e encaminha as críticas da população) em todas as regiões do país; aceitação legal da "objeção de consciência" para os cidadãos que não quiserem prestar o serviço militar (como, por exemplo, os membros da Igreja Testemunhas de Jeová) e a escolha de parlamentares indígenas pelos próprios índios, de modo proporcional, sem a necessidade de voto dos brancos.

Com base nas sugestões encaminhadas pelos bispos para a preparação do texto-base da assembleia de abril, d. Cândido disse que o debate constitucional na Igreja estará centralizado em princípios de ordem política e econômica, além da reafirmação do "direito à vida", envolvendo desde a condenação do aborto até o acesso dos cidadãos aos bens fundamentais para uma vida digna.

### Área econômica

No plano econômico, os bispos propõem "a primazia do trabalho sobre o capital", o funcionamento de sindicatos "sem necessidade de autorização ou homologação do poder público", a inclusão da reforma agrária (e dos meios para realizá-la) no texto constitucional e a definição de uma "hipoteca social" sobre a propriedade privada. Esta expressão é do papa João Paulo 2º, manifestada na carta sobre o trabalho humano ("Laborem Exercens").

Além da introdução, na nova Constituição, do princípio da "democracia participativa", os bispos estão sugerindo que a Igreja defenda, no debate constitucional, a "defesa do cidadão"

### Comissão prepara texto para reunião de Itaiçi

Uma comissão de bispos e assessores, nomeada pela CNBB está preparando a segunda versão provisória do texto-base para o debate constitucional que os bispos brasileiros realizarão no convento jesuíta da Vila Kostka, em Itaiçi. Segundo informou ontem, em Brasília, o secretário da comissão, padre Agostinho Castejón, 52, a versão oficial a ser levada à discussão dos bispos será preparada em Itaiçi, de 6 a 8 de abril.

As duas comissões criadas pela CNBB em função do Congresso constituinte (uma presidida pelo bispo de Bauru (SP), d. Cândido Padin, e outra coordenada pelo bispo auxiliar de São Paulo, d. Antônio Celso Queiroz) estão trabalhando em conjunto. O padre Agostinho informou, também, que a Igreja não pretende apresentar, ao governo federal ou ao Congresso, um anteprojeto de Constituição "porque esse não é seu papel". O objetivo, segundo ele, é "tentar despertar a consciência dos cidadãos para que atuem, nesta área, com base em princípios de ética pessoal e social".

diante de qualquer forma de arbítrio —para isso, seria criada a função do "ombudsman" (semelhante ao que ocorre nos países nórdicos). Eles defendem, também, a garantia do direito de informação a todos —sobre dados pessoais nos órgãos estatais (de segurança e outros)—, com direito, inclusive, de obter certidão expedida pelo órgão procurado.

Outra inovação sugerida à CNBB: as entidades da sociedade civil, com existência e funcionamento regulares, poderiam apresentar projetos de lei diretamente ao Congresso. No plano educacional, os bispos sugerem um novo enfoque para o ensino público, que "passaria a não ser confundido com estatal". Segundo d. Cândido Padin, seria considerado ensino público aquele "baseado em conteúdo e prática democrática e não o ensino estatizado".

## Para d. Eugênio, documento agradou

Da Sucursal do Rio

Os cardeais e bispos brasileiros conheceram um resumo do novo documento preparado pela Sagrada Congregação para a doutrina da fé sobre a Teologia da Libertação (que será divulgado depois da Semana Santa), durante a reunião de cúpula entre a Cúria Romana e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), encerrada no dia 15 de março em Roma. Segundo o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio de Araújo Sales, o documento é "doutrinário, teológico, trata da questão da liberdade sob este ponto de vista, sem referências a problemas concretos". Ele disse ter a "impressão de que o teor do documento agradou a maioria dos representantes da Igreja brasileira presentes ao encontro".

Em entrevista concedida na sede da Cúria Metropolitana do Rio, na Glória, zona sul, às 15h45, d. Eugênio afirmou que há "entendimentos entre o cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Sagrada Congregação para a doutrina da fé, e o superior da Ordem

dos Frades Menores (franciscanos), John Vaugh, sobre o período de silêncio a que está submetido o frei brasileiro Leonardo Boff. "Não sei o que será resolvido", disse.

D. Eugênio disse que "não se pode esperar grandes mudanças na Igreja brasileira depois da reunião de Roma: era apenas uma reunião de estudos". E acrescentou que "o comportamento dos adeptos da Teologia da Libertação vai depender muito menos do novo documento que das opções ideológicas das pessoas". O cardeal-arcebispo do Rio voltou a criticar a "inclusão de subsídios marxistas na Teologia da Libertação no Brasil".

D. Eugênio disse que "há unanimidade" na Igreja brasileira em relação à Campanha da Fraternidade deste ano, que trata da reforma agrária. "Tive pequenas discordâncias com relação alguns textos, defendi mais ênfase em trechos do discurso do papa e na palavra fraternidade. Mas, concordo com a propaganda nos meios de comunicação, que está sendo difundida por mim, no Rio".

## CNBB: urgência de grandes decisões

April 88  
Cam.

Estamos nos aproximando do prazo fatal para a definição dos destinos da nação.

Tudo depende das eleições que devem ser tomadas agora, no grave momento que atravessamos porque amanhã será tarde demais. Não há mais tempo para ilusões. É preciso enfrentar a realidade.

Convivendo como o povo, em todos os seus estratos e segmentos, a Igreja tem uma visão desta realidade que nos leva, por dever pastoral, a alertar toda a sociedade sobre a seriedade da crise que nos envolve.

A situação social vem se deteriorando em ritmo acelerado, empurrando para uma crescente marginalização a grande maioria humilhada do povo.

O sentimento nacional é de frustração. Foram frustradas as esperanças que nasceram com o fim do ciclo militar, com a inauguração da transição democrática e com os planos de superação na inflacionária da recessão e do desemprego. A inflação não foi reduzida e ameaça escapar do controle. Cairam os investimentos produtivos e aumentou a especulação financeira. O desemprego não diminuiu e os salários reais se aviltaram. As categorias profissionais mais organizadas tentam defender-se, conseguindo vantagens que são logo repassadas às tarifas e aos preços, recaindo sobre o povo indefeso.

O senso moral e a consciência da responsabilidade cívica estão alarmantemente desgastados. A corrupção continua impune e protegida por uma tolerância que chega às raias da conivência. Como essa deterioração vem do alto, ela permeia toda a sociedade. Na falta de um gesto realmente significativo que demonstre ao povo não haver pacto possível com a corrupção, cai-se num imobilismo, com a degradação do senso de dignidade nacional e da capacidade de indignação ética.

É da frustração coletiva que se alimenta a cólera do povo. E não nos iludamos, a insatisfação popular poderá explodir e assumir proporções convulsivas de consequências catastróficas.

Não julgamos os responsáveis pelo destino da nação. Não subestimamos o peso das dificuldades que eles, en-

frentam. Externamente, credores exigem o pagamento de dívidas unilateralmente majoradas. Internamente, pressões dos grandes interesses econômicos, clientelísticos e corporativos bloqueiam as políticas de combate à recessão e à inflação, bem como impedem a superação da dívida externa e da enorme dívida social.

A gravidade da situação torna intolerável a distância entre a retórica e os fatos. O povo se sente traído. Estamos correndo o gravíssimo risco de fazer abordar as imensas esperanças depositadas na transição democrática. A sociedade, — insuficiente e mesmo, por vezes tendenciosamente informada — tem a impressão de que se faz a Constituição de costas para ela e receia que tenham sido inúteis seus esforços de apresentação de sugestões, de participação em audiência nas subcomissões, de assinaturas e defesa de emendas populares.

De fato, lobbies poderosos tentam fazer prevalecer seus interesses sobre os interesses do país. Criou-se um clima em que a compra de votos e a ameaça da perda de cargos e de mordomias servem a um fisiologismo político que perdeu o decoro e deve ser repudiado por todas as formas e com a maior veemência. Urge, portanto, apoiar toda medida sincera e eficaz que possa recuperar a credibilidade fortemente desgastada.

Contra a desesperança, entretanto, ainda é preciso e possível esperar. Existem reservas morais intactas num povo majoritariamente cristão, cuja Constituição já está colocada sob a proteção de Deus. Entretanto, sem a recuperação de padrões morais e éticos, nenhum plano, nenhuma política, nenhuma Constituição terá forças para garantir ao Brasil o destino que ele merece.

Temos que saudar, com alegria, a adoção do princípio de participação popular na ordenação da vida política no país e das instituições nacionais, no primeiro artigo da nova Constituição votado pelo Plenário da Assembleia Nacional Constituinte, atendendo as aspirações expressas nas emendas populares. Resta, ainda, assegurar a incorporação dos instrumentos que viabilizem essa participação, tal como

estavam contidos no projeto aprovado pela Comissão de Sistematização, permitindo ao povo participar diretamente das decisões que respondem aos seus anseios e promovem seus legítimos direitos.

Foi sob a alegação de um princípio majoritário que recentemente se fizeram mudanças regimentais. Essas mudanças podem, no entanto, retardar intoleravelmente a promulgação da Carta Magna e fazer desaparecer avanços importantes, fruto de um amplo e maduro entendimento entre as forças políticas mais sensíveis às aspirações das verdadeiras maiorias nacionais e de um inédito e fecundo processo de participação da sociedade na elaboração constitucional. É preciso que este esforço de entendimento se mantenha à altura do momento constituinte, sem confundir com conchavos que resultariam em inaceitável retrocesso. Os capítulos da nova Constituição — dos Direitos Individuais à Ordem Econômica e Social e até as Disposições Transitórias — não podem ser o resultado de barganhas imediatas e conjunturais, mas devem levar em conta o clamor do povo por reformas e mudanças profundas. Só assim a Constituição traduzirá um pacto da nação com seu futuro.

A questão do sistema de governo deve ser tratada com maior responsabilidade, buscando soluções menos frágeis e menos permeáveis às crises que ameaçam a normalidade de nossas instituições democráticas. A duração do mandato presidencial e a fixação de datas para a próximas eleições, não podem ser tratadas sem levar em conta os anseios do povo por decisões que marquem o fim de uma transição e a legítima inauguração de uma nova etapa da vida nacional.

A Presidência da CNBB apela para a responsabilidade de todos os cristãos na hora que estamos vivendo e sugere que as Dioceses do Brasil divulguem amplamente o presente texto, para que os eleitores conscientes tenham ainda tempo de fazer valer suas justas aspirações junto aos Constituintes que os representam.

Que Deus proteja o Brasil  
Brasília, 30 de janeiro de 1988.

# Documento-base de Itaiaci diz que momento é de 'extrema gravidade'

DERMI AZEVEDO  
Da Reportagem Local

O momento brasileiro "é de extrema gravidade" e a crise "atravessa todas as dimensões da sociedade, desde o campo econômico até a esfera ética". É o que afirma o texto-base da 26ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), iniciada ontem em Itaiaci, município de Indaiatuba (99 km a noroeste de São Paulo), cujos trabalhos irão até o próximo dia 23. O texto-base é um documento provisório e reservado da CNBB e já começou a ser discutido ontem em Itaiaci. O texto definitivo — sobre o tema "Igreja, comunhão e missão no mundo do trabalho, da política, da cultura e na evangelização dos povos" — só será divulgado no final da assembléia.

Na análise sobre o "momento histórico" brasileiro, o texto-base afirma que, depois do período autoritário, decisões importantes nos setores econômicos e político do país vêm sendo adotadas "por influência de políticos". Destaca, porém, que "os interesses políticos se misturam, com grande frequência, com reclamos eleitoreiros, de visão curta e provinciana, à margem das necessidades, aspirações, interesse fundamentais e relevantes do país". Crítica, indiretamente, o slogan "Tudo pelo Social" do governo Sarney e afirma que "as perspecti-

## Para arcebispo, Igreja "não deve ficar alheia"

Da Sucursal de Campinas

O vice-presidente da CNBB e arcebispo de São Luis, d. Paulo Ponte, 56, afirmou que, nas discussões do encontro, o tema "política" abordará a atuação da Igreja e do leigo. Segundo d. Paulo, a política partidária é papel do leigo, "mas a Igreja não deve ficar alheia". D. Paulo disse que o texto-base mostra a evolução política desde o Movi-

mento de 64 até a "decepção com a Nova República".

O arcebispo de Novo Hamburgo (RS), d. Boaventura Kloppenburg criticou ontem a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (Cebes) que, segundo ele, estão infiltradas pela CUT e pelo PT. "A promoção humana nunca pode ser considerada como a principal ação da Igreja. O máximo que eu admitiria é que promoção humana é consequência do Evangelho."

vas de futuro não parecem melhores com a constante presença de surtos inflacionários".

Ao contrário dos pronunciamentos episcopais no início da "Nova República", o texto-base da assembléia de Itaiaci, deste ano, é marcado pelo desencanto e pela crítica aos rumos políticos oficiais. Numa referência indireta ao presidente Sarney, o documento diz que a situação obriga a Igreja "a pronunciar-se com sua palavra profética, apesar de causar dissabores a pessoas, talvez bem-intencionadas, mas que se vêem arrastadas por essa avalanche de desconfiança, descrédito e decepção". O documento considera o

descrédito da sociedade civil com relação à classe política e "às classes dirigentes" do país como algo "altamente preocupante para o futuro" do Brasil.

Mais adiante, o texto-base destaca que a Igreja Católica no Brasil está sendo obrigada, diante do agravamento da crise sócio-político-econômica, a "fazer pronunciamentos mais firmes" —retomando, parcialmente, o papel exercido durante o período do Movimento de 64 e modificando, também, a postura de retaguarda assumida diante da transição.

A pauta da assembléia de Itaiaci inclui também uma avaliação dos trabalhos do Congresso constituinte.

1614 118 74

Luciano Mendes de Almeida

## CNBB reúne-se em Itaici

O casarão de Itaici acolhe, mais uma vez, os bispos da Igreja Católica do Brasil e os membros dos organismos que mantêm relações pastorais com a CNBB, bem como convidados especiais das Igrejas Evangélicas. São 393 participantes. O Brasil é o país que, no momento, tem o maior número de bispos no governo diocesano. A reunião, iniciada no dia 13 de abril, dura dez dias e abrange 54 sessões de 90 minutos.

A oração tem prioridade com a celebração solene da Eucaristia e a Liturgia das Horas ao longo do dia. São os momentos mais belos, quando a Assembléia, a exemplo das primeiras comunidades cristãs, expressa sua união na fé e intercede a Deus pelas necessidades de todo o povo.

Não se perde tempo em Itaici. O horário é cumprido à risca, entremando reuniões plenárias e grupos de estudo. Nem falta a conversa amiga pelos corredores quando, num clima de simplicidade, que lembra os tempos de seminário, cresce o conhecimento recíproco e estreita-se a amizade fraterna.

A Assembléia, preparada desde agosto do ano passado, tem por tema central a Missão da Igreja. Liga-se, assim, ao 7º Sinodo Episcopal, realizado em Roma, outubro de 1987, sobre a vocação e missão dos fiéis leigos no mundo de hoje.

Valoriza a comunhão eclesial que nasce do mistério trinitário e é fonte da missão e comunidade participativa. Analisa as tensões internas na Igreja e focaliza, em especial, três campos onde é maior o desafio para a ação pastoral.

O primeiro é a realidade da tensão entre o capital e o trabalho, no desejo de apontar, dentro da visão cristã, os caminhos de efetivo reconhecimento da dignidade da pessoa humana. Em segundo lugar, o mundo da política. O cristão, comprometido com a promoção do bem comum, deve procurar no dia-a-dia a harmonia entre o compromisso pastoral e o engajamento político. O terceiro é o mundo da cultura, aprofundando o encontro do Evangelho com a ciência, com a tecnologia, a comunicação social e com as tradições culturais mais simples do nosso povo.

Acrescenta-se o enfoque da evangelização para além-fronteiras, em resposta ao sacrifício de tantos missionários que vieram de outras terras para o Brasil. Chegou a nossa vez. Mesmo sem dispor do número suficiente de vocações, somos chamados a assumir agora nossa responsabilidade para com as nações e povos, que ainda não receberam a plena pregação do Evangelho. Pensemos na África, na Ásia e em algumas áreas da América Latina.

A Assembléia tratará ainda de dois outros temas especiais.

Estamos celebrando os 25 anos da promulgação por Paulo 6º da Constituição sobre Liturgia. Este evento poderá entusiasmar as Igrejas particulares, para que percebam, sob nova luz, que a união de nossa oferta à de Jesus Cristo na liturgia é o centro da vida cristã e fonte inspiradora de toda ação pastoral.

O outro tema é o estudo da vida e ministério dos presbíteros, tendo presentes as conclusões do 2º Encontro nacional realizado em Itaici sobre a espiritualidade sacerdotal, a associação entre presbíteros, a graça do celibato e a regularização da situação dos padres que deixaram o ministério.

A pauta inclui ainda sete assuntos e várias comunicações. A todo momento, na assembléia, está presente a constante solicitude quanto à condição do povo, os trabalhos da Constituinte e o processo político do país. Atenção particular volta-se para a defesa das populações indígenas, a promoção do homem do campo e o problema educacional.

O horário prevê nas assembléias um dia inteiro dedicado ao retiro espiritual, em ambiente de silêncio. Neste ano, chamado Mariano, o Santo Padre convida os cristãos a cultuar com especial louvor a Mãe de Deus, preparando desde já, por uma intensa vivência do Evangelho, a celebração dos 2.000 anos do nascimento de Cristo. Decidiram, então, os participantes, em espírito de penitência e oração, unidos aos fiéis peregrinos, fazer uma romaria ao Santuário Nacional da Padroeira do Brasil. Assim, antes do sol nascer, no dia 19 de abril, terça-feira, vários ônibus sairão de Itaici, rumo à Basílica de Nossa Senhora Aparecida.

Vamos rezar pelo povo brasileiro e pedir a graça de assumir, com renovado empenho, a missão que Deus nos confia.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

## Em Itaiçoi o episcopado discute a comunhão e a missão da Igreja

Começou na quarta-feira, 13 de abril, em Itaiçoi (SP), a 26ª Assembléia Geral Ordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB. Até o dia 22, sexta-feira, os bispos estarão debruçados sobre o tema central votado pelo Conselho Permanente da entidade em sua reunião de novembro do ano passado: "Igreja, Comunhão e Missão". O que e como fazer para que a Igreja no Brasil testemunhe mais e melhor a sua comunhão, como explicitar melhor e mais claramente e atuar a missão desta mesma Igreja no mundo do trabalho, na política, na cultura e junto àqueles povos que dentro e fora do Brasil estão carecendo do primeiro anúncio do Evangelho são questões que estarão sendo debatidas pelos diversos grupos de trabalho em que se dividirão os 375 pastores (cinco cardeais, 48 arcebispos e 317 bispos) que estão à frente da Igreja Católica no Brasil.

De cada Assembléia Geral da CNBB, que acontece anualmente, a Igreja no Brasil sai mais unida, mais esclarecida, mais disposta a levar avante a sua missão evangelizadora. Convém lembrar aqui o porquê da existência da CNBB. Ela tem por finalidade aprofundar cada vez mais a comunhão dos bispos, estudar assuntos de interesse comum da Igreja no país para melhor promover a ação pastoral orgânica; deliberar em matérias de sua competência, segundo normas do direito comum ou de mandato especial da Sé apostólica; manifestar solicitude pela Igreja Universal, através da comunhão e colaboração com a Sé Apostólica e com as outras conferências episcopais; cuidar do relacionamento com os poderes públicos, a serviço do bem comum.

Além do tema central, que exigirá o maior empenho dos bispos, outros temas de maior importância serão alvo de discussões e tomadas de decisão por parte do episcopado. Assim estará em foco a vida e o ministério dos padres, a necessidade de um novo impulso à vida litúrgica, a questão dos meios de comunicação social. Em reunião privativa se tra-

tará da visita apostólica aos seminários e da situação do Colégio Pio Brasileiro, que acolhe em Roma padres e seminaristas para estudos teológicos.

A Assembléia se constitui numa oportunidade única no ano para nossos bispos se inteirarem em conjunto sobre questões relativas à vida interna da Igreja e sobre a situação sócio, política e econômica do País. E assim que em forma de comunicações os bispos serão informados sobre o último Sínodo que tratou da presença e missão dos leigos no mundo; sobre a situação da Teologia; sobre a conjuntura nacional e a nova Constituição. Saberão também a quantas anda a situação financeira da CNBB.

Haverá tempo também para a oração. Um dia inteiro será dedicado à espiritualidade, sobre a orientação de dom Ivo Lorscheiter. "Maria na vida e Ação Evangelizadora da Igreja" será o tema que motivará a oração e a meditação dos bispos.

É sempre bom lembrar: ao reunir uma vez por ano o episcopado brasileiro a Igreja quer dar continuidade e impulso à sua ação pastoral, cujo objetivo ela definiu como:

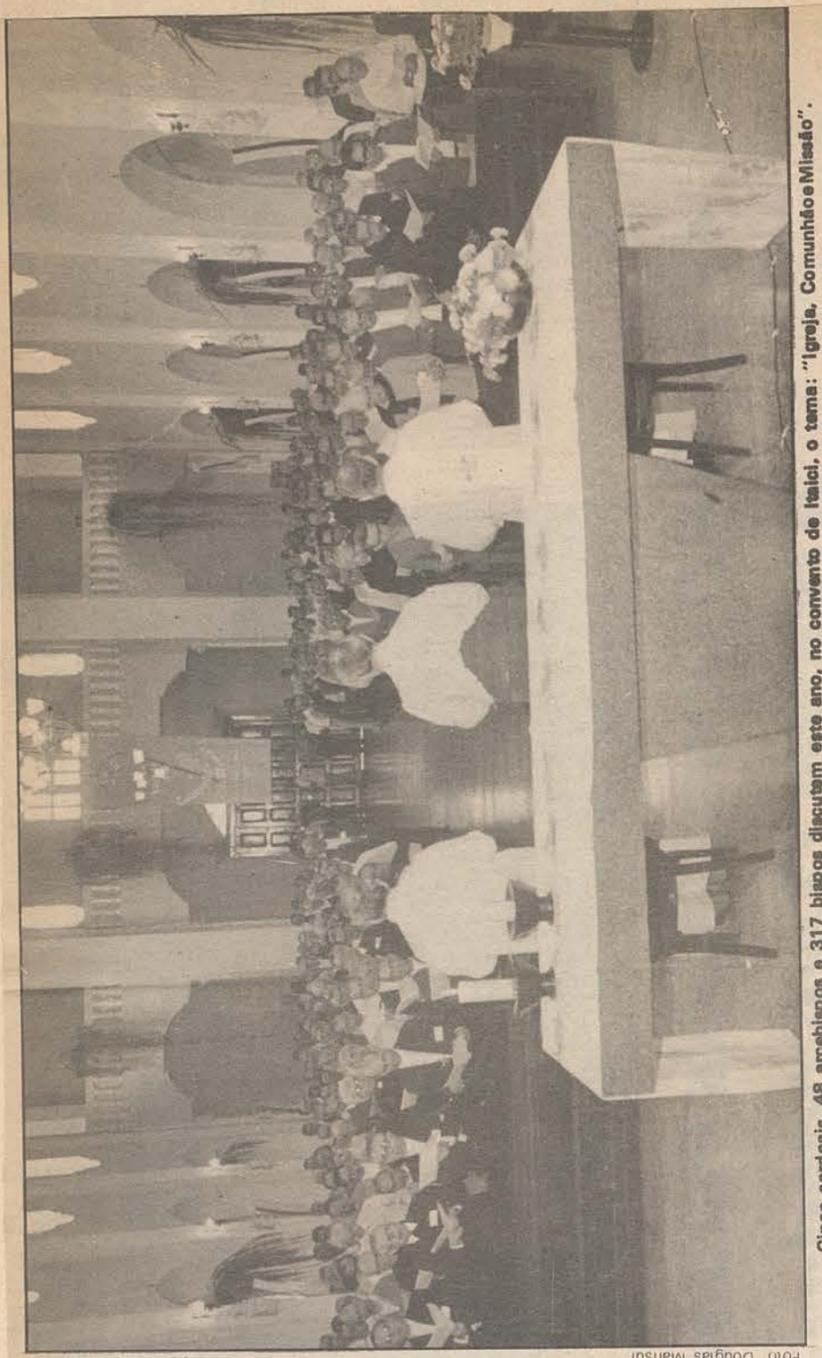
### Evangelizar

- \* o povo brasileiro em processo de transformação social, econômica, política e cultural
- \* anunciando a plena verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o Homem,
- \* à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres,
- \* pela libertação integral do homem,
- \* numa crescente participação e comunhão,
- \* visando formar o povo de Deus, e

\* participar da construção de uma sociedade justa e fraterna, sinal do Reino definitivo.

Como acontece todos os anos, esperam-se também neste muitas especulações em torno do que será discutido durante os dez dias de Assembléia. Especulações à parte, o que se pode afirmar antecipadamente é que em tais assembléias o episcopado brasileiro testemunha sua profunda comunhão, sua unidade na diversidade, seu desejo de servir sempre melhor a porção do povo de Deus que lhe foi confiada. Assim aconteceu em todas as assembléias até aqui realizadas. Desta vez não será diferente.

21-4-88 F19



Cinco cardeais, 48 arcebispos e 317 bispos discutem este ano, no convento de Itaiaci, o tema: "Igreja, Comunhão e Missão".

Foto Douglas Mansur

# CNBB veta a participação do clero em atividades político-partidárias

**DERMI AZEVEDO**  
Enviado especial a Itaiaci (SP)

Banco de Dados



D. Ivo Lorscheiter, ex-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

A participação do clero em atividades político-partidárias foi vetada ontem pelos bispos que participam da 26ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no Convento de Itaiaci, município de Indaiatuba (99 km a noroeste de São Paulo). O veto consta do texto final sobre o tema central da assembléia — "Igreja, comunhão e missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura", aprovado no início da tarde com 243 votos a favor, dois em branco e cinco contra (do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio Sales, do seu bispo-auxiliar, d. José Carlos de Lima Vaz, do arcebispo de Niterói (RJ), d. José Gonçalves, e dos bispos de Petrópolis (RJ), d. José Fernandes Veloso, e de Anápolis (GO), d. Manuel Pestana).

O documento valoriza a participação da Igreja Católica na política, de forma ampla, mas restringe a atuação político-partidária exclusivamente aos leigos. Se um padre quiser fazer política partidária, deverá pedir licença ao Vaticano (quando se tratar de candidatura a cargos no Poder Executivo) ou ao próprio bispo (tratando-se de candidaturas para o Legislativo). Em qualquer hipótese, sua atuação neste campo implicará a suspensão, em princípio provisória, de suas atividades específicas como sacerdote.

O documento inclui "a preocupação (da CNBB) com a tendência de identificar o reino de Deus com as simples mudanças sociais que podem ser conquistadas na luta popular, como também a facilidade com que alguns agentes pastorais apelam à análise marxista como sendo o único instrumento de análise e compreensão da realidade". Neste mesmo item, os bispos criticam, como contraponto à questão da análise marxista, "a ausência de qualquer compromisso de transfor-

mação social por parte de grupos, movimentos ou organizações pastorais" da Igreja. A redação desse parágrafo foi feita pelo bispo de Bauru (SP), d. Cândido Padin.

Um resumo do documento da 26ª Assembléia da CNBB foi apresentado às 14h30 pelo ex-presidente da CNBB d. Ivo Lorscheiter, pelo arcebispo de Florianópolis (SC) d. Afonso Niehues, e pelo bispo de Guarabira (PB), d. Marcelo Carvalheira, presidente da comissão de redação do texto-base cuja discussão começou em dezembro do ano passado até chegar à terceira versão, agora aprovada com 3.154 emendas.

Toda a primeira parte do documento tem um caráter doutrinário e pastoral reafirmando as teorias do Concílio Vaticano 2º sobre a missão da Igreja. Na segunda parte, é analisada a missão da Igreja nos campos do trabalho, da política e da cultura. Na terceira e última, o tema é a ação missionária da Igreja Católica em outras regiões do mundo.

No campo político, o documento diz que os membros da hierarquia

da Igreja (bispos, padres e religiosos) devem posicionar-se a favor dos mais pobres apoiar a educação política e a militância político-partidária dos leigos, conhecer as propostas dos partidos e candidatos, sempre com base nos "critérios evangélicos". Segundo d. Ivo Lorscheiter, "o episcopado tornou-se ainda mais claro e mais severo que antes na questão da presença dos clérigos na política partidária, não havendo motivo para exceções". O texto será amplamente divulgado em todas as paróquias e dioceses do Brasil.

Na análise sobre a conjuntura política brasileira, o documento mantém as críticas à transição política e à "Nova República" mas foi retirada, ontem, uma referência específica ao governo Sarney. Isto porque, segundo disse d. Ivo, a Igreja entende que "a crise brasileira é global, não setorial, e toda a sociedade brasileira é responsável por ela, não sendo possível individualizar as responsabilidades". Entre os principais problemas nacionais os bispos citaram a dívida externa e "a inflação galopante".

padre.

# Bispos debatem vida, missão e formação d

Nesta 26ª Assembléia Geral Ordinária da CNBB foi aberto um espaço para se discutir a situação do clero em nos

Quatro assuntos foram apresentados aos bispos para consulta, aprofundamento e sugestões. O fato de terem os bispos refletido sobre essa questão revela o trabalho da Comissão Nacional do

Clero - CNC - que, desde a sua fundação, já reuniu em dois encontros padres de todo o Brasil. Aqui o presidente da Comissão Nacional do Clero, padre Alirio Bervian, que trabalha em Altamira, Pará, na Prelazia do Xingu, fala sobre a caminhada dessa comissão.

22/4/88  
PSP

Comissão Nacional do Clero nasceu em 1969 e é anexa à CNBB. Hoje ela é formada por representantes de cada um dos regionais. No Regional a comissão é formada por um representante de cada diocese. Na sua primeira fase de existência, a CNC encontrou muitas dificuldades para dar vida a um trabalho junto ao clero pelo todo continental de nosso País, experiência na caminhada dos presbíteros e pela inexistência de uma organização de

comissão, porém, foi à luta. Começou a valorizar o espaço e a realização de encontros locais e ampliados em nível nacional e regional, surgindo daí a decisão de convocar os presbíteros em encontro em nível nacional. O primeiro encontro nacional aconteceu em 1985 e o segundo em 1987, em Itaici. Os participantes descobriram ser este um espaço para uma organização mais autêntica. Os apelos do primeiro Encontro Nacional dos Presbíteros voltaram para sua totalidade no segundo Encontro. O Assunto foi levado ao Conselho Permanente da CNBB, de onde surgiram quatro assuntos para consulta, aprofundamento e sugestões nesta 26ª Assembléia Geral da CNBB. Os assuntos são: 1) Pastoral Presbiteral; 2) Celibato; 3) Associação dos Presbíteros; 4) Regularização dos padres egressos, casados ou que deixaram o ministério.



A CNC apresentou as conclusões do 2º Encontro Nacional

Foto: Douglas Mansur

**Uma nova fase**  
Está surgindo, aos poucos, uma nova fase na caminhada dos presbíteros: as associações. Como exemplo, já existe a ASPREDIT - Associação dos Presbíteros da

Diocese de Tubarão. Os presbíteros estão se articulando em nível diocesano, regional, com o apoio da Comissão Nacional. Nesta caminhada vemos que graves problemas estão aí e devem ser enfrentados. Quatro em especial foram destacados no segundo ENP. A questão da afetividade, o poder na Igreja (desejo de maior participação), a formação dos futuros presbíteros e a manutenção do clero.

No primeiro Encontro Nacional os presbíteros se debruçaram mais sobre a missão, estudando um documento-base intitulado "O presbítero na Igreja Povo de Deus, servidora do mundo". No segundo encontro foi a pessoa do presbítero, com um outro documento: "Ser padre: novos desafios para uma vocação que permanece". Nos dois encontros o clero brasileiro foi bem representado, tendo comparecido mais de quatrocentos padres. Houve intensa preparação nas dioceses e em encontros regionais, sendo o Encontro Nacional a valorização, o colocar em comum da caminhada feita e a decisão conjunta de como devemos seguir. No segundo encontro foi escolhida a atual presidência e confirmada pela Comissão. Com este gesto sentimos-nos hoje comprometidos em representar o clero brasileiro. Não é honra para nós, mas compromisso, serviço aos presbíteros do Brasil e consequentemente à Igreja, Povo de Deus.

**Quatro eixos importantes**  
Os quatro eixos ao redor dos quais girou o assunto dos relatórios do 2º Encontro Nacional dos Presbíteros foram:  
**A sociedade** com os seus graves e urgentes problemas, onde os

presbíteros sentem-se comprometidos com um povo sofrido. Neste eixo a liturgia foi a celebração da vida, da realidade sofrida do povo brasileiro.

**A Igreja:** O povo de Deus deseja viver cada vez mais a comunhão e participar das decisões. A Igreja deve ser fermento, sal e luz para esta sociedade, estar aberto ao clamor do povo, acompanhar e iluminar a caminhada.

**A pessoa do presbítero:** Sentimos as nossas deficiências na formação e o nosso compromisso na caminhada pastoral. Surgiu daí a preocupação com a formação dos futuros presbíteros para uma sociedade cada vez mais complexa, com problemas graves e desafios urgentes.

**A organização dos presbíteros:** Sozinho nada se faz e pouco resultado se obtém. Daí o anseio de uma organização mais vital através de associações. O povo está sendo incentivado a organizar-se. E nós? Claro está que não será algo imediato, mas um processo. Os presbíteros demonstrarão concretamente. As dificuldades pessoais e pastorais; as ameaças e perseguições; o abandono e o ativismo, etc., exigem uma união e inter-ajuda maior entre o clero brasileiro.

30/04/88

DIARIO DE PERNAMBUCO

## Padre Hermínio é destituído da CNBB

Vandeck Santiago

A luta surda que se vem desenvolvendo no clero nordestino, envolvendo conservadores e progressistas, acaba de produzir mais um episódio: o secretário-executivo do Regional Nordeste II da CNBB (que engloba os Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, sendo o mais importante da região), padre Hermínio Canova, adepto da Teologia da Libertação, foi destituído do cargo e substituído pelo padre Giovanni, do Movimento Focolarino, cuja posse ocorrerá no fim de maio.

A substituição é mais um passo dado pelos conservadores no sentido de consolidar a hegemonia na hierarquia da Igreja. Neste aspecto, é a medida mais importante já tomada desde outubro do ano passado, quando numa virada histórica os conservadores acabaram com um domínio de 20 anos dos progressistas, elegendo o presidente (dom José Cardoso, arcebispo de Olinda e Recife) e o vice-presidente (dom Heitor de Araújo Sales, bispo de Caicó, RN) do Regional Nordeste II. Esta "tomada de poder" ocorreu durante a

Assembléia Ordinária da Comissão Episcopal Regional.

O cargo de secretário-executivo é um dos mais importantes dentro da organização do Regional. E por ele, por exemplo, que passa a execução das tarefas a nível administrativo, financeiro e pastoral. A ascensão de um conservador a este posto facilita, em termos práticos, a colocação de obstáculos à caminhada dos setores progressistas.

A queda do padre Hermínio é encarada também, pelos progressistas, como um sinal de que a ofensiva conservadora deve tornar-se mais ousada daqui por diante. As pastorais populares, que seguem a Teologia da Libertação e estão voltadas para a luta do povo, devem ser os próximos alvos dos golpes a serem desferidos pela hierarquia. Na Igreja, as bases são majoritariamente progressistas e de esquerda, mas elas não têm o poder de decisão sobre os principais rumos da instituição.

As divergências entre as duas correntes - que se vêm acirrando desde que dom José Cardoso tomou posse, em julho de 85, como arcebispo de Olinda e Recife - até então não foram discutidas abertamente. Isto deve

ocorrer na próxima Assembléia Diocesana, em fins de maio.

### CONSERVADORIZAÇÃO

O processo de conservadorização que atinge o clero nordestino parte da própria orientação que está sendo posta em prática pelo Papa João Paulo II, segundo argumentam teólogos católicos. O objetivo, aliás, é de estender a conservadorização para todo o Brasil e América Latina. Exemplos: a arquidiocese de São Paulo, onde pontifica dom Paulo Evaristo Arns, está para ser dividida em várias dioceses autônomas, diminuindo o seu poder. Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente nacional da CNBB, foi cogitado para o arcebispo de Salvador e acabou sendo nomeado para a inexpressiva diocese de Mariana (MG). Ele era bispo auxiliar de São Paulo e só no bairro paulistano de Belém era responsável por uma população de dois milhões de habitantes; em Mariana a população não ultrapassa 1,5 milhão de pessoas. Ao mesmo tempo se articula um nome conservador para as próximas eleições para a presidência da CNBB, provavelmente o de dom Lucas Neves, de Salvador.

No caso específico do Regional Nordeste II, as sete

últimas nomeações foram todas de bispos comprometidos com o processo de conservadorização: dom Manuel Palmeira da Rocha, em 1980, para a Diocese de Pesqueira; dom José Cardoso, arcebispo de Olinda e Recife, 85; dom Paulo Cardoso, diocese de Petrolina, também em 85, e dom Jorge Tobias, diocese de Nazaré da Mata, 86, todos em Pernambuco. Para Alagoas foram nomeados dom Edvaldo Gonçalves de Amaral (1985, arcebispo de Maceió) e dom Fernando Iório Rodrigues (1985, bispo de Palmeira dos Índios). A nomeação mais recente foi para o arcebispo de Natal (RN), cuja escolha recaiu sobre dom Alair Vilar Fernandes de Melo.

Um exemplo do que a hierarquia pode fazer com movimentos que não se adequem a suas orientações foi dado por dom Edvaldo Amaral, em 85, que extinguiu o Movimento de Educação de Base (MEB), cuja prática era pautada pela Teologia da Libertação, e demitiu todos os seus integrantes. A mesma coisa foi feita no início deste mês, em Natal, quando o então arcebispo D. Nivaldo Monte pôs fim a uma caminhada de 27 anos do MEB natalense.

# Padre Hermínio é destinatário da CNBB

...a CNBB divulgou nota ontem, assinada pela Presidência da entidade, cujo titular é d. Luciano Mendes de Almeida, em que expressa sua "apreensão" em relação ao tratamento que vem sendo dado ao tema da reforma agrária pelo Congresso Constituinte. Para a CNBB, a omissão do tema na nova Constituição ou a dissociação entre função social e produção da terra da propriedade rural são "indevidas" e levariam "a um lamentável retrocesso na legislação agrária."

A CNBB lembra que as comunidades da Igreja do Brasil enviaram emendas de iniciativa popular para a reforma agrária, assinadas por 1,2 milhão de eleitores. A seguir, a íntegra da nota:

"A Assembléia Nacional Constituinte trata, nestes dias, da Ordem Econômica, em especial da reforma agrária.

...questão de paz e justiça social e garantia da democracia. Por isso, a Presidência da CNBB e a Comissão Episcopal de Acompanhamento à Constituinte vêm, com grande apreensão, o tratamento à questão na Assembléia Nacional Constituinte. Não se justificam, seja uma omissão que levaria a um lamentável retrocesso na legislação agrária, seja a dissociação indevida entre a produção e a função social da propriedade. "Pesa uma hipoteca social sobre propriedade privada", disse João Paulo II a todos os que desejam se manter unidos à Igreja do Cristo.

"Pedimos aos cristãos que acompanhem os trabalhos constituintes e intensifiquem suas preces neste momento grave da vida nacional, rogando a Deus luzes para que se realize a tão desejada reforma agrária e se faça justiça aos pobres."

Presidência da CNBB  
Brasília, 6 de maio de 1988

# CNBB expressa 'apreensão' sobre o tema

Th PEISIBS Da Redação

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou nota ontem, assinada pela Presidência da entidade, cujo titular é d. Luciano Mendes de Almeida, em que expressa sua "apreensão" em relação ao tratamento que vem sendo dado ao tema da reforma agrária pelo Congresso Constituinte. Para a CNBB, a omissão do tema na nova Constituição ou a dissociação entre função social e produção da terra da propriedade rural são "indevidas" e levariam "a um lamentável retrocesso na legislação agrária."

A CNBB lembra que as comunidades da Igreja do Brasil enviaram emendas de iniciativa popular para a reforma agrária, assinadas por 1,2 milhão de eleitores. A seguir, a íntegra da nota:

"A Assembléia Nacional Constituinte trata, nestes dias, da Ordem Econômica, em especial da reforma agrária.

"Todos percebemos a importância que tem a questão para a concórdia social e o bem comum.

"Em sucessivas mensagens, bispos e pastores da Igreja Católica e das Igrejas Evangélicas têm solicitado medidas para distribuir mais equitativamente a terra e para implantar uma adequada política agrícola. São meios de eliminar a pobreza que grassa no campo, o conflito rural, cada dia mais disseminado e violento, e de promover, de modo pacífico, a justiça social. Respondendo a esses apelos, comunidades cristãs, em todo o país, uniram-se ao movimento que coletou 1.200.000 assinaturas de eleitores para as emendas populares da reforma agrária. Tudo isto porque a reforma agrária é tão importante que levou o santo padre João Paulo 2º, em audiência ao presidente da República, a afirmar: 'a reforma agrária no Brasil não pode fracassar. A reforma agrária é uma

questão de paz e justiça social e garantia da democracia. Por isso, a Presidência da CNBB e a Comissão Episcopal de Acompanhamento à Constituinte vêm, com grande apreensão, o tratamento à questão na Assembléia Nacional Constituinte. Não se justificam, seja uma omissão que levaria a um lamentável retrocesso na legislação agrária, seja a dissociação indevida entre a produção e a função social da propriedade. "Pesa uma hipoteca social sobre propriedade privada", disse João Paulo II a todos os que desejam se manter unidos à Igreja do Cristo.

"Pedimos aos cristãos que acompanhem os trabalhos constituintes e intensifiquem suas preces neste momento grave da vida nacional, rogando a Deus luzes para que se realize a tão desejada reforma agrária e se faça justiça aos pobres."

Presidência da CNBB  
Brasília, 6 de maio de 1988

## CNBB é contra inclusão de aborto e divórcio na Carta

Da Reportagem Local

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é contrária à inclusão, na nova Constituição brasileira, de normas relativas ao divórcio e ao aborto, por "questões de princípio" e por considerar que esses assuntos cabem à legislação ordinária. É o que disse ontem, às 14 hs, à Folha, o bispo de Bauru (SP), d. Cândido Padin, advogado e coordenador da Comissão Episcopal de Acompanhamento ao Congresso constituinte, organismo do episcopado católico brasileiro. Integram, também, essa comissão, o arcebispo de Uberaba (MG), d. Benedito Ulhoa Vieira e o bispo de Afogados da Ingazeira (PE), d. Francisco Austregésilo de Mesquita Filho, além de assessores leigos. D. Cândido Padin acrescentou que a CNBB não tem opinião a dar sobre a duração do mandato do presidente José Sarney, embora a Igreja Católica considere que a sondagem de opinião sobre esse tema — que está sendo feita pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) — "deva ser levada em conta pelos parlamentares".

Entre os temas que estão sendo votados em Brasília, a CNBB defende, também, a subordinação ao Congresso Nacional dos processos de outorga, renovação, permissão e autorização das concessões de rádio

e televisão, além da criação do Conselho Nacional de Comunicação, integrado não somente por congressistas, mas também por setores organizados da sociedade civil. Para defender suas posições a Igreja continuará mantendo contatos com parlamentares católicos de todos os partidos.

### Direito à vida

Segundo d. Cândido Padin, a Igreja considera o aborto como "algo que afeta o direito à vida, essencial ao ser humano e que vigora desde o momento da concepção", vendo-o, portanto, como crime, incluído no Código Penal. Ele destacou que "não é permitindo o aborto que será melhorada a situação da família brasileira, mas sim dando-lhe condições de subsistência digna" e que "somente a paternidade responsável fará com que se desenvolva a consciência dos casais sobre a procriação".

Quanto ao divórcio, a CNBB está convencida, na opinião de d. Cândido, de que a sua posição de princípio, anti-divorcista, "não pode ser imposta aos brasileiros que não são católicos". Entende, porém, que — já que não foi aprovado pelo Congresso, em votação anterior, o princípio do casamento indissolúvel — a dissolubilidade do vínculo matrimonial cabe à legislação ordinária.

Vaticano e CNBB  
30. Mai 1988 FN  
vão inspecionar  
formação do clero

A Congregação para a Educação Católica, um dos dicastérios (ministérios) da Cúria Romana e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) deverão realizar um encontro no início do próximo ano, em local ainda não definido, para uma avaliação dos resultados da inspeção episcopal a todos os seminários brasileiros, a ser feita de agosto a novembro próximos. A "visita apostólica" aos seminários é de inteira responsabilidade do Vaticano, mas, pela segunda vez, será feita em regime de cooperação entre o governo central da Igreja e uma conferência de bispos. A primeira vez ocorreu na inspeção aos seminários norte-americanos. O encontro entre o Vaticano e a CNBB, sobre os resultados da "visita", definirá, também, quais deverão ser os rumos da formação seminarística católica no Brasil nos próximos anos.

O instrumento básico que os "visitadores" utilizarão, na inspeção aos seminários brasileiros, será a chamada "Ratio Fundamentalis" ("Razão Fundamental"), um documento da Cúria Romana com as diretrizes fundamentais da Igreja para a formação dos futuros padres e para o funcionamento dos seminários. A CNBB adaptou este documento à realidade brasileira. Um fato novo nesse processo de inspeção consiste no método utilizado para a indicação de nomes como candidatos a "visitadores". Como também já aconteceu nos Estados Unidos, o Vaticano permitiu que o episcopado brasileiro (reunido em Itaici, município de Indaiatuba, a 99 km a noroeste de São Paulo, de 13 a 22 de abril último) indicasse três nomes de cada secretariado regional da CNBB para que o Papa faça a escolha dos inspetores entre eles.

Cada "visitador" deverá inspecionar entre treze e quinze seminários. Ficarão fora da visita (além das casas de formação seminarística da Arquidiocese de São Paulo, já inspecionadas duas vezes) os seminários pertencentes às congregações religiosas. Isto porque eles são fiscalizados diretamente pelas próprias ordens e congregações, cujo governo central também se encontra em Roma.

A uniformização de critérios e procedimentos para a "visita apostólica" será feita em Brasília, em agosto próximo, numa reunião, na sede da CNBB. (DA)

## CNBB quer suprimir equiparação de união estável com casamento <sup>8/6/81</sup> <sup>77</sup>

Do enviado especial a Itaici

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) vai defender a supressão do artigo que equipara a união estável entre o homem e a mulher ao casamento no segundo turno do Congresso constituinte. No segundo turno de votação, o plenário só pode suprimir, por 280 votos, itens aprovados no primeiro, que está agora em fase de conclusão. Além desta emenda supressiva, o "lobby" da CNBB vai tentar manter os artigos que garantem a participação direta dos cidadãos na defesa dos seus direitos e na política governamental, os direitos humanos na empresa, na família e na educação, a adoção de instrumentos contra a corrupção na administração pública e a abertura de espaços para programas que garantam uma maior distribuição da riqueza e da renda nacionais. Foi que afirmou ontem o bispo de Bauru, d. Cândido Padin, 71, coordenador da Comissão de Acompanhamento ao Congresso constituinte da Conferência Episcopal Brasileira. Ele é um dos partici-

pantes da Assembléia dos Bispos do Estado de São Paulo, que está sendo realizada desde anteontem no convento de Itaici, município de Indaítuba, 99 km a noroeste de São Paulo, sobre o tema "Igreja e comunicação social".

D. Cândido acrescentou que a CNBB irá detalhar essas propostas em um encontro com as entidades que integram o Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte, a ser realizado de amanhã até sexta-feira no auditório Teotônio Vilela, no Senado.

Ele disse também que a conferência dos bispos é contrária à iniciativa de não se assinar a nova Constituição, o que está sendo debatido por alguns setores do PT e do PDT.

Entre os pontos incluídos na Carta, a CNBB quer que seja regulamentada a possibilidade de apresentação de projetos de lei diretamente pela sociedade civil nos planos federal, estadual e municipal. A CNBB defenderá uma maior participação dos trabalhadores na gestão das empresas. (Dermi Azevedo)

# CNBB debate estratégias para

10. Juni 1988  
DERMI AZEVEDO

Da Reportagem Local

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as entidades que integram o plenário Pró-Participação Popular na Constituinte estarão reunidas, em Brasília, para debaterem estratégias conjuntas para a fase final dos trabalhos do Congresso constituinte, quando só serão permitidas emendas supressivas. O encontro, que se estenderá de amanhã até o dia 12 próximo, será realizado no auditório Petrônio Portela, no Senado Federal.

A conferência episcopal estará representada pelo bispo de Bauru (SP), d. Cândido Padin, coordenador da Comissão de Acompanhamento à Constituinte, da qual também participam o ex-presidente da CNBB e

bispo de Santa Maria (RS), d. Ivo Lorscheiter, seu colega de Afogados da Ingazeira (PE), d. Francisco Austregésilo Mesquita Filho e o arcebispo de Uberaba (MG), d. Benedito Ulhoa Vieira. Com base nos debates desta semana, a CNBB decidirá se fará lobby junto aos 120 parlamentares de todos os partidos com os quais se comunica regularmente —dentre os quais congressistas como Jorge Arbage (PDS-PA), Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e Mário Covas (PMDB-SP)— para que sejam canais de emendas supressivas ao novo texto constitucional.

Além da própria conferência episcopal, os principais lobbies da Igreja Católica junto ao Congresso constituinte são formados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) —que garantiu a infra-estrutura para que 100 representantes de 30 povos indígenas atuassem no Con-

gresso durante a votação sobre povos indígenas—, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelas Pastorais da Criança e do Menor. Estas pastorais atuam, desde o início dos trabalhos constituintes, unidas a outras entidades da sociedade civil brasileira.

## Aborto

Segundo d. Cândido Padin, 71, os possíveis objetos de pressão da Igreja na fase final constituinte podem ser, por exemplo, os artigos sobre a família, reforma agrária e educação. "Não concordamos com o artigo da família por não reconhecer a constituição familiar pelo casamento, o que significa renunciar à responsabilidade do homem e da mulher neste plano", diz o bispo de Bauru. "Não se pode pretender igualar uma situação de fato de convivência homem-mulher com a

## o 2º turno

figura da família, que assume sua tarefa formativa."

Do mesmo modo, a Igreja entende que questões como o divórcio e o aborto só cabem na legislação ordinária e não na nova Carta. Quanto à reforma agrária, a Igreja considera que "sofreu um golpe mortal" na votação do capítulo 3 do Título VII —sobre "Política agrária e fundiária e da reforma agrária". A CNBB debaterá, portanto, com seus assessores, como remediar a derrota de sua proposta neste campo.

Depois de promulgada a nova Constituição, a CNBB continuará mobilizada —no seu próprio âmbito e também em conjunto com outras entidades da sociedade civil— para a apresentação de propostas para a legislação ordinária e para a elaboração das Constituições estaduais e das leis orgânicas municipais.

# Mídia cria 'imagem falsa e nociva' da Igreja, diz 9/16/88 assessoria da CNBB

**DERMI AZEVEDO**

Enviado especial a Itaiç

Os grandes meios de comunicação no Brasil "têm criado uma imagem falsa e nociva da Igreja", afirmando que ela "quer mandar no Estado, é inimiga da soberania nacional, age contra o Governo, deseja controlar a informação e está dividida em Igreja religiosa e Igreja social". É o que afirma um documento preparado pela Assessoria de Comunicação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cujo responsável é o monsenhor Arnaldo Beltrami. O texto, com o título "Motivação para a Pastoral da Comunicação", está sendo estudado na Assembléia dos Bispos da Regional Sul 1 da CNBB

(que corresponde a Arquidiocese do Estado de São Paulo), que se realiza no convento de Itaiç, município de Indaiatuba (99 km a noroeste de São Paulo).

Segundo o documento, "os grandes meios de comunicação tratam a Igreja de forma injuriosa porque ela defende as justas aspirações da população, como reforma agrária, direitos indígenas, participação popular na Constituinte", acrescentando que os grandes meios de comunicação "são conservadores porque mantêm as coisas como estão, não dando espaço positivo às instituições e pessoas que promovem mudanças sociais". Além de analisar o tratamento dado à Igreja pelos grandes meios, o documento estuda as mudanças mais recentes no jornalismo brasileiro (como por exemplo a modernização gráfica e editorial em jornais e revistas), analisa as decisões do Congresso constituinte sobre comunicação e afirma que esse campo "é prioritário para a Igreja no Brasil".

A crítica à grande imprensa e a autocrítica com relação ao tratamento da comunicação dentro da própria Igreja vêm caracterizando, desde a última segunda-feira, os debates dos bispos, padres e leigos das dioceses paulistas sobre comunicação. Uma das verificações nos plenários e nos grupos de debate é a de que a Igreja não está conseguindo

integrar suficientemente os seus próprios meios de comunicação, como as suas 110 emissoras de rádio, as quatro editoras católicas (que estão entre as 14 maiores do país), os seus 200 boletins impressos mensalmente nas dioceses e os dois mil boletins mimeografados semanais, além da sua única emissora de televisão em Pato Branco (PR). Uma das causas dessa desintegração, segundo participantes da Assembléia, é a falta de unidade interna da Igreja em torno de questões teológicas e pastorais. Eles apontaram também a falta de maiores investimentos no setor, além da ausência de pessoal mais qualificado em comunicação.

## A imagem da CNBB

À CNBB não faltam, certamente, motivos e temas para reflexão —esta, de fato, é uma das palavras mais usadas por seus membros, embora nem sempre aplicada com propriedade. Mas não é de propriedade que se trata desta vez, e sim de imprensa: a Regional Sul da CNBB discute em Itaici um documento preparado pela assessoria de comunicação da entidade, criticando os grandes meios de divulgação por criarem “uma imagem nociva e falsa da Igreja”. Entre as distorções por que a imprensa seria responsável, o texto aponta a idéia de que o clero brasileiro estaria dividido entre “Igreja religiosa e Igreja social”. Se se trata de tentar negar evidências deste gênero, não haveria outra recomendação a dar aos autores do documento exceto a de que lessem os jornais.

Mas assim como há Igrejas e Igrejas, há jornais e jornais, e a CNBB pode com razão assestar suas baterias contra publicações que, muitas vezes motivadas por um “parti pris” ideológico exacerbado, incorrem numa visão conspiratória a respeito das atividades de alguns setores do clero. O problema de imagem da CNBB não se deve primordialmente, entretanto, a este tipo de denúncias. Deriva diretamente dos próprios critérios de atuação da entidade.

Sem dúvida, dentro de um necessário impulso de renovação e de justas preocupações no campo social, parcela preponderante do clero brasileiro procura responder a uma realidade de distorções, desumanidade e violência que o país não pode suportar indefinidamente. A luta pelos direitos humanos e a crítica às desigualdades sociais, ao lado de um impressionante esforço de mobilização popular, não teriam porque depor contra a imagem da instituição. O que se passa, contudo, é que a atuação da Igreja Católica no Brasil vai conhecendo, a cada dia, um descompasso maior entre o plano das aspirações legítimas que

busca representar e as soluções, puramente imaginárias, quando não retrógradas, que defende. Um redistributivismo agrário que colide com quaisquer pretensões de modernização e de fortalecimento da empresa produtiva no campo; um moralismo no plano dos costumes que não hesita em impor, ao Estado laico e civil, reivindicações de censura e tutela social; um ativismo demagógico, que não raro ultrapassa as fronteiras da legalidade para promover “ocupações pacíficas” de terra: tudo vai fazendo, do suposto “progressismo” da CNBB, apenas o sinônimo de uma visão ultrapassada da sociedade brasileira, uma tentativa de prendê-la aos quadros de um pré-capitalismo idílico e sentimental, incapaz de propor soluções viáveis e modernas para os problemas sociais que, com acerto, não cessa de apontar.

Num momento em que os próprios líderes do mundo socialista reconhecem a necessidade de incentivar a competitividade, de dinamizar a produção, de confiar nos mecanismos de mercado, a idéia de que o regime de livre empresa é inimigo do desenvolvimento social parece ainda ser hegemônica no clero brasileiro. É inevitável que, situando-se firmemente na contracorrente da história, a CNBB enfrente críticas acerbas de parcelas ponderáveis da opinião pública —para além das que, movidas por um impulso ultraconservador, dirigem à entidade um tipo de condenação diretamente tributário dos tempos da guerra fria, vendo em suas atividades um caso patente de criptocomunismo.

Seria obscurantismo e extravagância partilhar dessa visão a respeito da CNBB. Importa, como a qualquer outra entidade, apontar seus equívocos. Mas o mínimo que se pode esperar de seus membros é que não tenham, a respeito das críticas que recebem, a mesma interpretação conspiratória que denunciam em seus adversários.

10/6/88  
Ffr

## A imagem da CNBB

A CNBB não faltam, certamente, motivos e temas para reflexão —esta, de fato, é uma das palavras mais usadas por seus membros, embora nem sempre aplicada com propriedade. Mas não é de propriedade que se trata desta vez, e sim de imprensa: a Regional Sul da CNBB discute em Itaiaci um documento preparado pela assessoria de comunicação da entidade, criticando os grandes meios de divulgação por criarem “uma imagem nociva e falsa da Igreja”. Entre as distorções por que a imprensa seria responsável, o texto aponta a idéia de que o clero brasileiro estaria dividido entre “Igreja religiosa e Igreja social”. Se se trata de tentar negar evidências deste gênero, não haveria outra recomendação a dar aos autores do documento exceto a de que lessem os jornais.

Mas assim como há Igrejas e Igrejas, há jornais e jornais, e a CNBB pode com razão assestar suas baterias contra publicações que, muitas vezes motivadas por um “parti pris” ideológico exacerbado, incorrem numa visão conspiratória a respeito das atividades de alguns setores do clero. O problema de imagem da CNBB não se deve primordialmente, entretanto, a este tipo de denúncias. Deriva diretamente dos próprios critérios de atuação da entidade.

Sem dúvida, dentro de um necessário impulso de renovação e de justas preocupações no campo social, parcela preponderante do clero brasileiro procura responder a uma realidade de distorções, desumanidade e violência que o país não pode suportar indefinidamente. A luta pelos direitos humanos e a crítica às desigualdades sociais, ao lado de um impressionante esforço de mobilização popular, não teriam porque depor contra a imagem da instituição. O que se passa, contudo, é que a atuação da Igreja Católica no Brasil vai conhecendo, a cada dia, um descompasso maior entre o plano das aspirações legítimas que

busca representar e as soluções, puramente imaginárias, quando não retrógradas, que defende. Um redistributivismo agrário que colide com quaisquer pretensões de modernização e de fortalecimento da empresa produtiva no campo; um moralismo no plano dos costumes que não hesita em impor, ao Estado laico e civil, reivindicações de censura e tutela social; um ativismo demagógico, que não raro ultrapassa as fronteiras da legalidade para promover “ocupações pacíficas” de terra: tudo vai fazendo, do suposto “progressismo” da CNBB, apenas o sinônimo de uma visão ultrapassada da sociedade brasileira, uma tentativa de prendê-la aos quadros de um pré-capitalismo idílico e sentimental, incapaz de propor soluções viáveis e modernas para os problemas sociais que, com acerto, não cessa de apontar.

Num momento em que os próprios líderes do mundo socialista reconhecem a necessidade de incentivar a competitividade, de dinamizar a produção, de confiar nos mecanismos de mercado, a idéia de que o regime de livre empresa é inimigo do desenvolvimento social parece ainda ser hegemônica no clero brasileiro. É inevitável que, situando-se firmemente na contracorrente da história, a CNBB enfrente críticas acerbas de parcelas ponderáveis da opinião pública —para além das que, movidas por um impulso ultraconservador, dirigem à entidade um tipo de condenação diretamente tributário dos tempos da guerra fria, vendo em suas atividades um caso patente de criptocomunismo.

Seria obscurantismo e extravagância partilhar dessa visão a respeito da CNBB. Importa, como a qualquer outra entidade, apontar seus equívocos. Mas o mínimo que se pode esperar de seus membros é que não tenham, a respeito das críticas que recebem, a mesma interpretação conspiratória que denunciam em seus adversários.

## CNBB prepara esquema para lançar jornal próprio ainda este ano

BRASÍLIA — Preocupada com as acusações da União Democrática Ruralista (UDR) e com a grande imprensa que "tem tratado a Igreja católica de forma injuriosa", a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) já prepara seu esquema de defesa: a completa reformulação do seu sistema de comunicação. Como primeiro passo, vai editar, ainda este ano, um jornal semanal com tiragem prevista de 100 mil exemplares e alimentar, por intermédio de um canal de voz autorizado pelo Ministério das Comunicações, as 110 emissoras católicas do país com um noticiário produzido em Brasília.

Com a reformulação no sistema de comunicação, a CNBB quer atingir pelo menos três objetivos: unificar a linguagem da Igreja, hoje dividida entre o tom progressista e o conservador; influenciar a opinião pública nas eleições e na elaboração da legislação complementar à nova carta; e criar um canal de comunicação junto à massa de fiéis.

"Apesar da força que tem junto aos órgãos decisórios do país, a Igreja quase que só se relaciona com a população pelos contatos de bispos e padres. E, quando criticada, tem dificuldades em responder, exatamente pela falta de um sistema de comunicação eficiente", afirmou a missionária e jornalista Maria Alba Vega, da equipe que prepara o projeto do jornal da CNBB.

**Verba** — A CNBB ainda não sabe como vai financiar o jornal semanal. "No momento só existe o projeto, mas, dentro de poucos dias, saberemos de onde virar a verba para financiar o semanário", explicou um padre da CNBB.

A preocupação da entidade com a grande imprensa foi demonstrada anteontem na assembleia dos bispos do Regional-Sul 1, realizada em Itaiçi, município de Indaiatuba, a 120 quilômetros de São Paulo. Os bispos concluíram que os grandes meios de comunicação têm tratado a Igreja católica de forma injuriosa, porque ela defende as justas aspirações do povo, como a reforma agrária, os direitos dos índios e a participação popular na Constituinte.

Mas não é só a grande imprensa que vem preocupando os bispos e políticos ligados à Igreja católica. "Se a CNBB tivesse um jornal forte, influente junto ao público, teria sido fácil responder a todas as acusações feitas pela UDR quando da votação da reforma agrária", diz o deputado Euclides Scalco (vice-líder do PMDB ligado à Igreja Católica).

"Hoje existem muitos ataques à Igreja por parte de entidades e até de jornais de grande tiragem. Está difícil dar uma resposta, a não ser quando a legislação é utilizada, como aconteceu no caso de *O Estado de São Paulo*, que acusou a Igreja de tentar vender parte do Brasil", diz a missionária Maria Alba.

## "Lar Católico" vai fornecer estrutura

O jornal a ser lançado pela CNBB ainda não tem nome. A entidade deverá aproveitar a estrutura administrativa do *Lar Católico*, editado há 76 anos pela Congregação dos Padres do Verbo Divino, em Juiz de Fora (MG), e há cinco anos sob a direção da Regional 2 da CNBB (Minas e Espírito Santo). Tem atualmente tiragem de 50 mil exemplares, com 45 mil assinantes. "Talves, por ser tão conhecido, a CNBB decida manter o título *Lar Católico*", diz Alba Vega.

O projeto final do seminário — que, guardadas as proporções, poderia ser comparado ao *L'Osservatore Romano*, o órgão oficial do Vaticano — será submetido ao Conselho Permanente do Episcopado em agosto, em Brasília, conforme ficou definido na assembleia de Itaiçi, realizada em abril. Caso o projeto seja do total agrado do Conselho Permanente, o jornal irá logo em seguida para as bancas. Ocorrendo o contrário, terá de aguardar nova reunião do conselho, em novembro.

"A questão da Igreja e da comunicação social é tão importante, que a CNBB incluiu o tema entre os três destaques do triênio, ao lado do menor e do negro", afirma o editor do *Lar Católico*, Pedro Ermani Goulart. Ele, em Belo Horizonte, presta assessoria ao arcebispo dom Serafim de Araújo, responsável pelo setor de comunicação da CNBB, na elaboração do projeto do jornal. Goulart informa que no próximo ano o tema da Campanha da Fraternidade será a comunicação social.

# Igreja perde na mídia, diz CNBB

DERMI AZEVEDO  
Da Reportagem Local

A realização de uma pesquisa sobre a imagem da Igreja Católica nos grandes meios de comunicação social do país, a organização de setores de comunicação nas dioceses e arquidioceses e a formação intensiva dos seminaristas, padres e agentes pastorais nessa área, são algumas das conclusões da Assembleia Anual do Episcopado Paulista, concluída anteontem no convento de Itaici, município de Indaiatuba (a 99 km a noroeste de São Paulo). O tema "Igreja e Comunicação" também será debatido numa assembleia mais ampla, em novembro próximo, em Itaici, e já foi escolhido, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para a Campanha da Fraternidade do próximo ano. No plano internacional, poderá ser o tema do Sínodo Mundial dos Bispos, no Vaticano, em 1991.

Além de optar pela intensificação da presença da Igreja no mundo da comunicação em todos os níveis, a CNBB concluiu, nos debates desta semana em Itaici, que está avançando na organização de pequenos meios informativos, de caráter grupal e comunitário, mas que está perdendo espaço diante da moderni-

zação da grande imprensa brasileira por não conseguir articular adequadamente os seus próprios veículos.

Neste sentido, a Igreja "atua como um anão diante do monstro", de acordo com um dos subtítulos de um vídeo sobre "Igreja e Comunicação", produzido pelo Sistema Salesiano de Videocomunicação (SSV) para o setor de comunicação da CNBB. De acordo com este vídeo, a Igreja Católica não tem nenhum jornal diário no país e possui uma única emissora de televisão, administrada pelos franciscanos, em Pato Branco (PR). As 110 emissoras de rádio — de que a Igreja é concessionária — não conseguiram, até agora, trabalhar de forma articulada.

Para os assessores da CNBB na área da comunicação, entre as causas da presença desarticulada da Igreja nesse campo encontram-se "a falta de auto-consciência quanto à necessidade de evangelizar através dos meios de comunicação", o alto custo dos investimentos em termos de recursos humanos e materiais, além da falta de pessoal qualificado de acordo com a demanda de serviços. Os participantes da Assembleia de Itaici concluíram também que se a Igreja não concretizar uma política mais avançada na área

da comunicação, terá dificuldades para realizar o seu objetivo geral de "evangelização libertadora" no Brasil.

## Semanário

A CNBB deverá decidir, em agosto próximo, na reunião de seu Conselho Permanente em Brasília, se lançará ou não (a curto prazo) o seu semanário nacional. Entre os bispos, pelo menos dois — d. Cândido Padin, de Bauru (SP) e d. Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia (MT) — fazem restrições a essa idéia, por considerarem que o jornal, embora importante, não resolverá o problema da presença pouco significativa da Igreja na grande mídia.

Eles representam uma amostra de uma corrente de pensamento, no episcopado, que defende uma presença cristã nas várias instâncias sócio-político-econômicas, nem sempre falando de religião de modo explícito. Além disso, os primeiros estudos financeiros sobre os custos do semanário estão assustando alguns de seus principais defensores, como o arcebispo de Belo Horizonte (MG), d. Serafim Fernandes de Araújo, responsável pelo setor de Comunicação da CNBB.

## CNBB faz pesquisa para saber de onde vem o dinheiro das seitas

12. Juni 1988 Fly

D. Paulo acredita que o Brasil do ano 2000 não será nem menos, nem mais católico do que hoje e, sim, "um país mais consciente", podendo ser interpretado através de três fenômenos citados pelo papa João 23, há 25 anos, com "a urbanização tumultuada". O primeiro, segundo d. Paulo, seria relativo à fé "que não encontraria sua expressão na cidade, como encontrou no campo". O segundo, referente ao culto, "destacando o contraste entre a religiosidade não assumida pela liturgia e entre as manifestações religiosas mais intelectuais e frias das cidades e as do campo, mais tradicionais". O terceiro "é a solidariedade, revelada, no campo, pelos laços de sangue e de conhecimento, enquanto, na cidade, o homem está só". Esses três fenômenos, segundo d. Paulo, devem levar as cidades a receberem melhor os migrantes, criando centros comunitários, como os que a arquidiocese paulistana instalou na periferia paulistana.

Nesse contexto de urbanização

crescente, o cardeal vê o crescimento das seitas, com dinheiro proveniente, em sua opinião, principalmente dos Estados Unidos "reunido por aqueles que temem uma expansão da Igreja Católica, sobretudo quando ela se ocupa dos pobres e da Teologia da Libertação". Em suas visitas aos bairros periféricos paulistanos, d. Paulo disse ter encontrado para cada um dos 1600 centros comunitários instalados pela Igreja cerca de cinco a dez pequenos templos das seitas. Elas cultivam, segundo disse, uma "religião psicossomática, muito ligada ao corpo, às necessidades imediatas e materiais das pessoas". Afirmou que está sendo feita uma pesquisa (pela CNBB e pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs) sobre essas seitas, "para verificar de onde vem tanto dinheiro para que proliferem no Brasil, esbanjando auxílio material, impedindo o crescimento humano e enfraquecendo, em vez de fortalecer, o ânimo de uma população que já se sente abandonada". (DA)

LOCAL

17-6-88  
Assembleia do Regional Sul 1 da CNBB

# Comunicação preocupou os bispos de São Paulo

Cido Pereira  
enviado especial a Itaipu

De 6 a 9 de junho, os bispos de todas as dioceses do Estado de São Paulo, com seus padres coordenadores de pastoral e mais um leigo responsável pela pastoral da comunicação em cada diocese, realizaram a Assembleia Geral Ordinária do Regional Sul I da CNBB. Os participantes tinham como tarefa avaliar como está a comunicação nas dioceses paulistas, rever o comportamento da igreja enquanto detentora de instrumentos de comunicação social e enquanto fonte de notícias para a grande imprensa e levantar propostas no sentido de dinamizar sua comunicação e preparar a Campanha da Fraternidade do próximo ano, cujo tema será também a comunicação. Uma assembleia, portanto, voltada para motivar e despertar.

Ao invés de uma assembleia de bispos no sentido tradicional, porém, o Regional Sul I acabou realizando um curso de comunicação, onde bispos, padres e leigos abriram os olhos para a realidade não muito animadora da comunicação na igreja, e, a partir desta realidade, foram em busca de informações históricas e técnicas que lhes pudessem servir de base para definir o conteúdo e o objetivo de uma pastoral da comunicação eficiente e eficaz.

#### A comunicação na Igreja

A Igreja no Brasil tem seus canais de comunicação. Eles são nada menos que 110 emissoras de rádio, uma de televisão, além de numerosos jornais, revistas e boletins. Falta, porém, a esses meios recursos humanos e técnicos que lhes permitam servir à evangelização com toda potencialidade de que são capazes. Ficou claro para a Assembleia que é importante aproveitar dos canais de comunicação que temos e não perder os espaços que os grandes meios nos oferecem.

A realidade da comunicação na igreja mostrada na noite do

dia 6 de junho serviu de pano de fundo para todos os trabalhos da Assembléia do Sul I. No dia seguinte, os participantes fizeram uma viagem no tempo acompanhando a história da comunicação "do grito ao satélite". Esta exposição ficou a cargo do professor Costela para quem a comunicação de massa progrediu com uma velocidade incrível, atingindo sempre públicos cada vez maiores. Este avanço põe questões de ordem ética e moral das quais a igreja tem a missão de se ocupar.

#### Pastoral da Comunicação

Razões de sobra tem a igreja no Brasil para realizar uma Pastoral da Comunicação. É o que pensa o monsenhor Arnaldo Beltrami, assessor de imprensa da CNBB, que se dirigiu na manhã do dia 7 de junho aos participantes da Assembléia. A igreja, segundo ele, tem sido tratada "de forma injuriosa" pelos grandes meios de comunicação. Isso se explica pelo fato da igreja defender "as justas reivindicações do povo" e pela tentativa de "neutralizar sua credibilidade" muito maior que a da imprensa, dos políticos e dos empresários, segundo pesquisa do Ibope.

Por outro lado, a igreja vem crescendo na consciência de que é preciso pensar na comunicação. Esta se tornou prioridade pastoral, sendo escolhida até como tema da Campanha da Fraternidade do próximo ano. Além disso, em nível de CNBB e de Regionais, há uma movimentação nunca vista em relação ao assunto comunicação, fato que faz acreditar estar a igreja querendo diminuir a enorme distância que existe entre seu discurso e sua prática da comunicação.

#### Com a palavra os jornalistas

Fato inédito ocorrido na Assembléia do Sul I foi o espaço aberto aos jornalistas presentes para falarem aos participantes. Puderam bispos, padres e leigos se inteirarem das dificuldades enfrentadas por aqueles que trabalham profissionalmente nos

meios de comunicação, nem sempre bem acolhidos dentro da igreja. No entanto, são pessoas que amam seu trabalho, muitas delas comprometidas com a caminhada pastoral da igreja, pessoas nem sempre tendo controle sobre o produto final de seu trabalho. Os depoimentos dos jornalistas Dermi Azevedo, da Folha de São Paulo, Tânia, de O Globo, e Ricardo Kotscho, do Jornal do Brasil, serviram para suscitar um maior respeito e confiança entre as pessoas da igreja e os profissionais da imprensa.

Na Assembléia houve também espaço para os participantes se informarem sobre as diferentes linguagens da comunicação impressa, sonora e visual. Para isso foi importante a participação e a partilha da experiência dos padres Arnaldo Beltrami, César e Nereu, respectivamente para as linguagens da imprensa escrita, do rádio e da televisão.

Uma experiência concreta de um trabalho sério de Pastoral da Comunicação foi mostrada pela Equipe do Centro de Comunicação da Região de São Miguel (CEMI). Não faltaram também as reuniões em grupos para se levantarem as exigências, possibilidades, dificuldades e responsabilidades da Pastoral da Comunicação e para se buscarem propostas de ação.

Enfim, a Assembléia do Sul I, que reuniu os bispos do Estado de São Paulo, foi muito importante. Esta importância não se pode medir pelos documentos produzidos porque estes não existiram. Ela se mede pelo interesse despertado para o assunto comunicação e pelas propostas apresentadas para a igreja do Brasil, de São Paulo e para cada igreja particular, no sentido de motivar, despertar, criar e dinamizar a comunicação como processo e como prática pastoral. É a igreja crescendo na convicção de que sem melhorar sua comunicação em todos os níveis, será difícil evangelizar o mundo como mandou Jesus Cristo.



Padre Nereu fala aos participantes da Assembléia sobre o poder da linguagem visual

## Sem-Terra da Zona Norte já tem promessa do governo

O projeto de habitação popular reivindicado pelos sem-terra da Zona Norte pode sair das promessas governamentais e tornar-se realidade. Essa foi a previsão do secretário Estadual da Habitação, Adriano Murgel Branco, que no último dia 7 encontrou-se com uma comissão de acampados do Jardim Airoso, no Jaçanã. Os sem teto também conseguiram do prefeito Jânio Quadros a promessa de desapropriação e construção de casas no terreno de 20 alqueires onde desde o dia 12 de maio vivem cerca de 4.000 famílias.

Os Sem-terra da Zonas Norte encontraram-se com o secretário Adriano Murgel Branco, da Habitação, na tarde da terça-feira, dia 7, e reivindicaram a elaboração de um projeto habitacional para a região, que tem ca-

dastrada perto de 30 mil famílias de sem teto, a maioria pagando aluguel e submetida à ação de despejo. Segundo Branco, o grande problema para o Jardim Airoso, onde desde o dia 12 de maio estão acampadas 4.000 famílias, seria a mudança de zoneamento, de rural para zona urbana. Os sem terra deverão encontrar-se com o secretário nesta semana, para discutir propostas de habitação para toda a Região Norte.

Logo depois do encontro com o secretário, os sem-terra foram até a Prefeitura tentar uma audiência com o prefeito Jânio Quadros. E conseguiram. Segundo o advogado Wilson Roberto Bueno da Costa, o prefeito comprometeu-se a mudar o zoneamento da área e afirmou:

"Isso é muito pouco. Faço isso e construo as casas", disse Jânio comprometendo-se a construir na área, de 20 alqueires, quatro mil casas em convênios com a Cohab. De seu gabinete o prefeito ligou para o secretário da Habitação comunicando a decisão.

Com os resultados positivos dos encontros, os acampados de Vila Airoso ganharam novo ânimo. Quando o vento ou a chuva derruba algumas das barracas de lona ou plástico, logo são construídas outras e muitas famílias já acreditam no sonho da casa própria. Segundo a organização do movimento, a maioria dos acampados é formada por profissionais e desempregados, sem condições de pagar aluguel ou com ordem de despejo nas mãos.

## CNBB quer Ptolomeu na Constituição

WALTER CENEVIVA

Da equipe de articulistas

Num livro escrito há dez anos ("Anotações à legislação do divórcio", hoje esgotado) manifestei opinião, que não tive razão para mudar, até o presente, segundo a qual "a indissolubilidade absoluta (do matrimônio), mantida em nosso país até junho de 1977, terminou provocando, por ser contrária à realidade social, uma consequência não prevista: a família deixou de ser constituída apenas pelo casamento, sem perder, todavia, nem por isso, a proteção do Poder Público". O impedimento ao divórcio deu origem à aceitação definitiva da relação concubinária estável.

Provei o que dizia alinhando um rol de nove leis principais — editadas a partir de 1949 — e quatorze acórdãos de diversos tribunais, dando amparo à família formada fora do matrimônio legal.

Mostrei que tanto o Poder Legislativo, quanto o Poder Judiciário — embora vinculados à Constituição — reconheciam um fato irretorquível, consistente no grande número de uniões duradoras, não formalizadas perante o juiz de casamento, dando-lhes proteção especial.

Agora, o texto aprovado no primeiro turno da Assembléia Constituinte ampara a união familiar permanente, completada ou não pelo casamento, este, mesmo assim, digno de incentivo. Ocorre, porém, que a CNBB desenvolve intenso trabalho político de convencimento dos parlamentares, para suprimir tal disposição. Ao assumir essa postura, a entidade do episcopado brasileiro nega uma das sábias conclusões de Puebla, segundo a qual a Igreja sente como seu dever e direito estar presente no campo da realidade política. A CNBB faz política, está presente, mas distante da realidade brasileira em matéria de união familiar estável.

Deixo claro que sou a favor do casamento legal e sou católico. Posições que não me impedem de constatar que os votos soleníssimos dos nubentes, feitos ao pé do altar, de união e fidelidade por toda a vida, são aceitos pela sociedade, atualmente, como pronunciamentos providos de maior confiabilidade. Tem sido tão repetido o descumprimento da promessa que ela perdeu o bom significado autêntico.

Dois pontos, pelo menos, me impedem de enfiar a cabeça na

areia do fingimento. O primeiro consiste em constatar a crescente estatística das separações, nome pelo qual ficaram conhecidos os antigos desquites. O segundo se relaciona com o gráfico ascensional de uniões extra-legais, em todos os níveis da sociedade, possivelmente mais numerosas (posto que informais e baratas, não prejudiciais de pensões ou vantagens anteriores) que as firmadas legalmente.

Constato, ainda, que o divórcio não constituiu, a partir de sua introdução em fins de 1977, a catástrofe familiar, prevista pela Igreja. Uma das causas disso foi a ampla aceitação anterior de uniões estáveis não formalizadas. É preciso, finalmente, lembrar que o casamento civil, introduzido pela Constituição de 1891 e mantido assim até hoje, nada tem a ver com o sacramento religioso. Há, além disso, o crescimento de matrimônios puramente civis, por opção dos nubentes.

O tema me recorda o velho Ptolomeu. A Igreja durante séculos se aferrou à teoria de Ptolomeu, segundo a qual a Terra era fixa e o Sol girava ao redor dela. No começo do Renascimento o episcopado temia que as teses sagradas da salvação do homem, feito à semelhança de Deus, não subsistiriam quando o cristão descobrisse que seu planeta não era o centro do mundo mas um leve grão de areia perdido na vastidão do universo. A atitude atual da CNBB vai por esse caminho. Terá, segundo penso, o mesmo destino. Está na hora de esquecer Ptolomeu e de pensar em Copérnico e Kepler, de conferir a realidade existente. Embora atentos à realidade em muitos outros assuntos, os bispos fecham os olhos quando chegam aos temas matrimoniais.

É inútil os prelados persistirem em teses nas quais parecem afirmar que a realidade social é fixa. Galileu me socorre: "...e pur se muove".

## CNBB não consegue apresentar supressivas

Da Reportagem Local

Depois de ter mantido contatos formais e informais com cerca de 150 parlamentares de todos os partidos, durante mais de um ano, em torno de suas propostas constitucionais, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) perdeu a oportunidade de formalizar suas emendas supressivas para o segundo turno de votação da nova Constituição, por não ter conseguido parlamentares que apresentassem suas propostas de emendas supressivas, relativas à família, à reforma agrária e à questão indígena, entre outras.

O presidente da Comissão de Acompanhamento ao Congresso constituinte, da CNBB e bispo de Bauru (SP), d. Cândido Padin, manteve contatos, no último fim-

de-semana, com os deputados federais Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) e Victor Faccioni (PDS-RS), pedindo-lhes que apresentassem as emendas defendidas pela Igreja dentro do prazo regimental (encerrado à meia-noite de anteontem). No entanto, essas propostas não foram formalizadas pelos dois parlamentares.

O assessor de Ferreira Lima, Roberto Pio, disse ontem à Folha, em Brasília, que o deputado não entrou com as emendas propostas pela CNBB "porque elas foram encaminhadas de última hora". Já a assessora de Tiana Maria, afirmou que o parlamentar não apresentou "nenhuma" das emendas da Igreja "porque ele elegeu algumas bandeiras para defender na Constituinte e resolveu segui-las até o fim".

A Igreja quer, por exemplo, no art. 258 do texto constitucional, a supressão do parágrafo 2º — "Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre homem e mulher como entidade familiar. A lei facilitará a sua conversão em casamento" —, por considerar que essa formulação prejudica "a dignidade do casamento em seus vínculos estáveis".

Outros pontos do interesse da Igreja tratam do planejamento familiar, das terras de aldeamentos indígenas extintos e da exclusão da reforma agrária da "propriedade produtiva". Nesse último ponto, a Igreja considera que "não é justo legalizar o privilégio de alguns, enquanto são negados os direitos da maioria a condições mais dignas de vida". (DA)

# Vaticano pede apoio de empresários brasileiros para informatizar Igreja

30/7/88  
FSP

**DERMI AZEVEDO**  
Da Reportagem Local

O Vaticano enviou ao Brasil na semana passada o gerente da agência informativa "Event", de Milão, Itália, Franco Gugliemelli, para manter contatos com o objetivo de implantar um projeto de informatização na Igreja Católica da América Latina. Ele deve manter contatos com empresários, autoridades e dirigentes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para concretizar o projeto no prazo de dois anos. Os investimentos iniciais previstos são de US\$ 30 milhões.

Com o status de representante do Pontifício Conselho para Comunicação Social, organismo da Cúria Romana, Gugliemelli pediu apoio técnico e financeiro aos empresários Roberto Marinho, presidente das Organizações Globo, Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e Antônio de Pádua Rocha Diniz, presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban). O pedido foi feito em reunião realizada no último dia 19 no Rio de Janeiro.

O projeto de informatização incluirá, numa primeira etapa, a organização de um banco de dados e a criação de uma agência católica de notícias. No banco de dados, serão arquivadas informações sobre a Teologia da Libertação e outras correntes teológicas na Igreja latino-americana, prática sacramental dos católicos, movimentos leigos, trabalho pastoral dos bispos e dioceses, evolução das seitas e novos movimentos religiosos, estatísticas sobre os seminaristas, padres e religiosos. O banco reunirá dados coletados por centros de pesquisa das conferências episcopais de vários países latino-americanos, como o Centro de Estatísticas Religiosas e Investigação Social (Ceris), da CNBB, com sede no Rio de Janeiro.

O projeto da agência católica de notícias, defendido principalmente pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), será concretizado fora das iniciativas ecumênicas (feitas em comum por católicos e evangélicos) para instalar uma agência ecumênica latino-americana de notícias, com apoio do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), organismos com maioria evangélica. No Brasil, funciona desde 1986 a Agência Ecumênica de Notícias (Agen), da qual também participam entidades e personalidades católicas, como o cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns.

O enviado do Vaticano esteve reunido com o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio de Araújo Sales, que está informatizando, progressivamente, os setores administrativos e pastorais da Arquidiocese fluminense.

Em Brasília, o enviado do Vaticano manteve contatos com assessores dos ministérios das Relações Exteriores e das Comunicações e com assessores da CNBB. Mas o presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, o vice-presidente, d. Paulo Eduardo Andrade Ponte, e o secretário geral, d. Celso Queiroz, mantêm uma atitude de reserva diante desse projeto que pretende atingir, numa primeira etapa, 21 países latino-americanos.

O projeto de informatização está ligado a uma outra iniciativa da Igreja — o projeto "Lumen 2000" — que prevê investimentos de US\$ 400 milhões em todo o mundo na próxima década no uso de tecnologias avançadas de comunicação, inclusive programas de rádio e TV via satélite, numa nova cruzada de evangelização.

Antes de vir ao Brasil, Franco Gugliemelli visitou a Colômbia, Equador, Peru, Chile e Argentina, mantendo contatos com empresários e dirigentes eclesiásticos, tentando reunir dinheiro, apoio técnico e político para a informatização da Igreja. No início de setembro próximo, o enviado do Vaticano estará reunido em Bogotá, Colômbia, com a presidência do Celam, para discutir os resultados desses primeiros contatos. A CNBB só definirá sua posição sobre o projeto em fevereiro do próximo ano.



## Cúria Romana quer centralizar fluxo de informações

O processo de informatização no Estado do Vaticano já se encontra em estágio avançado. Estão sendo instalados computadores nos escritórios de cada um dos 30 serviços linguísticos da Rádio Vaticano, a emissora oficial da Igreja Católica Romana. O plano do Pontifício Conselho para a Comunicação Social é o de centralizar, na Cúria Romana, o fluxo informativo da Igreja, com base nas mais avançadas tecnologias de comunicação.

Embora ainda patrocine prioritariamente, nas suas 242 dioceses e arquidioceses, os meios de comunicação grupal e comunitários com tecnologia pouco sofisticada, a Conferência Nacional dos Bispos do

Brasil (CNBB) começa a dar os primeiros passos para informatizar a a gerência de suas pastorais, na sede, em Brasília e nos escritórios regionais.

Cinco microcomputadores estão sendo utilizados desde abril na sede da conferência, a serviço da secretaria geral, assessoria de imprensa, Instituto Nacional de Pastoral da Juventude, biblioteca e Pastoral da Juventude. As atividades dos movimentos católicos brasileiros também estão sendo catalogadas em disquetes.

### Jornal

O Conselho Permanente da CNBB estará reunido, em Brasília, de 23 a 28 próximos e um dos temas da

pauta será a decisão de criar ou não um jornal próprio da Igreja Católica. Entre o projeto de comunicação do Vaticano e o da CNBB há, contudo, significativas diferenças.

O governo central da Igreja está preocupado com o impacto da modernidade sobre os católicos, sobretudo na América Latina, e com a possibilidade de que o terceiro milênio seja iniciado fora dos padrões de cristianismo concebidos em Roma. A CNBB adota um conceito de "evangelização libertadora", em suas pastorais, que se abre para o diálogo com os evangélicos e outras religiões, enfatizando, também, a integração entre a fé e a prática sócio-política. (DA)

## CNBB: urgência de grandes decisões

Estamos nos aproximando do prazo fatal para a definição dos destinos da nação.

Tudo depende das eleições que devem ser tomadas agora, no grave momento que atravessamos porque amanhã será tarde demais. Não há mais tempo para ilusões. É preciso enfrentar a realidade.

Convivendo como o povo, em todos os seus estratos e segmentos, a Igreja tem uma visão desta realidade que nos leva, por dever pastoral, a alertar toda a sociedade sobre a seriedade da crise que nos envolve.

A situação social vem se deteriorando em ritmo acelerado, empurrando para uma crescente marginalização a grande maioria humilhada do povo.

O sentimento nacional é de frustração. Foram frustradas as esperanças que nasceram com o fim do ciclo militar, com a inauguração da transição democrática e com os planos de superação na inflacionária da recessão e do desemprego. A inflação não foi reduzida e ameaça escapar do controle. Cairam os investimentos produtivos e aumentou a especulação financeira. O desemprego não diminuiu e os salários reais se aviltaram. As categorias profissionais mais organizadas tentam defender-se, conseguindo vantagens que são logo repassadas às tarifas e aos preços, recaindo sobre o povo indefeso.

O senso moral e a consciência da responsabilidade cívica estão alarmantemente desgastados. A corrupção continua impune e protegida por uma tolerância que chega às raias da conivência. Como essa deterioração vem do alto, ela permeia toda a sociedade. Na falta de um gesto realmente significativo que demonstre ao povo não haver pacto possível com a corrupção, cai-se num imobilismo, com a degradação do senso de dignidade nacional e da capacidade de indignação ética.

É da frustração coletiva que se alimenta a cólera do povo. E não nos iludamos, a insatisfação popular poderá explodir e assumir proporções convulsivas de consequências catastróficas.

Não julgamos os responsáveis pelo destino da nação. Não subestimamos o peso das dificuldades que eles, en-

frentam. Externamente, credores exigem o pagamento de dívidas unilateralmente majoradas. Internamente, pressões dos grandes interesses econômicos, clientelísticos e corporativos bloqueiam as políticas de combate à recessão e à inflação, bem como impedem a superação da dívida externa e da enorme dívida social.

A gravidade da situação torna intolerável a distância entre a retórica e os fatos. O povo se sente traído. Estamos correndo o gravíssimo risco de fazer abordar as imensas esperanças depositadas na transição democrática. A sociedade, — insuficiente e mesmo, por vezes tendenciosamente informada — tem a impressão de que se faz a Constituição de costas para ela e receia que tenham sido inúteis seus esforços de apresentação de sugestões, de participação em audiência nas subcomissões, de assinaturas e defesa de emendas populares.

De fato, lobbies poderosos tentam fazer prevalecer seus interesses sobre os interesses do país. Criou-se um clima em que a compra de votos e a ameaça da perda de cargos e de mordomias servem a um fisiologismo político que perdeu o decoro e deve ser repudiado por todas as formas e com a maior veemência. Urge, portanto, apoiar toda medida sincera e eficaz que possa recuperar a credibilidade fortemente desgastada.

Contra a desesperança, entretanto, ainda é preciso e possível esperar. Existem reservas morais intactas num povo majoritariamente cristão, cuja Constituição já está colocada sob a proteção de Deus. Entretanto, sem a recuperação de padrões morais e éticos, nenhum plano, nenhuma política, nenhuma Constituição terá forças para garantir ao Brasil o destino que ele merece.

Temos que saudar, com alegria, a adoção do princípio de participação popular na ordenação da vida política no país e das instituições nacionais, no primeiro artigo da nova Constituição votado pelo Plenário da Assembleia Nacional Constituinte, atendendo as aspirações expressas nas emendas populares. Resta, ainda, assegurar a incorporação dos instrumentos que

viabilizem essa participação, tal como

estavam contidos no projeto aprovado pela Comissão de Sistematização, permitindo ao povo participar diretamente das decisões que respondem aos seus anseios e promovem seus legítimos direitos.

Foi sob a alegação de um princípio majoritário que recentemente se fizeram mudanças regimentais. Essas mudanças podem, no entanto, retardar intoleravelmente a promulgação da Carta Magna e fazer desaparecer avanços importantes, fruto de um amplo e maduro entendimento entre as forças políticas mais sensíveis às aspirações das verdadeiras maiorias nacionais e de um inédito e fecundo processo de participação da sociedade na elaboração constitucional. É preciso que este esforço de entendimento se mantenha à altura do momento constituinte, sem confundir com conchavos que resultariam em inaceitável retrocesso. Os capítulos da nova Constituição — dos Direitos Individuais à Ordem Econômica e Social e até as Disposições Transitórias — não podem ser o resultado de barganhas inediatas e conjunturais, mas devem levar em conta o clamor do povo por reformas e mudanças profundas. Só assim a Constituição traduzirá um pacto da nação com seu futuro.

A questão do sistema de governo deve ser tratada com maior responsabilidade, buscando soluções menos frágeis e menos permeáveis às crises que ameaçam a normalidade de nossas instituições democráticas. A duração do mandato presidencial e a fixação de datas para as próximas eleições, não podem ser tratadas sem levar em conta os anseios do povo por decisões que marquem o fim de uma transição e a legítima inauguração de uma nova etapa da vida nacional.

A Presidência da CNBB apela para a responsabilidade de todos os cristãos na hora que estamos vivendo e sugere que as Dioceses do Brasil divulguem amplamente o presente texto, para que os eleitores conscientes tenham ainda tempo de fazer valer suas justas aspirações junto aos Constituintes que os representam.

Que Deus proteja o Brasil  
Brasília, 30 de janeiro de 1988.

Cam. Aug. 18

## *Caxias do Sul e Bagé têm padres na disputa*

Da Sucursal de Porto Alegre

O candidato do PT à Prefeitura de Caxias do Sul (RS) enfrenta problemas em sua campanha eleitoral. Roque Grazziotin, 42, que concorrerá apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), é padre, e embora esteja afastado de sua missão sacerdotal para disputar a Prefeitura ainda ministra "pequenos" sacramentos. Ele tem que dividir seu tempo entre uma reunião política e o chamado para dar a benção a um vizinho doente, por exemplo.

Grazziotin não é o único padre candidato a prefeito no Rio Grande do Sul. Fredolin Braumer, 47 anos de idade e 21 como padre, é o candidato do PMDB à Prefeitura de Bagé (372 km a sudoeste de Porto Alegre). Braumer se tornou popular na cidade porque, há 20 anos,

apresenta um programa de rádio de manhã, no qual conchama os bageenses a saírem da cama com um sonoro "levanta, vagabundo".

Grazziotin e Braumer conseguiram uma licença temporária com os bispos diocesanos de Caxias do Sul e Bagé. A última reunião da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) havia recomendado a não participação de padres na política partidária. A decisão em cada diocese é dos bispos.

As candidaturas dos dois padres foram homologadas em convenção sem nenhum voto contrário. Grazziotin pretende atrair o voto das camadas populares de Caxias do Sul (131 km ao norte de Porto Alegre), que tem uma população predominantemente católica. Braumer diz que se candidatou a prefeito porque cansou "de esmolar".

## E agora, dom José?

16. Aug. 1988

### Recife

A festa acabou. A crise está na rua. Os jornais de Pernambuco noticiaram com enorme destaque a demissão de agentes da Pastoral Rural da CNBB Nordeste 2, inclusive seu secretário regional, pe. Herminio Canova. Por corrupção. Uma doação de Cz\$ 5 mil em favor da CUT, para um seminário realizado na própria arquidiocese. Mais grave que a notícia foi o silêncio do presidente da regional, o arcebispo de Olinda e Recife, dom José Cardoso Sobrinho. Porque silenciar em casos assim é estar de acordo. Pelo menos.

Essa crise teve seu início com o esforço de dom José em diferenciar sua Igreja da Igreja de dom Hélder. Ele reavivou movimentos tradicionalistas tipo Apostolado da Oração. Não conseguindo intervir no Instituto de Teologia do Recife, que é regional, criou o Seminário Diocesano, onde o seminarista já não vive junto à comunidade, mas em clausura. Segundo uma historinha maldosa que circula por aqui, dá-se hoje tanto valor ao primeiro mandamento que não sobra tempo para cuidar do segundo.

Esse novo estilo não é acidental. Tem o apoio da Cúria Romana via nuncio apostólico em Brasília, dom Cármine Rocco. Está

ligado à tentativa de divisão da Arquidiocese de São Paulo; à nomeação dos novos cardeais brasileiros como dom José Falcão, de Brasília, e dom Lucas Moreira Neves, de Salvador; ao degredo de dom Luciano Mendes de Almeida em Mariana. A conquista da CNBB Nordeste 2 faz parte desse jogo, com a participação de dom Luciano Cabral Duarte e dom Eugênio Salles, que inclusive indicou para a vice-presidência seu irmão, dom Heitor Salles, bispo de Caicó. Mas esse esforço encontra resistências no clero progressista e nos agentes leigos que não desistem de ampliar a articulação dos movimentos pastorais da arquidiocese com o movimento popular.

Há hoje no Nordeste, como no Brasil, duas Igrejas em conflito. Uma preocupada com seu rebanho, a outra intimista. Protagonista desse drama, dom José parece não ter ainda pressentido que corre mais que o risco de perder essa disputa. Mesmo ganhando ele poderá herdar uma Igreja vazia. Porque, como no verso, o povo sumiu.

José Paulo Cavalcanti Filho

## Conselho Permanente da CNBB irá decidir sobre a criação de jornal

DERMI AZEVEDO  
Do Reportagem Local

Os 25 cardeais, arcebispos e bispos que integram o Conselho Permanente (espécie de mini-asmbléia) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) decidirão em Brasília se a Igreja Católica terá ou não um jornal próprio, de circulação semanal. A reunião vai se realizar entre os dias 23 a 26 próximos. O projeto técnico e financeiro já está pronto.

O investimento inicial necessário para os primeiros três meses de publicação do jornal — que poderá chamar-se "Leitura Crítica" — será de 50 milhões de cruzados. Os técnicos responsáveis pelo projeto vão propor aos bispos, na reunião de Brasília, que o dinheiro seja conseguido internamente pelo episcopado,

sem ser pedido às agências católicas européias.

Os responsáveis pelo projeto vão propor que cada uma das 242 Dioceses católicas brasileiras faça pelo menos 400 assinaturas até ser atingida a meta de 100 mil assinantes, no período de setembro a novembro deste ano.

Se aprovado pelo Conselho Permanente, o jornal da CNBB seguirá um padrão gráfico "standard" e terá 12 páginas. A redação funcionará em Belo Horizonte, na mesma sede do jornal "Lar Católico", publicado pelas Dioceses e Arquidioceses de Minas Gerais e Espírito Santo.

A linha editorial do jornal será baseada no objetivo geral da ação pastoral da CNBB, baseada na "evangelização libertadora". Como semanário, o jornal será analítico e

interpretativo dos acontecimentos sócio-políticos do Brasil.

A decisão de criar o jornal da CNBB não será, porém, fácil. Há setores do episcopado que preferiram investir, prioritariamente, numa maior integração das 110 emissoras católicas de rádio e temem que o jornal não vá atingir um público significativo.

No encontro nacional de jornais e revistas católicas, realizado em Belo Horizonte, no dia 3 passado, o presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, disse que "é preciso pensar muito" antes de concretizar o projeto do jornal.

D. Luciano disse que "imprensa supõe leitura" e que a maioria da população brasileira "não lê e, quando lê, faz isto com dificuldade", inclusive por causa de deficiências visuais.

21. Aug. 1988 <sup>FH</sup>  
**Tensão marca relações  
entre CNBB e governo**

Da Reportagem Local

O relacionamento entre a CNBB e o governo Sarney tem sido marcado, nos últimos três anos, mais pela tensão do que pela normalidade. A Igreja apoiou a transição do regime militar para a Nova República e participou do processo de escolha do primeiro ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro. O presidente José Sarney foi o primeiro presidente da República a visitar a sede da CNBB, em Brasília, em 25 de junho de 1985.

"Vim aqui prestar homenagem à CNBB, de tantos serviços ao país e à Igreja, à qual pertence", disse Sarney. "Não queremos facilidades maiores para o nosso caminho, nem estamos pretendendo vantagens para a Igreja como instituição. Queremos apenas que as teses e posi-

ções da Igreja no campo social sejam compreendidas", respondeu o então presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter.

Em 10 de julho de 1986, Sarney visitou o papa João Paulo 2º, no Vaticano, numa viagem articulada por d. Lucas Moreira Neves. Antes de embarcar, recebeu d. Luciano Mendes de Almeida no Planalto para preparar sua audiência com o papa. Paralelamente, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, acusava a Igreja de "querer cavalgar o Estado". Em 30 de janeiro último, a CNBB divulgou a nota "Urgência de grandes decisões", afirmando que "a corrupção continua impune e protegida por uma tolerância que chega à conivência". Em resposta, Sarney afirmou que "existe corrupção no Vaticano", citando o caso do Banco Ambrosiano. (DA)

# CNBB divulgará nota sobre

**DERMI AZEVEDO**  
Da Reportagem Local

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgará nota oficial, na próxima sexta-feira, em Brasília, sobre o filme "A Última Tentação de Cristo", do cineasta norte-americano Martin Scorsese. A nota está sendo preparada por uma comissão de cardeais e bispos, constituída ontem de manhã, na sede da conferência, em Brasília, no primeiro dia da reunião ordinária do Conselho Permanente da CNBB, com a participação de 26 bispos, 23 representantes de organismos pastorais e 26 assessores. O filme de Scorsese, que estreou há duas semanas nos Estados Unidos e tem estréia prevista para o Brasil em janeiro de 1989, está provocando polêmica por apresentar Jesus Cristo como alguém dividido entre o desejo de ser humano e sua missão divina.

O Conselho Permanente da CNBB é a instância mais importante de decisões do episcopado brasileiro, depois da assembléia geral. Os bispos decidiram tomar posição sobre o filme mesmo sem vê-lo e vão

basear-se, entre outros argumentos, nos artigos e comentários de religiosos europeus e norte-americanos que já o analisaram.

A nota da CNBB poderá considerar o filme "desrespeitoso" à pessoa de Jesus Cristo, mas a primeira tendência é a de que adote uma postura moderada. Há dois motivos para isto: em primeiro lugar, a maioria dos membros da comissão é formada por três bispos "progressistas" (o cardeal arcebispo de São Paulo, d. Evaristo Arns e os bispos de Itaguai, RJ, d. Vital Wilderink, e de Pelotas, RS, d. Jayme Chemello) e um de tendência "conservadora", o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio de Araújo Sales.

Em segundo lugar, a Igreja ainda está muito traumatizada com a experiência vivida há dois anos, no caso do filme "Je Vous Salue, Marie" ("Ave Maria"), de Jean-Luc Godard. Na versão da Igreja, a CNBB apoiou a iniciativa do presidente José Sarney (comunicada em primeira mão aos dirigentes do episcopado católico) de proibir a exibição do filme no Brasil. Os bispos entendem que os efeitos

negativos da censura recaíram, quase exclusivamente, sobre a Igreja e muito menos sobre Sarney.

A proposta para a formação da comissão sobre "A Última Tentação de Cristo" foi feita pelo arcebispo de Belo Horizonte (MG), d. Serafim Fernandes de Araújo, responsável pelo setor de comunicação na CNBB.

A escolha dos membros da comissão da CNBB sobre o filme de Scorsese não foi aleatória. D. Paulo é jornalista e já fez crítica de cinema quando dirigia, nos anos 60, a "Revista de Cultura Vozes", publicada em Petrópolis (RJ), pela Editora Vozes. D. Eugênio Sales integra pelo menos 10 organismos da Cúria Romana. D. Vital Wilderink é o responsável pela educação religiosa na CNBB e d. Jayme coordena o setor do clero e dos seminários, na conferência episcopal.

A primeira iniciativa propondo a não exibição do filme de Scorsese no Brasil foi adotada, na semana passada, em Brasília, com apoio do cardeal arcebispo local, d. José Freire Falcão. Trata-se de um abaixo assinado, em circulação nas escolas católicas brasileiras.

Luis Novas



A cantora Virginie, ex-Metrô, estréia hoje no Aeroanta o show "Crime Perfeito", acompanhada da banda Fruto Proibido

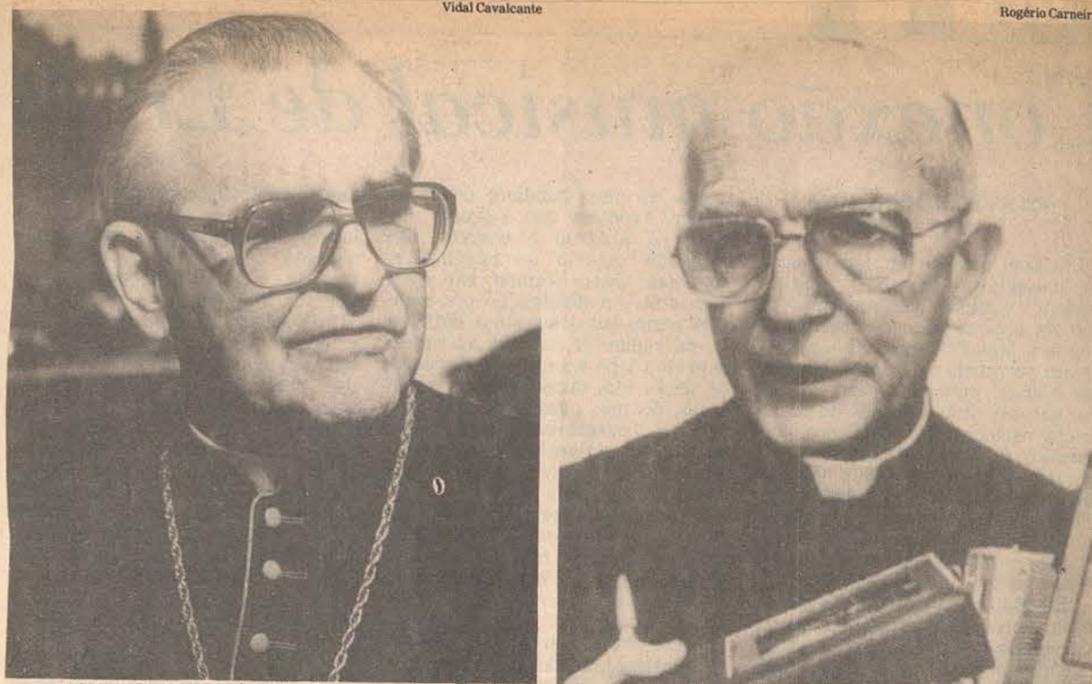
PAULO

Quarta-feira, 24 de agosto de 1988 — ILUSTRADA — E - 3

## filme de Scorsese sem vê-lo

Vidal Cavalcante

Rogério Carneiro



Os cardeais Arns (esq.) e Sales integram a comissão que prepara uma nota sobre "A Última Tentação..."

Virginia Drummond



O saxofonista Paulo Moura e a pianista Clara Sverner apresentam hoje, no teatro Arthur Rubinstein, um concerto eclético

**CNBB** - O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) decidiu ontem às 17h adiar para novembro próximo a decisão da Igreja Católica de criar seu jornal semanário. A decisão foi adotada pelos grupos de trabalho formados por bispos e assessores da Conferência Episcopal. Até novembro, a Igreja ampliará as consultas sobre o projeto do jornal, intensificará o processo de integração de suas 110 emissoras de rádio e dará apoio às suas experiências alternativas de comunicação. Até sexta-feira, a CNBB deverá divulgar notas sobre filiação partidária dos agentes pastorais e expulsão de missionários das áreas indígenas. 25/10/88 FFP

261818 Prrr

## Para a CNBB, Última Tentação é uma blasfêmia

**Brasília** — O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), órgão máximo da instituição, considera blasfemo o filme "A última tentação de Cristo", do cineasta norte-americano Martin Scorsese, que ainda não chegou ao Brasil. Em reunião plenária, ontem, os seus 26 bispos decidiram fazer um apelo aos "cristãos e pessoas de boa vontade" para que se abstenham de "qualquer tipo de apoio e difusão do filme". O Conselho representa todo o Episcopado brasileiro. Sua posição em relação ao filme será encaminhada às 240 dioceses para que seja levada ao conhecimento dos fiéis através de sermões, de missas, boletins das paróquias, programas de rádio e outros meios de comunicação de que dispunham as igrejas.

Ao divulgar uma curta e moderada nota sobre o assunto, os bispos de Itabuna (BA), dom Paulo Faria, e de Rio do Sul (SC), dom Tito Buss, afirmaram que a preocupação dos bispos é pastoral e que não pensam em adotar qualquer tipo de atitude junto às autoridades para que o filme seja censurado. O filme de Scorsese vem despertando, também nos Estados Unidos, forte polémica, pela maneira como apresenta Jesus, um personagem que prevarica e pratica adultério. Organizações católicas e protestantes lideram o protesto contra a obra (que, aliás, os críticos consideraram medíocre, do ponto de vista cinematográfico).

27/11/87

## Posição da CNBB é criticada e justificada

**DERMI AZEVEDO**  
Da Reportagem Local

O compositor Arrigo Barnabé e o filósofo Roberto Romano, professor de Filosofia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) criticaram ontem a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) por ter divulgado nota, anteontem, em Brasília, considerando como "blasfemo" o filme "A Última Tentação de Cristo", do diretor norte-americano Martin Scorsese e fazendo um "apelo" aos "cristãos e pessoas de boa vontade" para que não o divulguem e não o apoiem.

A nota foi aprovada pelos 25 cardeais, arcebispos e bispos que participaram da reunião do Conselho Permanente da CNBB, encerrada ontem ao meio dia, na sede da entidade.

O cardeal-arcebispo de Salvador (BA) e primaz do Brasil, d. Lucas Moreira Neves, disse ontem, em Maceió (AL), que o filme de Scorsese "é uma blasfêmia gratuita, só explicável pelo desconhecimento total da figura de Cristo ou por um instinto obscuro de demolição do que há de mais sagrado".

Para d. Lucas, "essa destruição dos valores sagrados de qualquer religião nunca fica impune", destacando que "o senso do sagrado é uma dimensão inalienável do homem e agredir esse senso e, mais ainda, destruí-lo, é um atentado de lesa-humanidade".

Já o compositor Arrigo Barnabé, 36, disse ontem, em Salvador (BA), que a CNBB "não tem o direito de tentar impedir a exibição de um filme sobre a vida de uma pessoa que se pensa que existiu, mas não

há provas". Acrescentou que a Igreja Católica "compactou com uma série de atrocidades na época do nazismo e não tem credibilidade para impor um veto ao filme de um diretor respeitável como Scorsese".

O filósofo Roberto Romano, da Unicamp, disse ontem que protesta "contra a atitude da Igreja de definir campos para as pessoas que não são católicas", destacando que "é preciso lembrar à Igreja que a totalidade das pessoas não é formada por católicos".

Para o bispo de Novo Hamburgo (RS), d. Boaventura Kloppenburg, "é muita imaginação do diretor do filme pretender uma paixão de Jesus Cristo por Maria Madalena, o que é uma fantasia", afirmando que "aqueles que viram o filme e o condenaram devem ter uma razão para isso".

O arcebispo de Sete Lagoas (MG), d. José Lima, afirmou ontem que o filme "não trata a pessoa de Cristo como filho de Deus" e que a nota da CNBB "retrata a verdade, o bom senso e o equilíbrio".

Na opinião do teólogo católico Alberto Antoniazzi, da PUC de Belo Horizonte (MG), o filme "não é tão assustador, visto por pessoas esclarecidas na fé", mas "está sendo recebido, na prática, como algo que fere a sensibilidade das pessoas".

Acrescentou que o livro "A Última Tentação de Cristo", do escritor grego Kazantzakis (no qual se baseia o enredo do filme) "é interessante e desperta reflexões". Antoniazzi afirmou, porém, que o cinema "não é o lugar certo para discutir o tema do livro, porque perdeu a credibilidade".

Luciano Mendes de Almeida

## CNBB em reunião

Reuniu-se, nesta semana, em Brasília, o Conselho Permanente da CNBB. Dele participam os bispos da Presidência, da Comissão de Pastoral e os representantes dos 15 regionais. Comparecem, também, além dos assessores nacionais, os responsáveis pelos organismos da pastoral. São ao todo 70 pessoas.

O assunto principal, atendendo à solicitação da Santa Sé, foi o estudo sobre a natureza e valor teológico e jurídico das conferências episcopais.

Sublinhamos outros seis temas da pauta, além das várias comunicações sobre a vida e ministério da Igreja. O primeiro refere-se à defesa e promoção da vida. Com efeito, cresce a ameaça contra a vida nestes últimos anos em nosso país. Há um fato recente, inaceitável; é o da acelerada queda da fecundidade que não resulta de uma decisão livre e fundada nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável. Infelizmente, deu-se, a partir dos dez últimos anos uma forte mudança comportamental. Além do aborto provocado, cresceu a comercialização dos anticoncepcionais e a incidência maior da esterilização. Não deixa de preocupar a evidência de que estas esterilizações foram praticadas também na própria rede hospitalar contratada pela previdência social.

O documento para reflexão das comunidades valoriza o direito à vida. É claro que isto exige políticas sociais mais eficazes que atendam às justas aspirações do trabalhador. Inclui o combate à violência humana e rural. Exige, também, uma verdadeira campanha nacional para diminuir a difusão das drogas e o prejuízo causado pelo alcoolismo e excesso de uso do fumo. No mesmo documento alude-se à permissividade moral crescente. Quem não se impressiona com a falta de valores éticos em espetáculos que atingem grande parte da população? Mais do que tudo importa o esforço comum para intensificar o amor à vida, pelo respeito à lei de Deus e pela prática da verdadeira solidariedade capaz de renúncias e sacrifícios.

O segundo tema foi a questão indígena. Dois fatos sintetizam a preocupação. Primeiro é a recente decisão de demarcar a terra dos índios ianomami. Lamentamos que depois de tanta expectativa o resultado tenha sido a concessão de áreas descontínuas com perigo de presença de garimpeiros no território indígena e de perda de identidade cultural com risco grave de sobrevivência. Esperamos que esta medida seja revista, quanto antes, em bem da nação ianomami. O segundo aspecto é o da política da Funai, que exige para ingresso dos missionários na área indígena, aprovação prévia do presidente da Funai. Consideramos esta determinação inconstitucional, uma vez que embaraça o exercício do Ministério religioso. São vários os missionários afastados de sua atividade pastoral de modo arbitrário e inexplicável. É preciso, portanto, revo-gar estas normas que não apenas causam detrimento para o exercício da evangelização, mas prejudicam gravemente o futuro das populações indígenas.

24/8/88

O terceiro assunto foi a próxima visita canônica a ser feita aos seminários e casas de formação para candidatos ao sacerdócio no Brasil, sob a responsabilidade conjunta da conferência episcopal e da congregação romana para a educação católica. O que se pretende é contribuir para a melhor formação do número sempre crescente de candidatos ao ministério presbiteral.

Mereceu especial atenção o acompanhamento dos trabalhos da Constituinte: "valores e expectativas". Foram elencados os principais pontos e aspectos positivos: o enfoque da cidadania, os instrumentos jurídicos de participação popular, o repúdio à tortura e racismo, a legislação sobre os índios, os direitos dos trabalhadores e a proteção ecológica. O texto lamenta que não se tenha reconhecido o direito à vida desde a concepção e a inadequação da reforma agrária.

Finalmente tratou-se sobre a conveniência da publicação pela Igreja de um semanário nacional. Haverá nos próximos meses sondagem feita às comunidades para avaliar melhor a viabilidade do projeto.

A seguir focalizou-se o tema do ensino religioso nas escolas públicas, examinando o modo como é de fato promovido nos diversos Estados e buscando as orientações em comum.

A reunião do conselho permanente é mais do que a pauta de assuntos. É sempre um encontro de amigos e irmãos. É a experiência da comunhão eclesial. É um tempo de oração que renova as esperanças dos pastores a serviço do povo brasileiro.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

## A última tentação da CNBB

30. Aug. 1988 Ehp

Não surpreende que, mesmo sem tê-lo visto, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tenha considerado blasfemo o filme "A Última Tentação de Cristo", do diretor norte-americano Martin Scorsese. A atitude se insere no amálgama de pânico e de zelo teológico que já determinou, por exemplo, a vitoriosa campanha da entidade contra "Je Vous Salue Marie", de Jean-Luc Godard, cujo resultado foi a proibição do filme em todo o território nacional —decidida por um governo que havia anunciado, meses antes, o fim da censura no país.

Levando em conta as demonstrações de obscurantismo registradas naquele episódio, é inevitável manifestar desconfiança quanto ao grau de respeito que a entidade possa manter diante de princípios elementares como a liberdade de expressão ou o direito de cada um escolher livremente os filmes que quiser assistir —por blasfêmos que sejam.

Nota-se, contudo, uma evolução de atitude nos termos em que a CNBB redigiu seu libelo. A comissão de prelados se limita a fazer um apelo para que "cristãos e pessoas de boa vontade" se abstenham, "em respeito à fé, à paz e aos sentimentos de nossa gente", de qualquer tipo de apoio à

obra, que contrariaria a "verdade evangélica e a história".

A julgar por estas formulações, o Conselho Permanente da CNBB restringe-se a fazer uso de um direito legítimo —o de grupos religiosos se manifestarem a respeito de comportamentos que julguem impróprios para os seus fiéis e seguidores. O "aggiornamento" é bem-vindo dentro de um quadro em que a tese de uma censura apenas classificatória, sem intenções tutelares sobre o cidadão, já foi definitivamente aprovada pelo Congresso constituinte.

Nem todos os setores da Igreja parecem contentar-se, entretanto, com esta moderação no tradicional furor censório da CNBB. O cardeal-arcebispo de Brasília, d. José Freire Falcão, faz circular um abaixo-assinado nas escolas católicas e igrejas da capital federal, solicitando a proibição do filme pelo governo. A iniciativa é claramente incompatível com o Estado democrático, pelo que propõe de ingerência paternalista e de afronta aos direitos individuais. Se, como é notório, o governo Sarney já deu exemplos de sua disposição para se dobrar ao ímpeto inquisitorial da CNBB, não é dos menores méritos da nova Constituição o fato de tornar tais pretensões mais anacrônicas e injustificáveis do que nunca. Que assim seja.

# CNBB ouvirá comunidades sobre criação de jornal

A criação de um semanário católico nacional para "formação de opinião pública, informar sobre a Igreja e fortalecer a unidade da missão" foi rejeitada, pelo menos provisoriamente, pelos participantes da reunião do Conselho Permanente dos Bispos do Brasil. Dos seis grupos de trabalho, cinco votaram contrariamente à criação imediata do semanário e um foi a favor da implantação imediata do projeto.

Dom Serafim Fernandes de Araújo, responsável pela área de comunicação na Conferência, coordenou a apresentação do projeto, que foi feita por

representantes do Lar Católico, jornal que circula desde 1912 e que a partir de 1984 passou a ser editado pelo Regional Leste II da CNBB (Minas Gerais e Espírito Santo). Pedro Ernane Goulart expôs os planos com relação à linha editorial e Luis Cláudio Henrique Junqueira falou sobre a viabilidade financeira do projeto.

O debate em plenário tratou de temas como organização, capital de giro, participação das dioceses e paróquias e outros temas ligados à viabilidade do projeto. Segundo o plano apresentado, o novo semanário utilizaria a estrutura do Lar Católico, editado em Belo Horizonte e Juiz de Fora, Minas

Gerais, com infraestrutura das dioceses locais.

Na definição sobre a implantação imediata ou não do novo semanário, 12 bispos votaram a favor, doze contra e um votou em branco. Foi realizada uma nova consulta aos bispos, que chegaram a três conclusões sobre o jornal: 1) A CNBB vai continuar seu exame sobre a questão;

2) Encaminhará amplo processo de consulta às comunidades, envolvendo as dioceses e os regionais; e 3) O resultado deste processo terá decisão final na próxima Assembléia-Geral da CNBB, em abril do próximo ano.

2/1988

*Esta é, na íntegra, a nota à Imprensa divulgada pelo Conselho Permanente da CNBB, por ocasião de sua 20ª reunião ordinária.*

**1.** O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, reunido na sua 20ª reunião ordinária, quer posicionar-se sobre o direito à vida, considerando, por um lado, a nova Constituição do país em fase de redação final, e lembrando o 20º aniversário da encíclica "Humanae Vitae" do Papa Paulo VI, fazendo, de outra parte, o levantamento das ameaças contra a vida que estão ocorrendo nestes últimos anos em nosso país.

**2.** Na Constituição é proclamada, como fundamental, a inviolabilidade do direito à vida (título II, capítulo I, art. 5º). "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida..." (título VIII, capítulo VII, art. 230).

**3.** Há um fato recente inaceitável: a queda acelerada da fecundidade, no Brasil, não resulta de uma livre decisão fundada nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável. O controle da prole incrementou-se a partir principalmente dos anos 60, com o aborto provocado, com a produção e comercialização dos contraceptivos, com a prática cada vez mais elevada da esterilização, muitas vezes induzida pela operação cesárea indiscriminada. Notório e escandaloso é o grande número e esterilizações praticadas na rede hospitalar contratada pela Previdência Social, como nas próprias unidades do Inamps, o que acontece de modo generalizado em todo o país.

**4.** A omissão na defesa do direito à vida expõe as populações menos instruídas e mais pobres ao arbítrio de pessoas e instituições que ferem gravemente a liberdade e a dignidade da pessoa humana na sua dimensão mais fundamental.

**5.** O apelo aos governantes em "Humanae Vitae", por Paulo VI, fica atual: "não permitais que se degrade a moralidade das vossas populações; não admitais que se introduzam legalmente naquela célula fundamental, que é a família, práticas contrárias à lei natural e divina. Existe outra vida, pela qual os poderes públicos podem e devem contribuir para a solução do problema demográfico: é a vida de uma política providente, de uma sábia educação das populações, que respeite a lei moral e a liberdade social, de imagens de família pequena, abastada e consumidora, bem como da separação entre a sexualidade e a procriação.

**6.** Com isso, se mudam os comportamentos e os valores de conjunto da população, criando novos padrões culturais e sociais frente ao sexo e à reprodução. Além disso, vemos que no Brasil a queda da fecundidade não está resolvendo o problema da miséria, pois a causa desta é outra.

**7.** Não há como sustentar uma promoção deste direito à vida sem a transformação das pessoas e grupos sociais em "sujeitos" livres de sua história pessoal e social. A defesa da vida exige políticas sociais mais amplas, tornando as populações capazes de enfrentar também outras formas de agressão à vida: seja no campo da saúde, valorizando a luta contra a mortalidade infantil, promovendo a medicina preventiva, o saneamento básico e o uso de remédios naturais e caseiros, seja no campo da ordem econômica e social, assegurando um nível de vida que atenda às necessidades

vitais do trabalhador e de sua família, seja no campo da ecologia, protegendo as populações contra todas as formas de poluição, seja combatendo a violência urbana e rural, seja esclarecendo a opinião pública sobre os males trazidos pelas drogas, pelo alcoolismo e pelo tabagismo.

**8.** Diante de tudo isso queremos renovar nosso compromisso e fazer novos apelos. É grave neste momento a responsabilidade dos que têm o dever de zelar pela dignidade da nação e pela moralidade pública. Não podem ficar omissos perante a permissividade moral crescente. Não podem sucumbir à sedução demográfica de pretender coonestar, pela lei humana, práticas atentatórias à lei divina. A prática de abusos, orquestrada muitas vezes por minorias ruidosas sob pretexto de progresso, não pode ser assumida como critério para a definição da norma jurídica. Seria necessário, aliás, lembrar que nenhuma norma jurídica pode modificar o valor moral de um ato intrinsecamente mau. Nem tudo o que é legal é moralmente bom.

**9.** Numa cultura perplexa, que sabe cada vez mais como fazer as coisas e cada vez menos por que fazê-las, nós nos solidarizamos com o Papa João Paulo II, cujo carisma se revela no fato de ter a coragem evangélica de anunciar as grandes certezas e de apontar para referências definitivas. Na aceitação e aplicação da doutrina da Igreja, encontramos nós, bispos, padres e demais respon-

sáveis pela formação das consciências, a necessária unidade de critérios no campo da moral, familiar e sexual.

**10.** Queremos ajudar os casais, sobretudo os das classes humildes, nas suas reais angústias e situações aflitivas, através da orientação para a maternidade e paternidade responsáveis nos moldes de métodos naturais, cuja validade e eficácia é reconhecida pela própria Organização Mundial da Saúde.

**11.** Apelamos para os médicos e enfermeiros no sentido de respeito e amor à vida, conforme seu juramento.

**12.** Apelamos para os meios de comunicação social para que não se orientem pelo lucro e pelas pesquisas de audiência, mas pela autocrítica, segundo os ditames da ética profissional.

**13.** A dignidade e felicidade da pessoa e da família são çadas pela idolatria do prazer que fecha o coração no egoísmo. Só o verdadeiro amor oblato, capaz de renúncias e sacrifícios, garante esta dignidade e felicidade.

**14.** Vinte anos depois da publicação da encíclica "Humanae Vitae", vemos mais claramente ainda a sabedoria profética da Igreja no seu ensino constante sobre o matrimônio e a paternidade responsável e a coragem do Papa Paulo VI, quando reafirmou este ensino.

**15.** Nós bispos nos comprometemos a reavivar os esforços na explicação deste ensinamento aos brasileiros e a encorajá-los a desenvolver atitudes e valores que lhes permitam viver generosamente a doutrina da Igreja sobre o matrimônio e as relações familiares. Em nossos programas de ação pastoral, a dimensão familiar é uma prioridade que deve ser implementada de um modo sistemático e coerente, convencidos de que o futuro da humanidade está, em grande parte, baseado na família.

## Igreja demite mais um funcionário da Regional Nordeste

A documentalista Ana Lila Bosch Garcia, do Serviço de Informação e Documentação Popular do Regional Nordeste II da CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, foi demitida ontem por ter se recusado a suspender a confecção de uma segunda tiragem do boletim "Atualidade", cuja edição de agosto é dedicada à crise na Igreja Regional. Com o afastamento de Ana, sobe para sete o número de exonerações do Regional nos últimos 33 dias.

A demissão da documentalista, que exercia a função há quatro anos, foi assinada pelo subsecretário de assuntos econômicos e financeiros do Regional Nordeste II, João Bosco Gomes. Segundo Ana Bosch, a edição especial do mês passado — falando das exonerações dos quatro membros da Pastoral Rural e da divulgação de um documento dos movimentos populares sobre o novo curso que está tomando a Igreja Católica Regional — chegou a ser rodada e distribuída com os bispos e assinantes. Outras pessoas, porém, encomendaram mais exemplares, mas o Sedipo foi impedido de rodá-los.

### MOVIMENTOS POPULARES

O "Atualidade", editado mensalmente, apenas transcreve notícias os jornais do País sobre assuntos de interesse dos movimentos populares. Assim, como o tema Constituinte foi amplamente abordado numa edição especial a crise na Igreja Regional tornada pública e a partir da demissão do grupo da Pastoral Rural ocupou todo o espaço do último boletim.

Ana Bosch disse que a demissão, de acordo com João Bosco, ocorreu por não ter ela acatado uma ordem. A documentalista, considerada uma progressista, confessou que está ficando sem condições de trabalhar no Regional Nordeste II, presidido pelo arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho tido como conservador.

### DEMITIDOS

No dia 3 de agosto, foram afastados da Pastoral Rural o padre Herminio Canova e os leigos Angelo Zanré, Lenivaldo Marques e Flávio Lyra de Andrade. Dom José Cardoso justificou as demissões alegando destinação indevida de verbas, insubordinação e independência em muitas atividades de discutível cunho pastoral. Os companheiros dos exonerados atribuíram a queda do grupo à perseguição pessoal de Dom José Cardoso, por serem eles progressistas.

Em primeiro de setembro, Terezinha Alves Costa, do setor administrativo do Regional, teve seu contrato de trabalho rescindido, sem qualquer justificativa. Amigos de Terezinha contam que seu afastamento se deu por sua ligação com o pessoal do Pastoral.

CNBB e Cáritas

discutem Igreja

e solo urbano

9/9/88  
087

*Igreja e solo urbano será o tema do seminário promovido pela Cáritas Brasileira e Pastoral Social da CNBB, em São Paulo, de 16 a 18 de setembro de 1988, com 50 participantes de todo o país entre bispos, agentes de pastoral social e membros de movimentos populares, para conhecer a luta popular, identificar a presença da Igreja e aprofundar as implicações jurídicas diante da problemática do solo urbano. Haverá trabalho de grupo após cada exposição: 1) Sobre "compromisso social da Igreja" por padre Antonio Abreu, do Ibrades (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento). 2) sobre "A Igreja na luta pelo solo urbano" pelo bispo de São Miguel Paulista, dom Angélico Sândalo Bernardino. 3) sobre "Os movimentos populares na luta pelo solo urbano" pelo coordenador da Nasur (Articulação Nacional do Solo Urbano), Luis Paulo Ferreira. 4) Sobre "as implicações jurídicas da posse urbana" pelo membro do Instituto de Apoio Popular, doutor Miguel Baldez. A importância desse seminário está na troca de experiências sobre a presença da Igreja neste conflito urbano pela falta de moradia. Por que o êxodo rural colocou na cidade 70% da população brasileira nesses últimos anos?*

# Vaticano quer diminuir influência dos bispos

FSP  
11. Sep. 1988

## 'progressistas' na CNBB

DERMI AZEVEDO  
Da Reportagem Local

Uma mudança radical na linha "progressista" da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), através de uma série de medidas de caráter "restaurador", é o principal objetivo do "Plano 1992", já em fase de execução por iniciativa de setores conservadores da Cúria Romana, com um prazo inicial a ser atingido daqui a quatro anos. Na opinião de um bispo brasileiro (que pediu para não ser identificado), o plano pretende "quebrar a espinha dorsal" da CNBB.

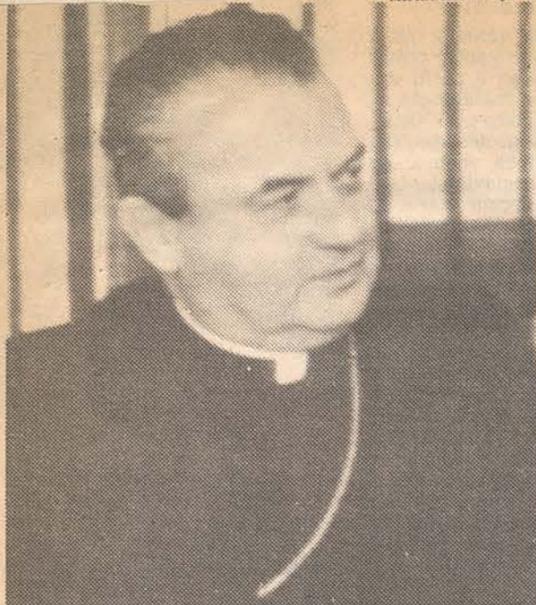
A CNBB é a maior conferência episcopal católica do Terceiro Mundo (possui cerca de 380 bispos) e a terceira maior do mundo, após as conferências da Itália e dos EUA. A existência do "Plano 1992" foi debatida em Brasília, nos dias 30 e 31 de agosto último, na reunião do Conselho do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, que reúne cerca de 350 entidades.

A principal iniciativa desse "plano" seria a progressiva mudança no quadro dos cardeais, arcebispos e bispos brasileiros, através de uma política de nomeação de prelados "conservadores" para substituir bispos "progressistas" e de transferências episcopais em arquidioceses e dioceses mais estratégicas.

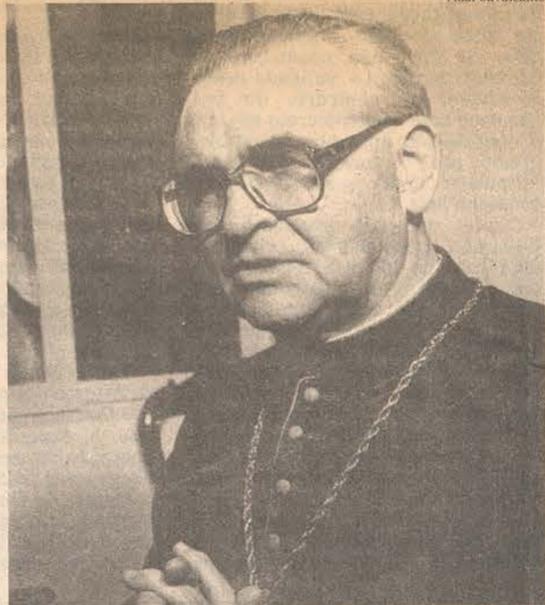
Um exemplo dessa política "restauradora" teria sido a transferência do presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, em abril último, da região episcopal do Belém, na zona leste paulistana, para a Arquidiocese de Mariana (MG), numa tentativa de isolá-lo. A possibilidade da transferência de um ou mais bispos auxiliares de São Paulo também faria parte do mesmo esquema, dentro de uma estratégia para tentar enquadrar a Igreja local nos esquemas conservadores.

Estratégias semelhantes foram adotadas, com sucesso, na Holanda (nos anos 70), na Espanha e no Peru, onde o movimento católico conservador "Opus Dei" ganhou a presidência da Conferência Episcopal. O ano de 1992 não foi escolhido por acaso: marcará o quinto centenário da "evangelização" da América Latina e a realização da quarta assembleia geral do episcopado latino-americano.

Leia mais sobre o conservadorismo na Igreja na pág. A - 14



O nuncio apostólico em Brasília, d. Carlos Furno



D. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de S. Paulo

## Estratégia de João Paulo 2º para o país é a nomeação de conservadores

Da Reportagem Local

A nomeação e transferência de bispos é o centro da estratégia do "Plano 1992" para tentar modificar o perfil "progressista" da CNBB. Mas é, também, a maior dificuldade de seus estrategistas porque o episcopado brasileiro é muito numeroso e porque vários bispos nomeados como "conservadores" passam a ser avaliados como "progressistas" ou "moderados" depois que assumem suas dioceses.

É o caso, por exemplo, do arcebispo de Goiânia (GO), d. Antônio Ribeiro de Oliveira e do bispo de Conceição do Araguaia (PA), d. Patrick José Hanrahan, irlandês, que apóiam a Pastoral da Terra e dialogam com os teólogos da libertação.

Mesmo assim, desde que assumiu

o pontificado, em 22 de outubro de 1978, João Paulo 2º já nomeou 93 bispos no total de 380 que formam a CNBB, numa média de nove nomeações anuais, a maioria dos quais de "conservadores".

O nome mais conhecido dessa corrente é o do bispo de Novo Hamburgo (RS), d. Boaventura Kloppenburg, nomeado em 1982.

O papa fez, também, importantes transferências como as do arcebispo d. José Cardoso Sobrinho para suceder a d. Hélder Câmara, em Recife, há quatro anos, e a de d. Luciano Mendes para Mariana (MG), em abril último. Nomeou cardeais, já este ano, dois arcebispos incluídos, também, na corrente "conservadora": d. Lucas Moreira Neves para Salvador (BA) e d. José Freire Falcão para Brasília (DF).

Mas a lista de bispos nomeados no

Brasil pelo atual papa, inclui, também, nomes "progressistas" como os bispos do Xingu (PA), d. Erwin Krautler —presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)—, de Itapeirica da Serra, na Grande São Paulo, d. Fernando Pentead, e de Ji-Paraná (RO), d. Antônio Possamai.

Entre os prelados que resistem à política "restauradora", incluem-se os cardeais arcebispos de Fortaleza (CE), d. Aloísio Lorscheider, com problemas cardíacos, e de São Paulo, d. Evaristo Arns, pressionado sob todas as formas. Se estes dois cardeais franciscanos forem derrubados, os que sonham com a "nova" CNBB terão superado mais um obstáculo.

Esta estratégia foi a dotada com sucesso pela Igreja na Holanda, na década de 70. (DA)

## 'Embaixador' do papa vai ter poder decisivo

Da Reportagem Local

O nuncio apostólico (embaixador do papa) em Brasília, d. Carlo Furno, 67, está incluído no "Plano 1992" como o responsável pelo voto decisivo em qualquer processo de nomeação ou transferência de bispos no Brasil. Como todo nuncio, ele exerce um duplo papel: representa o Estado do Vaticano junto às autoridades brasileiras e encaminha os negócios da Cúria Romana junto à CNBB e aos bispos diocesanos.

O voto do nuncio é anexado ao dos bispos no encaminhamento, à Congregação para os Bispos, do Vaticano; da lista triplíce de padres para a nomeação de um deles para o episcopado. Na assembléia geral da CNBB, realizada em abril último, em Itaiçi, município de Indaiatuba, a 99 km a noroeste de São Paulo, 110

bispos reivindicaram mudanças na sistemática de nomeações episcopais e se queixaram do peso "exagerado" do voto de d. Carlo Furno.

Entre os principais informantes de d. Carlo —sobre a oportunidade ou não da escolha de um padre como bispo— está o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio de Araújo Sales. Outra personalidade influente, no processo de nomeações, é a do cardeal arcebispo de Salvador (BA) e primaz do Brasil, d. Lucas Moreira Neves. Ele foi consultor e secretário da Congregação Vaticana para os Bispos. Nesta condição, participou, direta ou indiretamente, da escolha de muitos dos bispos nomeados por João Paulo 2º no Brasil.

Nascido perto de Turim (Itália), d. Carlo Furno foi ordenado padre em 1944. (DA)

## Postura "libertadora" surgiu na década de 50

Da Reportagem Local

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) preocupa os setores "conservadores" da Cúria Romana por causa de sua linha pastoral de "evangelização libertadora". Esta linha vem das origens da CNBB, por iniciativa de d. Hélder Câmara, nos anos 50, e foi confirmada pelo Concílio Vaticano 2º (realizado de 1962 a 1965), pelas assembléias episcopais de Medellín (Colômbia, 1968) e Puebla (México, 1979) e pelas sucessivas assembléias da própria CNBB, principalmente a partir de 1968.

A "espinha dorsal" que o "Plano 1992" deseja quebrar foi consolidada durante a gestão, na CNBB, dos primeiros bispos, d. Aloísio Lorscheider, cardeal arcebispo de Fortaleza (CE) e d. José Ivo Lorscheider,

bispo de Santa Maria (RS). D. Ivo foi secretário-geral da CNBB em dois mandatos e também duas vezes presidente da conferência episcopal. Os atuais membros da presidência da entidade (d. Luciano Mendes de Almeida, presidente; d. Paulo Eduardo Andrade Ponte, vice-presidente e d. Celso Queiroz, secretário-geral) representam a continuidade desta linha, sustentada pela maioria do episcopado brasileiro.

Em quase 40 anos de história, a CNBB foi pioneira em iniciativas adotadas, posteriormente, na Europa e em outros continentes, como as comunidades eclesiais de base, a pastoral de conjunto (aplicação das normas do planejamento à pastoral), abertura para a participação dos leigos —homens e mulheres— nos ministérios da Igreja e o diálogo com os padres casados. (DA)

11. Sep. 1988 <sup>Fr?</sup>

## Para d. Luciano, Carta favorece a democracia

Da Reportagem Local

A nova Constituição brasileira "é um instrumento indispensável para o processo de democratização do país, ao dar prioridade à sociedade sobre o Estado e ao incluir a participação popular como um dos critérios básicos". A opinião é do arcebispo de Mariana (MG) e presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida.

D. Luciano disse que esses princípios "devem ser mantidos na elaboração das leis ordinárias decorrentes da nova Carta" e durante a redação das novas Constituições estaduais e das leis orgânicas municipais.

Segundo d. Luciano, a nova Carta possui pelo menos três pontos "negativos". O primeiro refere-se à

reforma agrária, onde a função social da propriedade não assumiu um caráter prioritário. O segundo "é a diminuição da estima pela instituição do matrimônio e pela família". O terceiro "é a não-colocação, de forma mais explícita, da defesa da vida do nascituro".

Entre os aspectos positivos, d. Luciano destacou a "possibilidade legal para a melhoria nas condições de vida dos trabalhadores rurais e urbanos, dos indígenas e dos menores, além da proteção à ecologia e mais ênfase na educação".

O bispo de Duque de Caxias (RJ), d. Mauro Morelli, disse que o Congresso constituinte "não enfrentou o problema mais grave do país: o da terra rural e urbana". Para ele, "enquanto a terra no Brasil continuar concentrada em poucas mãos não haverá paz social no país".

Recife, 12 de setembro de 1988

aos membros da Comissão Episcopal Regional  
do Nordeste II

Assunto: convocação de assembleia ordinária

Prezados irmãos,

Pelo presente instrumento convocamos a assembleia ordinária da Comissão Episcopal Regional do Nordeste II a ser celebrada em Caruaru - PE, nos próximos dias 4-5-6-7 de outubro p.f.

De acordo com o art. 12 do Regimento, convidamos também, para a mesma Assembleia, os Bispos Eméritos residentes neste Regional, bem como os Bispos Auxiliares eleitos para a arquidiocese de Olinda e Recife.

Esta Assembleia será prevalentemente privativa dos Bispos, por decisão da CEP de 10 de agosto p.p. Entretanto, por decisão da mesma CEP, estará conosco o Exmo. Sr. Arcebispo de Belo Horizonte, Dom Serafim Fernandes de Araújo, o qual nos falará sobre comunicação, tema da Campanha da Fraternidade de 1989. Foi também convidado o diretor da Rádio Aparecida de São Paulo para realizar um encontro com os diretores de emissoras católicas deste Regional Nordeste II. Além disso, o Exmo. Dom Vicente Joaquim Zico, que estará iniciando, nos mesmos dias, a visita apostólica aos seminários deste Regional, manifestou o desejo de encontrar-se com o plenário dos Bispos, em Caruaru, no primeiro dia da Assembleia (04 de outubro).

Pedindo orações pelo feliz êxito dos nossos trabalhos, saúdo-os fraternalmente em Cristo,

*Dom José Cardoso Sobrinho*

DOM JOSÉ CARDOSO SOBRINHO  
Presidente do Regional NE II

# Cardeal desconhece plano

O Cardeal Arcebispo de Fortaleza, dom Aloisio Lorscheider, negou ontem, em Itapipoca, ter conhecimento de qualquer plano do Vaticano no sentido de desarticular a chamada Igreja progressista no Brasil. O Cardeal está há 15 dias percorrendo as dioceses interioranas, junto com outros bispos, e disse não ter lido as notícias veiculadas na imprensa do Sul dando conta de uma estratégia dos setores conservadores da Cúria Romana, que pretendem, num prazo de quatro anos, substituir os bispos progressistas e quebrar a espinha dorsal da CNBB. "Plano 1922" é como foi apelidada a ação desses setores, já iniciada.

"Não sou capaz de acreditar que o Vaticano adote tal jogo político e não possuo qualquer documentação que comprove a existência de tal plano" — falou dom Aloisio Lorscheider. "A própria notícia (referindo-se à matéria publicada na "Folha de São Paulo", do último domingo) deixa ver que as nomeações de bispos têm sido

bastante diferenciadas no Brasil, contemplando todas as tendências".

### VISÃO ABERTA

Segundo dom Aloisio, apontado pela "Folha de São Paulo" como o principal obstáculo — junto com o Cardeal-Arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns — às medidas "restauradoras" da Cúria Romana, as ações do Papa indicam uma visão social aberta. Ele exemplifica com a declaração de João Paulo II na África do Sul, de que todas as noites costumava rezar por Nelson Mandela, o famoso preso político do regime do "Apartheid".

"As duas grandes encíclicas sociais que o Papa escreveu, a de 1981, sobre o trabalho humano, e a de 1987, sobre a solicitude da Igreja pela questão social, correspondem inteiramente ao trabalho dos bispos no Brasil".

Prossegue o Cardeal-Arcebispo de Fortaleza lembrando que, no que diz respeito à Pastoral da Terra, o Papa,



Dom Aloisio está fazendo sua

visita ao talar para jornalistas durante a visita do presidente Sarney ao Vaticano, afirmou que a reforma agrária no Brasil era necessária e urgente. "Se ele desaprovasse o trabalho dos bispos do Brasil no campo da Pasto-

# para desarticular CNBB



visita anual às dioceses

da Terra, não poderia fazer tal afirmação, nem lançar as encíclicas que escreveu".

Em carta aos bispos brasileiros, datada de 9 de abril de 1986 — cita

ainda dom Aloisio — o papa João Paulo II animava os bispos brasileiros na sua pastoral e estimulava-os a seguir no mesmo caminho, abrindo até novas pistas. "Diante destes fatos" — arremata o Cardeal — "é difícil acreditar numa estratégia do Vaticano para desmontar o episcopado brasileiro".

### EM ROMA

Dom Aloisio deverá estar de volta a Fortaleza sexta-feira, quando parte em viagem a Roma, onde passa 10 dias. Mas ele esclarece que não está planejando falar com o Papa, nem sabe se ele está no Vaticano. Vai participar de um congresso das irmãs e padres da congregação dos Paulinos, convidado que foi para proferir palestra sobre a "Evangelização numa Igreja Concreta", relatando a experiência brasileira.

Hoje e amanhã, o Cardeal visitará Tianguá e Sobral, depois de ter passado em Crato, Iguatu, Quixadá, Crateús e Itapipoca. Trata-se de uma

visita anual que os bispos fazem reciprocamente às dioceses desde 1980 e da qual participam todas as pessoas envolvidas no trabalho da Igreja, incluindo padres e leigos.

Nessa oportunidade, há troca de informações e se busca a integração pastoral. Este ano, os bispos e demais participantes das coordenações diocesanas voltam sua atenção principalmente para o trabalho das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), consideradas "a prioridade das propriedades", segundo dom Aloisio, "pela convicção de que é através delas que a Igreja se torna inútil à sociedade, participando eficazmente na construção de uma nova sociedade".

Dom Aloisio declarou ainda que a Igreja, através da CPT, vai continuar lutando por uma reforma agrária "nos termos que desejamos", e que não são os termos do que foram aprovados pela Assembléia Nacional Constituinte. "Essa é uma necessidade premente para que haja paz social no Brasil" — terminou.

# CNBB avalia a Constituinte

16/9/88 OSP

1 - "É confortador verificar que, apesar das dificuldades para levar a cabo seu trabalho, a Assembléia Nacional Constituinte está fazendo real esforço para instalação de uma nova ordem social e política para o país.

2 - "Constatamos como mérito no texto, ora em aprovação final, a afirmação da cidadania como principal ponto de referência. Este posicionamento da Constituinte reconhece valores que são sempre anunciados e defendidos pela Igreja, por exigência de sua missão evangelizadora.

3 - "Nesta linha de consideração, pode-se ver que no texto constitucional, na parte já aprovada em segundo turno, trouxe louvável mudança qualitativa. Aos invés de partir dos órgãos de poder do Estado, apresenta no preâmbulo o ideal de sociedade que deseja para o Brasil e passa a definir os direitos dos cidadãos.

4 - "A figura do Estado surge como servidor dos cidadãos e responsável pela execução dos serviços que devem atender a estes direitos.

5 - "O texto constitucional inova ao criar instrumentos jurídicos pelos quais os cidadãos e as entidades representativas podem ter ação direta, para fazer cumprir os preceitos constitucionais, evitando a inércia dos que, após a promulgação da nova Lei Magna, prefeririam protelar o cumprimento destes preceitos.

6 - "Entre essas inovações, não podemos esquecer o mandado de segurança coletivo, o mandado de injunção e a iniciativa popular na apresentação de projetos de lei, tanto em nível nacional como estadual. Lembramos o reconhecimento do direito de propor ação popular para anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio-ambiente e ao patrimônio histórico-cultural. Louvável, sem dúvida, é o habeas-data, que assegura o acesso da pessoa interessada às informações dos registros públicos ou privados e a correção dos dados errôneos a seu respeito.

7 - "É necessário ainda elencar entre os valores positivos do texto constitucional a afirmação dos direitos fundamentais da pessoa humana, como o forte repúdio à tortura e ao racismo e a exclusão da pena de morte. Igualmente positiva é a legislação referente aos índios, aos direitos dos trabalhadores, às normas de proteção ecológica. O direito à educação é ampliado em termos de recursos e programas complementares, garantindo o ensino religioso e reconhecendo um novo tipo de escola, a comunitária. Encontram-se também pontos louváveis na reforma urbana.

8 - "Há também pontos negativos. Assim, não se reconheceu o direito à vida, desde a concepção. O texto aprovado em primeiro turno assume a simples união estável de fato entre o homem e a mulher como "entidade familiar". Concordamos com o reconhecimento dos direitos das pessoas envolvidas nestas uniões, principalmente os filhos, mas não parece justo dar a estas uniões a conceituação de "entidade familiar". Não se compreende igualmente que, após tantas esperanças, manifestações e solicitações populares para efetivar-se a urgente reforma agrária, não se tenha conseguido aprovar um texto

que responda claramente às exigências da justiça social.

9 - "Seria de duvidosa justificção ética a aprovação, no segundo turno, de "casuísmos" que criam privilégios, como já denominado "trem da alegria", efetivando na própria Constituição nos cargos públicos, sem concurso, os que deveriam a ele submeter-se.

10 - "Reafirmamos a urgente necessidade de ser concluída, quanto antes, a tarefa de aprovação e promulgação da Constituição do País. Sumamente impatriótica seria a tentativa de retardar esta missão que o povo entregou aos constituintes. Como governar o Brasil sem uma ordem constitucional afinada às reais aspirações do povo? Por último, não se pode deixar de estranhar que, após a instauração da desejada transição democrática, haja ainda descompasso entre o Poder Executivo e o Poder Constituinte.

11 - "Temos esperanças de que a lei maior do País traga a todo o povo tranquilidade e união. Esta esperança por certo terá a bênção de Deus".

A "Comissão de Acompanhamento à Constituinte" da CNBB, apresentou aos bispos reunidos na 20ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente da entidade uma avaliação dos trabalhos da Constituinte e sugestões para o prosseguimento da ação da Igreja neste campo. Avaliados os pontos apresentados, a presidência da CNBB emitiu a seguinte nota oficial, assinada por dom Luciano de Almeida (presidente), dom Antonio Celso Queirós (secretário-geral) e dom Paulo Ponte (vice-presidente):



Dom Luciano Mendes, Dom Celso Queiroz e dom Paulo Ponte assinam o documento

Fotos: Douglas Mansur

## Redemoinho em Recife 18/9/88 JB

Em Recife, continua a enfrentar dificuldades o arcebispo dom José Cardoso Sobrinho, que substituiu dom Hélder Câmara. Por haver afastado, logo que assumiu, agentes de pastoral da Regional Nordeste II da CNBB, até com a justiça ele está sendo ameaçado.

Esse redemoinho não chega a ser surpreendente. Personalidade carismática, dom Hélder conduziu a arquidiocese, em seu tempo, num estilo que a alguns parecia, então, a última palavra em matéria de "teologia progressista".

À parte o valor pessoal do antigo arcebispo, esta linha, por ser excessivamente aventureira, acabou sendo desautorizada na teoria e na prática pelo papado de João Paulo II. Como verdadeiro homem de Igreja, dom Hélder manteve a mais perfeita discrição. Mas nem todos se deram conta da orientação doutrinária que vinha de Roma, ou se mostraram dóceis a ela. Nesses momentos, surge o atrito entre o que é simplesmente humano e temporal e o que tem uma dimensão de eternidade.

As modas vêm em vão; mas o que caracteriza a Igreja de Roma é a fidelidade a uma experiência que começou há dois mil anos, e que nunca foi interrompida. A instituição do papado significa exatamente essa continuidade. Sem ela, a Igreja católica perde a sua identidade essencial.

A moda aconselha a adaptação do que é "antigo" aos estilos mais recentes de pensar. Nos anos 60, por exemplo, fez muito barulho no interior da Igreja a corrente chamada teilhardista (de Teilhard de Chardin). Homem de ciência, o padre Teilhard tinha uma confiança tão cega na teoria da evolução, que fez o que pôde para acomodar o Evangelho a essa escola de reflexão. Daí surgiram termos novos — "ontogênese", "cristogênese" —, e o Cristo personalizado dos Evangelhos parecia transformar-se, às vezes, simplesmente no ponto final de um processo de "evolução".

Era sedutor; mas não se sabe de nenhum movimento profundo de espiritualidade que tenha surgido desses exercícios. O teilhardismo parecia mais capaz de satisfazer aos processos mentais do seu inventor do que de atender a uma verdade de fé; e pouco a pouco, a moda foi cedendo. O assunto, hoje, é esparsamente veiculado.

A tentativa de acomodar o cristianismo e o marxismo mostra-se mais resistente — embora se possa indagar onde está a grande figura religiosa que ilustrou, na prática, a viabilidade ou o valor dessa aproximação. Ela foi, inicialmente, um produto típico de intelectuais como Roger Garaudy e Erich Fromm.

Tomou, depois, o caráter de fogo na palha quando chegou a regiões como o continente sul-americano; e acabou produzindo um teórico "local" na figura do brasileiro Leonardo Boff.

Como no caso do teilhardismo, a idéia parece, inicialmente, sedutora: acoplar as virtudes espirituais do cristianismo às supostas propriedades transformadoras do marxismo. Um intelectual da importância de Alceu Amoroso Lima chegou a chamar Karl Marx de "santo" — sem ter descido a minúcias quanto aos componentes desta santidade.

Mas as modas são modas; e os indícios são de que estamos assistindo ao esvaziamento de mais uma. A começar pela desmontagem do marxismo como mito da nossa época. Nas sociedades em que foi aplicado, o marxismo não cumpriu o que prometia nem no que se refere ao seu suposto caráter de "ciência da história" (tendo-se desmentido todas as suas previsões) nem no terreno da valorização do homem completo. Produziu, no melhor dos casos, sociedades onde se garante casa e ração mínima a cada trabalhador; mas onde o Estado continua a coibir o desenvolvimento do homem, decretando a sua minoridade e vigiando os seus processos mentais.

Aplicado à Igreja, o marxismo gerou um tipo estranho de católico, para quem toda a experiência religiosa até hoje precisa ser praticamente abandonada, renegada, para que apareça uma espécie de "homem novo" que não é mais o homem refeito à imagem do Cristo, mas sim um produto híbrido que mistura frases do Evangelho e do Manifesto Comunista.

Que uma seita protestante tomasse a si efetuar essa releitura do Evangelho poderia ser bizarro, mas não constituiria um contrasenso, já que o pressuposto do protestantismo é o "livre exame" dos textos bíblicos.

Aplicada ao catolicismo, essa tendência só poderia resultar no que se viu: num modo inevitavelmente zangado de considerar tudo o que venha de Roma ou que pertença ao passado da Igreja. Se Santo Agostinho ou São Tomás nunca leram Karl Marx, é inevitável que eles se tornem desinteressantes, ou fundamentalmente equivocados, para católicos que vêm no marxismo um novo divisor de águas do pensamento religioso. A história da Igreja, com todos os seus papas e santos, passa a ser uma crônica obscura de convivência com os poderes dominantes, uma espécie de longa noite à espera da aurora que seria a descoberta do cristianismo "libertador" — não mais a "libertação" como ela era entendida antes, mas um movimento de cunho diretamente político, que briga pelo controle de sindicatos, aprova ou desaprova candidatos, lança cartilhas ensinando ao povo como deve votar.

Esse movimento, que fez questão de dividir a Igreja em dois pedaços — "progressistas" e "conservadores", sendo um deles coberto de anátemas —, já não parece tão forte como antes, sobretudo depois que o pensamento marxista começou a moderar um pouco sua pretensão de possuir as leis da evolução histórica. Mas tratou de construir pequenas fortalezas no interior da Igreja, para resistir ao assédio dos "conservadores". E para uma dessas "fortalezas" é que foi nomeado, recentemente, o novo arcebispo de Recife e Olinda.

Ele não é diferente de outros bispos e arcebispos indicados desde há alguns anos pelo Papa. Mas em Recife havia e há quem tivesse ido muito longe no caminho de "aventura teológica". O choque de agora corresponde a uma espécie de encontro com a realidade; e a culpa do choque não é do arcebispo, que só se poderia descrever, teologicamente, como uma pessoa "moderada" e um homem de fé.

## Conservadores e progressistas em pé de guerra

# ITER entra na briga e critica rumos da Igreja

Outubro será um mês movimentado nos meios católicos nordestinos. De um lado, a Assembléia dos Bispos do Regional II da CNBB, em Caruaru, fechada à participação dos movimentos pastorais. Do outro, o Instituto de Teologia do Recife estará promovendo entre os dias 4 e 6 um debate sobre "A Situação Presente da Igreja e Perspectivas Futuras". Será uma resposta à linha conservadora do Regional Nordeste II, presidida, agora, pelo arcebispo de Olinda e Recife, dom José Cardoso.

A divergência se acentuou tanto entre as alas "progressista" e "conservadora" que o padre Cláudio Sartori, diretor do Instituto de Teologia do Recife — Iter, comenta, ao falar do debate que "ou a Igreja acompanha a caminhada até o fim, ou seria melhor nem ter começado". Para ele, a grande descoberta da América Latina foi encontrar Jesus Cristo num lugar concreto: "A qualidade do nosso compromisso, o nosso modelo é fundamentalmente Jesus Cristo".

O encontro do Iter, que acontecerá das 19h30 às 21h30m, no auditório da Faculdade de Filosofia do Recife, será aberto a todos, ao contrário da assembléia de Caruaru, e deverá contar com a participação efetiva dos movimentos populares de base. Segundo o padre Sartori, a proposta é abrir uma reflexão sobre a problemática do Nordeste

nos últimos 20 anos e uma resposta da Igreja por meio de sua prática e de seus documentos.

Já para o estudante de Teologia, Drans Elias, "o próprio momento, os últimos acontecimentos, têm causado uma expectativa quanto aos rumos da Igreja no Nordeste e no Brasil". Segundo ele, nos últimos anos vem sendo definida a nova caminhada da cúpula da Instituição, tanto em nível regional como nacional. "Para onde a Igreja está indo" questiona. E preciso — assegurou o estudante — fortalecer as organizações pastorais e populares, porque existe nesses meios uma grande interrogação sobre isso. "Vínhamos comungando com uma linha de trabalho, mas, hoje, entretanto, se revela outra proposta de ação", observa.

### RETROCESSO

Na análise de um outro estudante de Teologia do Iter, Evaldo Cordeiro, num momento em que as questões econômicas e sociais vão se agravando no País, "se a Igreja recua em seus compromissos com o povo, favorece aqueles que são os opressores". O Instituto de Teologia, disse ele, tem um importante papel de reflexão teológica sobre tudo isso que está acontecendo. Na visão de Evaldo, que de resto representa a percepção da chamada ala "progressista", o que está em jogo, no nível da direção da Instituição, é "um retrocesso na caminhada de uma Igreja que se quer povo de Deus".

# Teologia da Libertação

FdP  
24/19/88

**N**OVA IORQUE - Vinte anos depois de seu impetuoso acontecimento na América Latina, a Teologia da Libertação deixou de levantar paixões e controvérsias depois que seus principais proponentes desmentiram toda a filiação aos princípios marxistas, segundo declararam bispos, religiosos e teólogos latino-americanos consultados em uma pesquisa feita pela agência Associated Press.

Essa calma que sucede a anos de acalorados debates entre liberais e conservadores no seio da Igreja Católica é atribuída, em grande parte, a dois documentos do Vaticano que reconheceram a validade da Teologia da Libertação, dando lugar - segundo os entrevistados - a um debate mais frutífero dentro de um clima de relativa tranqüilidade.

O primeiro documento, "Instrução Sobre Alguns Aspectos da Teologia da Libertação", de 1984, reconheceu oficialmente a existência do movimento, e o segundo, "Liberdade Cristã e Libertação", de 1986, lhe deu carta de cidadania. Este último reconhece o direito dos pobres de lutar contra as injustiças, ainda que advirta contra a violência, a intervenção política dos religiosos e o "mito da revolução" que desemboca em novas formas de escravidão.

Entretanto, a superação do antigo "diálogo entre surdos" permitiu que a Teologia da Libertação, já incorporada oficialmente à corrente central da Igreja Católica, amadurecesse.

Essas são as conclusões principais da pesquisa realizada pela AP entre prelados, teólogos e religiosos da América Latina no momento que se aproxima o décimo ano papal de João Paulo II, que em maio passado realizou sua nona visita à América Latina.

A Teologia da Libertação é um movimento nascido na América Latina que justifica através do evangelho o ativismo social dos religiosos, preconiza a ação direta para lutar contra as injustiças políticas, sociais e econômicas, e em algumas de suas variantes apela para a análise marxista da realidade como diagnós-

tico social. O sacerdote peruano Gustavo Gutierrez idealizou o termo em 1968 e depois o popularizou em seu livro "Teologia da Libertação" de 1971.

O sacerdote franciscano brasileiro Leonardo Boff, um adepto desse movimento, que o Vaticano impôs um ano de silêncio em maio de 1985 por conceitos teológicos "insustentáveis", declarou que "se os teólogos da libertação assumem teorias do marxismo é sempre de forma instrumental e a serviço da inteligência da fé, jamais como forma de substituição da fé, ou do evangelho".

Boff vai além, entretanto, quando afirma que "por causa de seu compromisso com os pobres, a Teologia da Libertação, sem que seja sua intenção direta, conta com a melhor reputação do ateísmo moderno e da crítica marxista a "religião-ópio".

"Penso que o assunto pode se considerar encerrado depois do segundo documento da Congregação Para a Doutrina da Fé, de abril de 1986, e da carta do papa aos bispos brasileiros, do mesmo mês, onde assinala que a Teologia da Libertação não é somente oportuna, mas necessária", disse Gutierrez. "Esses documentos contêm orientações com esta perspectiva teológica".

O prelado Ivo Lorscheider, ex-presidente da Conferência Episcopal Brasileira, afirma que "para nós no Brasil o assunto esta suficientemente claro, o debate suficientemente tranqüilo". Boff opina que "nos últimos tempos tem-se notado uma grande dificuldade de sistematização da Teologia da Libertação" e acrescenta que "quando isso ocorre é sinal de que está chegando a fase de maturidade".

O religioso brasileiro assinala que, a partir de 1989, mais de 100 teólogos e sociólogos que vivem na América Latina estão produzindo uma obra em 54 volumes sob o título "Teologia e Libertação", que definem como "uma primeira tentativa de formulação sistemática de toda teologia à luz da preocupação da libertação", em espanhol e português, com traduções previstas em inglês e italiano. Este esforço seria algo como uma "súmula teológica do movimento".



En CNBB autoriza  
padre a concorrer  
em d. Inocência

8 Faltas  
do Brasil

# Padre reage às críticas do Itef

O padre Manuel Lira Duarte, 70, é o único candidato à Prefeitura do município de Dom Inocência (a 621 km ao sul de Teresina-PI), através da coligação PFL-PMDB-PDS, embora a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tenha recomendado a não participação de padres na política partidária.

Duarte continua com suas atividades sacerdotais, ministrando sacramentos e celebrando missas. Ele disse que será substituído por outro padre, em janeiro, quando assume a Prefeitura do município, emancipado de São Raimundo Nonato no início deste ano.

O bispo de São Raimundo Nonato, d. Cândido, disse que autorizou a candidatura do padre por "ser um nome de consenso na comunidade".

## CNBB autoriza 25. Sep. 1988 padre a concorrer em d. Inocência

Do correspondente em Teresina

O padre Manuel Lira Duarte, 70, é o único candidato à Prefeitura do município de Dom Inocência (a 621 km ao sul de Teresina-PI), através da coligação PFL-PMDB-PDS, embora a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tenha recomendado a não participação de padres na política partidária.

Duarte continua com suas atividades sacerdotais, ministrando sacramentos e celebrando missas. Ele disse que será substituído por outro padre, em janeiro, quando assume a Prefeitura do município, emancipado de São Raimundo Nonato no início deste ano.

O bispo de São Raimundo Nonato, d. Cândido, disse que autorizou a candidatura do padre por "ser um nome de consenso na comunidade".

# CNBB estuda a evangelização na universidade

Há poucos dias chegou às livrarias especializadas o "Estudo da CNBB nº 56", intitulado "Evangelização e Pastoral Universitária". Trata-se de uma contribuição elaborada por vários especialistas no assunto e coordenada pela Comissão Nacional de Pastoral Universitária. O documento começa com a constatação de que o ambiente universitário é, para a Igreja, "Terra de missão".

Passando por breve histórico da universidade brasileira, por uma análise teológico-pastoral da presença da Igreja neste meio, o

estudo termina elencando novas experiências de Pastoral Universitária no Brasil, abrindo pistas. Todos os grupos de Pastoral Universitária da Arquidiocese estão estudando o texto e se preparam para, no dia 22 de outubro, realizar um dia inteiro de seminário.

Reunida neste último domingo, em Santa Cecília, a Comissão de Articulação da Arquidiocese da Pastoral Universitária decidiu também ampliar a participação neste seminário aos professores.

A partir do encontro do dia 22, a Pastoral Universitária de São

Paulo estará se preparando para o encontro estadual, que também estudará o documento 56, no início do mês de novembro.

Evangelizar os universitários e as universidades é contribuir e muito, para a mudança social. Levá-los à uma opção evangélica preferencial pelos pobres, à uma disponibilidade de serviço ao povo, é garantir o sucesso da marcha histórica da libertação.

"Quem sabe faz a hora, não espera acontecer". Os universitários re-começam a fazer a sua hora!

## Bispos vão assumir cargos em dezembro

Os novos bispos-auxiliares da Arquidiocese de Olinda e Recife, dom João Evangelista Martins Terra e dom Hilário Møser, assumirão as suas funções no dia 11 de dezembro, um domingo, em solenidade no Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães, presidida pelo arcebispo metropolitano dom José Cardoso Sobrinho. Fontes eclesíásticas informaram que estarão presentes à cerimônia bispos de outras dioceses do Nordeste.

A Arquidiocese de Olinda e Recife, por iniciativa de dom José Cardoso Sobrinho, acaba de instituir uma comissão central para recepção aos bispos-auxiliares, com o objetivo de preparar o programa solene de investidura dos dois prelados.

### COMISSÃO

A Comissão Central, que já iniciou os seus trabalhos, está constituída pelo cônego José Edwaldo Esteves, e pelo sr. João Bosco Gomes. No último dia 22, representantes dos setores paroquiais da Arquidiocese de Olinda e Recife estiveram reunidos tratando, também, do programa da posse dos dois bispos-auxiliares. Na

próxima quinta-feira esses representantes voltarão a se reunir.

O bispo-auxiliar dom João Martins Terra, um dos maiores teólogos brasileiros da atualidade, proferiu recentemente, no Seminário de Olinda, conferência sobre tema de sua especialidade, dirigida ao clero da Arquidiocese. Também falou na Faculdade de Filosofia do Recife para religiosas e pessoas integradas aos movimentos pastorais.

O "Boletim Arquidiocesano", órgão informativo da Arquidiocese, referindo-se à palestra de dom João Evangelista Martins Terra, no Seminário de Olinda, durante reunião do clero recifense, com a presença de mais de oitenta sacerdotes, comentou: "Os sacerdotes aplaudiram e aproveitaram as sábias e orientadoras palavras, as primeiras dirigidas ao clero arquidiocesano - que lhes foram apresentadas. Dom João Evangelista teve, assim, seu primeiro contato com os presbíteros da Igreja que estão em Olinda e Recife". O tema da conferência foi "A Oração na Bíblia".

## Dom Cardoso formula advertência

O arcebispo metropolitano de Olinda e Recife, dom José Cardoso Sobrinho, advertiu, ontem, que está "terminantemente proibido aos agentes de pastoral - sacerdotes, religiosos e leigos - qualquer envolvimento político-partidário". Dom José Cardoso lembra que a proibição é formulada "em consonância com as vigentes normas da Igreja". O anúncio dessa advertência foi publicado no "Boletim Arquidiocesano", da Cúria Metropolitana, que circula em todas as paróquias. Uma outra advertência também circulou, ontem, nos meios católicos. Desta vez foi o Papa João Paulo II que alertou as mulheres do mundo inteiro a tomarem cuidado para não acabar adotando "características masculinas"; ao lutarem por seus direitos.

DP  
1.10.88  
sábado

# Oferta de rede de TV ao papa embarça o Vaticano

Araújo Netto  
Correspondente

ROMA — O secretário de Estado da Santa Sé, cardeal Agostino Casaroli, não gostou das notícias divulgadas pela revista católica *Jesus*, publicada pela editora da Pia Sociedade São Paulo, sobre a televisão e os três satélites que um poderoso grupo internacional de milionários dispôs-se a presentear ao papa. Oficiosamente, fontes da Secretaria de Estado esclareceram que a "Santa Sé não está diretamente envolvida, nem exerce qualquer supervisão" do projeto Lumen 2000, que está se preparando para transmitir a todo mundo a imagem e as mensagens do papa.

A direção da revista dos religiosos paulinos não se intimida e confirma que as informações divulgadas no último número de *Jesus* são exatas, fartamente documentadas, procedem da própria Cidade do Vaticano. Mais ainda: sua publicação não assustou os homens de negócios que tentam envolver o papa e a Santa Sé na televisão com três satélites que serão postos em órbita pela multinacional Lumen 2000.

O constrangimento da Secretaria de Estado da Santa Sé, ao falar desse projeto, explica-se com os temores que muitos setores e prelados continuam a manifestar diante da possibilidade de um envolvimento ou de uma direta participação do papa e do Vaticano nessa iniciativa. A maior oposição à idéia de identificar o projeto Lumen 2000 como uma iniciativa aceita e autorizada pela hierarquia da Igreja é feita por bispos e sacerdotes italianos.

**Temor**— Eles temem que a intenção oculta do projeto lançado pelo miliardário holandês Piet Derksen — velho amigo de monsenhor Edward Cassidy, ex-núncio apostólico na Holanda e atual sub-secretário de Estado da Santa Sé — seja a de apossar-se e explorar os dois canais internacionais de televisão que foram concedidos ao Vaticano.

Até hoje, a operação desses dois canais fez-se impossível pelos altos custos que teriam e pela difícil situação financeira da Santa Sé, que com grandes sacrifícios (e perdas) mantém no ar a Rádio Vaticana transmitindo para todo o mundo. Ninguém se ilude de que o projeto Lumen 2000 prevê uma forte comercialização dos tempos e programações das emissoras de televisão que se destinassem a difundir o verbo e o carisma da Igreja católica. Deva ser, por isso, uma empresa com finalidade de lucros e altos lucros.

Além do próprio João Paulo II — que desde 1982 acolheu com entusiasmo as idéias e intenções do grupo de miliardários — os outros defensores do projeto Lumen 2000 no Vaticano são o presidente da Comissão Pontifícia para as Comunicações Sociais, monsenhor americano John Foley, e um bom número de cardeais dos Estados Unidos, Holanda e Alemanha Federal. Monsenhor Foley ousou muito quando enviou uma mensagem pessoal que foi lida na abertura de um simpósio promovido por Lumen 2000 no início do mês passado em Bogotá.

Nessa mensagem, monsenhor Foley afirmou: "O trabalho de evangelização deve ser feito sempre e em toda parte, em comunhão com o papa e os bispos. Por isso, Lumen 2000 deve entrar em contato com outros organismos católicos que operam no setor (mídia televisiva) e que não são emanações da Santa Sé."

Depois do sucesso do primeiro teste — a transmissão em rede internacional do discurso de João Paulo II inaugurando o Ano Mariano, em junho de 1987 — perdeu argumentos e força a oposição ao projeto de uma mega-

AP — Filadélfia, 10/4/84



Cardeal Foley: muita ousadia

televisão, dispendo de três satélites, quase inteiramente a serviço da Santa Sé. Para fazer com que aquele discurso fosse presenciado e ouvido em todo o mundo, através de 18 satélites, o holandês Piet Derksen acionou a Global Media Ltda, a mesma empresa americana que organizou e explorou as transmissões das Olimpíadas de Los Angeles. Para assegurar ao discurso do papa uma audiência de dois bilhões de pessoas de todas as raças e nacionalidades, a Global Media realizou uma operação que custou 2 milhões de dólares, todos obtidos por Derksen de três empresas internacionais, uma das quais foi a Lumen 2000.

Para não estar despreparado no momento em que iniciar as transmissões da megatelevisão do papa, o holandês Derksen fez-se nomear, em janeiro de 1987, integrante do conselho de administração do Centro de Produção de Programas e Documentários que já funciona dentro do Vaticano. Para o escritório central da Lumen 2000, localizado em Dallas, no Texas, Derksen despachou um importante dirigente do movimento Comunhão e Libertação, Fiorenzo Tagliabue, que pretende ser o principal responsável pela operação da televisão do Vaticano em Roma.

**Escolas** — Essas não foram as únicas medidas tomadas na fase de preparação dos futuros operadores e técnicos da televisão do papa. Em Bruxelas, capital da Bélgica, e em Guadalajara, México, já estão funcionando duas escolas de especialização de técnicos, jornalistas e teólogos, que deverão ter as melhores condições para falar e doutrinar não só uma grande massa de fiéis ou de pagãos de todo o mundo — mas, inclusive, de fazer ou

6110188 JB

mudar as cabeças do clero e do episcopado, segundo os princípios e orientações de Roma.

A maior crítica ao projeto Lumen 2000 até agora veio da África. A revista católica *Actualité Religieuse*, publicada em francês, qualificou o projeto como uma nova forma de colonização espiritual. "Querem nos fazer acreditar que com três satélites converterão o mundo. Nós preferimos apoiar as escolhas pastorais das igrejas locais", disse a revista.

## A Conferência dos Bispos em debate

Dom Boaventura Kloppenburg, O. F. M.

O Sínodo extraordinário dos bispos reunido em 1985 para celebrar, avaliar e promover o Concílio Vaticano II (1962-1965) propôs em sua relação final esta sugestão: "Porque as Conferências episcopais são úteis, antes, necessárias no trabalho pastoral atual da Igreja, deseja-se que o estudo de seu estatuto teológico e sobretudo a questão de sua autoridade doutrinal sejam explicitados de modo mais claro e mais profundo, tendo-se em consideração o que é apresentado pelo Concílio no Decreto *Christus Dominus* n. 38 e pelo Código de Direito Canônico nos cânones 447 e 753."

Note-se que não foi a Santa Sé que tomou a iniciativa de definir mais claramente as competências das conferências episcopais: foram os próprios representantes destas conferências, do mundo inteiro, reunidos no sínodo dos bispos, que solicitaram um estudo mais profundo sobre o estatuto teológico e jurídico de sua instituição.

O problema que muitos bispos sentem é este: pensadas e criadas inicialmente como entidades pastorais auxiliares, com o objetivo de oferecer aos bispos maior facilidade de se reunir, comunicar entre si as luzes da prudência e experiência e tomar resoluções pastorais para o bem comum de suas Igrejas particulares, algumas conferências episcopais se transformaram em organismos complexos, abrangentes e poderosos, que inundam as dioceses com numerosos papéis. Diante desta crescente quantidade de "documentos" não se sabe com suficiente clareza qual seu valor teológico e jurídico e com que atitude se deve receber ou aceitar tudo isso. Muitas vezes esta ampla documentação é enviada não apenas aos bispos diocesanos, mas é publicada e remetida a outros órgãos da diocese, que a consideram então como provinda de uma instância ou autoridade superior à do bispo. Este se vê então moralmente constrangido a aceitar tais "documentos" e permitir que os organismos pastorais diocesanos desenvolvam suas atividades de acordo com as orientações assim recebidas. Transforma-se desta maneira o bispo num mero executor da conferência episcopal e de seus organismos nacionais e regionais. Tem-se a impressão de que cada organismo se sente na obrigação de justificar sua existência convocando encontros e elaborando documentos.

Todos concordam em afirmar que a Conferência dos Bispos é útil e hoje até mesmo necessária como organismo de coordenação e colaboração em "algumas tarefas pastorais" (cân. 447) comuns. Tornar-se-ia, porém, nociva se quisesse assumir e traçar normas intrometendo-se em todas as questões pastorais e, pior ainda, se se arrogasse o poder do magistério autêntico, chegando ao extremo de propor, favorecer e dar luz verde a determinadas correntes teológicas discutidas e discutíveis. Então, em vez de ser órgão de união, tornar-se-ia um organismo fomentador de discórdia e desunião entre os bispos.

Foi em vista desta nova situação, resultado de uma evolução posterior ao último concílio ecumênico, que o sínodo dos bispos de 1985 solicitou o esclarecimento. O cumprimento desta sugestão foi confiado pelo papa João Paulo II à Congrega-

ção para os Bispos, em estreita colaboração com as Congregações para a Doutrina da Fé, para as Igrejas Orientais, para a Evangelização dos Povos e com a Secretaria Geral do Sínodo dos Bispos. Estas instâncias pontifícias elaboraram então um provisório documento de trabalho sobre "O estatuto teológico e jurídico das Conferências Episcopais", que foi enviado às conferências episcopais de todo o mundo, com o pedido de estudá-lo e propor correções e emendas.

O provisório documento da Santa Sé é bastante crítico com relação à nova situação surgida depois do Concílio Vaticano II. Esclarece que "as conferências episcopais não foram instituídas para governar a Igreja numa nação ou numa região, nem para substituir os bispos diocesanos, como se o delas fosse um governo superior ou paralelo, mas para ajudar estes últimos no cumprimento de algumas tarefas comuns". E recorda três possíveis perigos:

a) O de se transformar em instância de decisão burocrática, restringindo a possibilidade de exprimir o próprio pensamento e de dialogar, de modo mais profundo, com e entre os próprios membros, levando-os a considerar-se como simples executores das mesmas.

b) Com o peso das freqüentes decisões, sobretudo de seus órgãos permanentes e das comissões, coarctar de fato a liberdade dos bispos, que poderia levá-los a considerar a conferência episcopal como uma espécie de supergoverno das dioceses, sacrificando o direito-dever que têm os bispos de resolver em comunhão com o próprio presbitério os problemas de suas Igrejas particulares.

c) O surgimento de instâncias eclesiásticas que reivindicam uma indevida autonomia frente à Sé Apostólica, opondo-se a ela e às diretrizes doutrinais e disciplinares delas emanadas.

Com relação ao poder de ensinar autenticamente, se afirma que as conferências episcopais, como tais, não têm este poder, já que, por sua natureza, elas têm por fim estabelecer metas operativas, pastorais e sociais e não diretamente doutrinais e, por isso, "as conferências episcopais não constituem uma instância doutrinal e, conseqüentemente, não têm competência para estabelecer conteúdos dogmáticos e morais".

Como era de esperar, o documento de trabalho da Santa Sé não foi bem recebido pelos dirigentes das mais poderosas conferências episcopais. Aqui no Brasil, por exemplo, como se pode ler no boletim semanal da CNBB, *Notícias* (n. 34, de 25-8-1988), um eclesiástico opina que o documento é "um texto que gera muita perplexidade; em que falta a espinha dorsal; falta o vigor e a vitalidade eclesial; é perpassado por um espírito, que não se sabe bem, se é teológico, se é jurídico, se é pastoral; qual é a visão do documento".

Não comparto desse pessimismo. Há fortes razões teológicas e jurídicas que justificam as rigorosas posições, ainda provisórias, do documento em debate. Explaná-las-ei em outro artigo.

Dom Boaventura Kloppenburg, O. F. M., bispo de Novo Hamburgo, é doutor em Teologia e membro da Comissão Internacional de Teologia da Santa Sé

Nat

asse 76

1. B

11. Nov. 1988



Dom Luciano Mendes

### Há ainda muito que fazer

O presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, assumiu o menor como quem assume Cristo, diante do apelo do Evangelho: "Quem assumir um menor em meu nome a mim assume". Como bispo auxiliar, em São Paulo, na Região Belém, foi incansável nas atenções para com as crianças abandonadas. As semanas do menor, de caráter ecumênico e nacional, têm sido o instrumento de conscientização e de atuação das comunidades cristãs em favor da pastoral do menor. Nesta entrevista, ele trata de suas preocupações com a dura vida dos menores, aplaude o avanço da nova Constituição na questão do menor, e acena com dois programas que precisam ser enfrentados: o aperfeiçoamento da lei e a administração da Justiça.

#### O que pretende esta oitava Semana Ecumênica do Menor?

Católicos, metodistas, luteranos e irmãos de outras Igrejas evangélicas encontram na Palavra de Deus força para a luta em bem dos menores. O anúncio da "boa nova" inclui que os direitos negados às crianças lhes sejam devolvidos. Faz parte do seguimento de Jesus a prática da justiça. Assim, além da atuação das comunidades, é preciso desenvolver um duplo programa. O primeiro é o aperfeiçoamento da lei e o segundo, a administração da Justiça.

#### A nova Constituição contempla satisfatoriamente a questão do menor?

A nova Constituição revela notável avanço da consciência nacional. Vale como exemplo o artigo 227, que afirma o dever da família, da sociedade e do Estado em assegurar às crianças e adolescentes os direitos fundamentais.

#### A que se deve esse avanço?

Isto se deve à participação incansável das comunidades no período constituinte. Este empenho continuará agora, na elaboração da Lei Orgânica de cada município, na Constitui-

ção estadual e na garantia dos direitos dos menores na legislação especial da criança.

#### E o segundo programa?

O segundo trabalho cabe à administração da Justiça. Precisamos de juizes, promotores, curadores e advogados que assumam, com amor, a causa dos menores e defendam seus direitos. O anseio dos participantes de nosso encontro ecumênico é que esta tarefa seja cumprida como missão e o serviço ao menor seja valorizado na carreira profissional.

#### Ainda é dura a realidade que os menores enfrentam no dia-a-dia...

Quem não tem presente as imagens de crianças desnutridas, mal vestidas, cheirando cola de sapateiro? O camburão chega, recolhe e as leva para os bancos da delegacia. São apreendidas sem ordem judicial e mantidas por longo tempo sem liberdade. Acontece também a tortura. Muitas morrem vítimas do assassinato. Quem é culpado pelas violências que elas sofrem? O oitavo encontro ecumênico focaliza mais uma vez esta dura realidade. Reúnem-se as comunidades cristãs para enfrentar a dura luta para o bem das crianças.

richtigen Namen!



ell 2



Randpunkte einer Geraden.

ell 2

3 cm

2,5 cm

2.

3.

3.

3.

4.

## Documento da CNBB é tema de estudo

“Para ver a Igreja com outros olhos basta participar da Semana Igreja, Comunhão e Missão” que a equipe de animação missionária vai promover no final de outubro na Região: são esses os dizeres do folheto que convidam as comunidades para o estudo do documento 40 da CNBB. O folheto também acrescenta que há no documento uma nova visão da Igreja na evangelização dos povos.

A programação é a seguinte: dia 25: **Igreja, comunhão, missão e evangelização dos povos**, com os palestras Padre João Pedro Baresi e Irmã Maria Vidalei, dia 26: **evangelização no mundo da cultura** - padre Giórgio Paleari; dia 27: **evangelização no mundo do trabalho** - Waldemar Rossi; dia 28: **evangelização no mundo da política** por Plínio de Arruda Sampaio.

O local é a igreja verde na avenida Nossa Senhora de Sabará, 3212, das 20 às 22h00.

### Campanha da Fraternidade

Dois representantes de cada setor irão participar do encontro de preparação à Campanha da Fraternidade/89 a realizar-se em Itaici de 21 a 23 deste mês.

No próximo dia 29 estas mesmas pessoas vão se reunir na sede da Região para estudar pistas que devem dinamizar esta Campanha em 89 na Região. O tema da próxima campanha será: “A Comunicação para a verdade e a paz”.

### Novena do Advento

A equipe de subsídios da Região preparou uma novena muito própria para o tempo do advento, em preparação ao Natal do Senhor. Em todas as ruas os grupos já devem ir preparando-se para o início destes encontros de reflexão e oração. As reservas do número de exemplares da novena são feitas na sede da Região pelas comunidades paroquiais.

### Conselho Regional de Pastoral

O CRP vai se reunir no próximo dia 15, das 8h30 às 12h30, na sede da Região.

### Obras sociais

Os representantes das Obras sociais vão se encontrar na região da Caritas, dia 19, às 20h00, no Jardim Prudência.

### Semana da Família

Cerca de 200 pessoas participaram de segunda sexta-feira no salão do Convento Santíssima Trindade, da Semana da Família na Região, realizada de 3 a 7.

Os temas foram de grande interesse todos os dias, mas o destaque foi na quarta-feira quando dom Paulo Evaristo falou sobre o contexto sócio-político e a família. Planejado ou opor coincidência, este foi o dia, 5 de outubro, da promulgação da nova Constituição. Assim o cardeal

pôde falar com simpatia e erudição dos títulos e capítulos referentes à instituição Família na nova Carta. Foi um sucesso, despertando um interesse geral pelo aprofundamento do documento maior da história da Nação. Outros temas da semana foram: religiosidade popular e família; missão e família; tóxico, sexo e família; vocação e família. Os palestristas, além de dom Paulo, foram os padres Jorge Paleari, Teodoro Negri e dom Antônio Gaspar.

A participação agradou à equipe desta pastoral na região que contou com a presença de famílias dos oito setores: Cupecê, Interlagos, Parelhinhos, Pedreira, Sabará, Santa Catarina, Santo Amaro e Veleiros.

O desejo da maioria que participou deste aprofundamento é a continuidade na formação... Está aí a semana organizada pela equipe de animação missionária, de 25 a 28 deste mês.

### Assembléia da Catequese

Dia 16, das 13h30 às 19h30, no Colégio Beatíssima, no Brooklin, haverá a assembléia regional de catequese. Os cartazes de propaganda já foram distribuídos por todas as comunidades.

### Padres e consagradas

Os padres e as consagradas vão se reunir dia 21 das 9h00 às 13h00, no salão do Convento Santíssima Trindade.

21/10/88

## Desfazendo um equívoco

Dom José Freire Falcão

**H**á por parte da opinião pública uma falsa compreensão da competência das Conferências Episcopais, quando se lhes atribui uma autoridade acima dos bispos diocesanos e um papel de mediação entre o bispo e o papa.

Na verdade, as Conferências Episcopais são assembleias de bispos de uma nação ou de um território com o fim de "promover o maior bem que a Igreja proporciona aos homens, principalmente em formas e modalidades de apostolado devidamente adaptadas às circunstâncias de tempo e lugar" (can. 447).

Enquanto tais, não gozam de verdadeiro poder legislativo, a menos que lhes seja conferido pelo Direito comum da Igreja ou por mandato especial da Sé Apostólica (can. 455). Ao passo que, os bispos, por sua ordenação episcopal estão revestidos das funções de santificar, ensinar e reger e, em suas dioceses, possuem um poder ordinário, próprio e imediato, exigido para o exercício de sua função pastoral.

Ademais, as Conferências Episcopais não têm qualquer poder de jurisdição sobre as dioceses, nem são por si mesmas qualquer instância de mediação entre a Santa Sé e os bispos. Estes estão ligados diretamente ao papa.

Por ignorar este ensinamento teológico e canônico, a imprensa freqüentemente supervaloriza o papel das Conferências Episcopais em detrimento da autoridade dos bispos locais, como se estes estivessem sob sua jurisdição e fossem elas norma última para sua conduta pastoral.

Por outro lado, confunde-se a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que em sentido próprio é a assembleia dos bispos do Brasil, a qual costuma reunir-se cada ano, com os seus organismos de execução, assim a presidência e a Comissão Episcopal de Pastoral, ou seus organismos anexos. E tudo passa a ser declaração formal ou tomada de posição oficial da Conferência Episcopal.

Não há negar que as Conferências Episcopais são de grande utilidade para a missão da Igreja, numa sociedade em que os problemas pastorais são de alcance nacional e inter-relacionados, exigindo, por isso, respostas globais em nível nacional.

Ocupam na Igreja de hoje o espaço preenchido no passado pelos concílios, assembleias de bispos reunidas para enfrentarem heresias ou responderem a desafios pastorais, que afetavam toda a Igreja, e por isso necessitavam contar com uma decisão unânime dos pastores.

Mas, jamais os concílios se substituíram aos bispos. Ao contrário, foram grandes pastores, homens de sabedoria e santidade, que marcaram os concílios, e jamais uma maioria amorfa, resultado de uma deliberação não assumida responsável e pessoalmente por cada bispo.

Os concílios provinciais e ecumênicos, os sínodos papais, os concílios de reforma medievais, os sínodos nacionais, os grandes concílios da época moderna (Trente e Vaticano) determinaram a vida da Igreja pela atuação deles de pastores excepcionais. Neste sentido, pode dizer-se com toda a verdade que a Igreja católica não é os concílios, mas os bispos sábios e santos que os realizaram e assumiram suas diretrizes na ação pastoral de suas dioceses.

Isto vale também para as Conferências Episcopais, de história mais recente. São de grande valor para a presença eficaz da Igreja num país, na medida em que não anulam a iniciativa, a responsabilidade e a atuação dos pastores, individualmente. Mas, são um apoio desprezioso, e jamais impositivo, à responsabilidade pastoral de cada bispo, que não é simples executor de uma deliberação de uma assembleia episcopal.

A força evangelizadora da Igreja num país não está na complexidade das estruturas de sua Conferência Episcopal, mas na consciência pessoal que cada bispo deve ter de sua responsabilidade pastoral.

As Conferências Episcopais seriam pouco significativas para o trabalho de evangelização sem grandes bispos. E, prejudiciais, se o poder de suas estruturas esmagassem a fragilidade e as limitações dos organismos diocesanos. É preferível uma Conferência Episcopal com estruturas menos eficazes e complexas e bispos realmente conscientes de sua grave responsabilidade de propor a verdadeira fé da Igreja a uma Conferência fortemente estruturada a ponto de sobrepor-se aos limitados meios de ação pastoral da maioria das dioceses.

Pois, se a Igreja é o povo de Deus, é, particularmente, a estatura moral de seus pastores. São estes que marcam a fisionomia das Igrejas particulares e, até mesmo, da Igreja universal. Tanto é assim que no passado elas têm o nome associado a seus bispos, como Inácio de Antioquia, Clemente de Roma ou Agostinho de Hipona.

*Dom José Freire Falcão, cardeal arcebispo de Brasília, é membro do Secretariado Romano para a União dos Cristãos*

# Destacando um edívoco

Um texto de destaque no âmbito da Igreja Católica, publicado no Jornal do Brasil, trata-se de uma reflexão sobre o papel da Igreja em um contexto de crise econômica e social. O autor, Dom José Vicente Wabnis, discute a necessidade de uma postura ética e socialmente comprometida por parte do clero e dos fiéis. O texto aborda temas como a justiça social, a solidariedade e o papel da Igreja como agente de transformação na sociedade. O autor enfatiza a importância de não se deixar levar apenas por interesses materiais ou políticos, mas de manter um compromisso firme com os valores cristãos e com o bem comum.

Dom José Vicente Wabnis

É um texto de grande importância para a Igreja Católica, publicado no Jornal do Brasil, trata-se de uma reflexão sobre o papel da Igreja em um contexto de crise econômica e social. O autor, Dom José Vicente Wabnis, discute a necessidade de uma postura ética e socialmente comprometida por parte do clero e dos fiéis. O texto aborda temas como a justiça social, a solidariedade e o papel da Igreja como agente de transformação na sociedade. O autor enfatiza a importância de não se deixar levar apenas por interesses materiais ou políticos, mas de manter um compromisso firme com os valores cristãos e com o bem comum.

## Igreja participa do acordo se for convidada

26.11.88

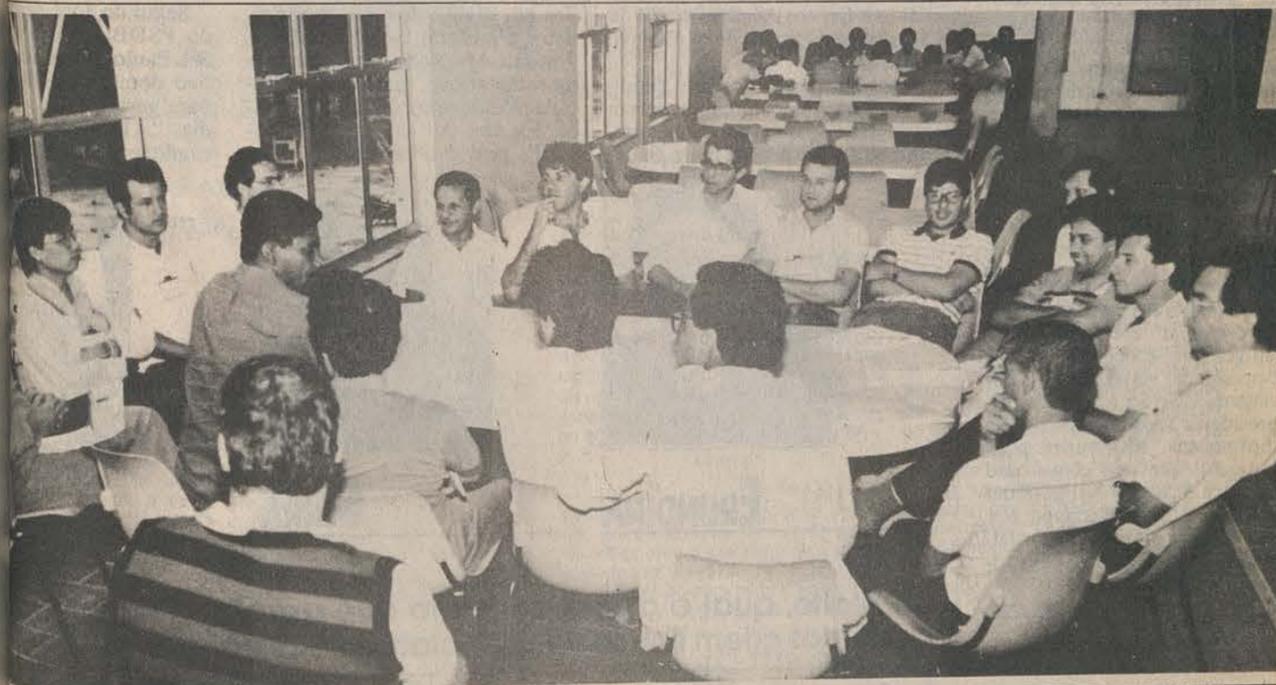
Da Sucursal de Brasília

A Igreja quer participar do acordo antiinflacionário. O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, afirmou ontem, em Brasília que "se formos convidados a participar do pacto, devemos aceitar". D. Luciano explicou que a CNBB, se for consultada, "terá mais a oferecer no campo ético do que no campo técnico". O presidente da CNBB lamentou a decisão da CUT de se retirar das negociações, "apesar de não conhecer a fundo quais os seus motivos (da CUT)".

D. Luciano afirmou que a CNBB pode participar da elaboração do acordo antiinflacionário através das organizações populares e dos leigos especializados "comprometidos com a causa da Igreja".

## ESPECIAL

**Padres se reúnem e discutem política, economia, Igreja e espiritualidade.**



Nos grupos, os padres avaliaram as palestras, refletiram sobre suas vidas e insistiram na necessidade de se organizar

Sérgio Calixto Valverde

Padres de todo o Estado de São Paulo estiveram reunidos na semana passada, entre os dias 17 e 21, em Vargem Grande Paulista, município ao sul de São Paulo, para a realização do 1º Encontro Estadual de Presbíteros do Regional Sul I da CNBB.

O encontro recebeu o nome de "Paulistão Presbiteral". Do mesmo podiam participar cinco padres por diocese do Estado: um diocesano e um religioso pelo presbitério da diocese; um padre representando o trabalho de formação; um diocesano recém-ordenado (entre um e três anos) e um padre representando o conselho presbiteral.

"Encontros regionais de padres

colhidas pelo O São Paulo. Joelmir chegou a sugerir a realização de um simpósio de economistas do Brasil para encontrar um modelo econômico próprio para o país, convocado pela Igreja. Concluiu a sua exposição fazendo uma profissão de esperança no Brasil, afirmando que "gostaria de ser neto de mim mesmo".

Francisco Whitaker Ferreira abordou a questão política. Para ele o não à reforma agrária na Constituição tornou mais agudo o processo de urbanização. O campo se evazia, a produção agrícola encarece, as cidades incham, criando os grandes bolsões de miséria que são as favelas.

Ainda segundo o expositor, cria-se no Brasil o grande exército eleitoral de reserva, formado pe-

não são novidade na Igreja do Brasil. Em vários outros regionais, há tempos, os padres estão se encontrando para uma vivência maior nos presbitérios das dioceses," declarou o padre Wilson de Oliveira Salles (padre Sabeh), presidente do Conselho Regional de Presbíteros, na abertura do encontro realizado no Centro Mariápolis Araceli.

O "Paulistão Presbiteral" reuniu cem padres e constou de três etapas específicas: o momento sócio-político, o eclesial e o momento de espiritualidade. Esses momentos foram distribuídos nos dias 18, 19 e 20 respectivamente. A exposição do sociólogo e comunicador Joelmir Beting obteve excelente repercussão no meio dos presbíteros, conforme opiniões

los marginalizados. Como nada têm, também votam por quase nada. Trocam seu voto por "coisas" porque, extremamente despreparados e carentes, precisam sobreviver e, como "voto não enche barriga", o que vier é lucro. Constituem-se na grande massa manipulada pelos políticos.

Francisco Whitaker terminou sua exposição com uma mensagem de esperança no Brasil, afirmando que "devemos transmitir esperança ao povo. Ele não acredita mais em nada, está desiludido. Criar e acreditar em instrumentos possíveis. Cultivemos a virtude da persistência para viver a luta ferrenha da perseverança. Melhorar, viver e partir de nossa fé para engajarmos na luta popular".

28/10/88  
ABP

# Associação

Os padres, no Brasil, vêm há três anos, formando associações de presbíteros. Já existem três no país. Não são sindicatos nem pretendem substituir os conselhos presbiterais. Para criar associações os padres se baseiam no Código de Direito Canônico, que lhes faculta essa possibilidade. É o que afirma o padre Nilo Buss, assessor da CNBB em Brasília no setor Vocações e Ministérios, em entrevista concedida com exclusividade para O São Paulo.

Padre Nilo, o que vem a ser exatamente uma associação de padres e onde encontrar referências escritas e práticas?

Hoje existe cada vez mais, mesmo na Igreja, uma tendência de grupos de pessoas a se associarem, para buscar maior convivência, conhecimento e clareza diante da missão, isto é, para somar forças diante de um trabalho comum. A partir do Vaticano II foram criados diversos organismos e outros recomendados para que presbíteros, bispos, diáconos ou leigos tenham seu lugar de articulação e possam melhor levar a efeito a missão que têm para cumprir.

A partir dessa perspectiva várias associações estão se criando e organizando. No Brasil existem três dioceses com suas associações já definidas e em funcionamento. Uma em Toledo, Paraná; outra em Tubarão, Santa Catarina, que é minha diocese e onde estou associado à *Aspredit* (Associação dos Presbíteros da Diocese de Tubarão), e recentemente foi criada a associação na arquidiocese de Florianópolis, também em Santa Catarina.

A possibilidade de formar associação encontra-se no Código de Direitos Canônico, para permitir aos presbíteros que sejam mais presbíteros na vivência de sua missão, no seu trabalho e na sua responsabilidade com os bispos.

Nas três dioceses citadas, como os bispos receberam a iniciativa dos padres de formarem suas associações?

Sobre a diocese de Toledo, cuja associação conta já com três anos de funcionamento, não tenho maiores informações de como aconteceu a organização e como o bispo se sentiu diante dela. Conheci apenas os esta-

tutos, que foram apresentados recentemente no Encontro Regional de Presbíteros do Sul II. Quanto a Florianópolis, a associação foi criada há três ou quatro meses. Soube por um padre que integra essa associação que, inicialmente, o bispo tinha algumas interrogações mas não impediu seu processo de formação. Em relação a Tubarão, acompanhe concretamente os primeiros passos, mas depois me ausentei para trabalhos fora da diocese.

A associação, entretanto, brotou naturalmente, a partir de uma caminhada de sínodo implantada em Tubarão.

Foi distribuído um amplo questionário que circulou em todas as paróquias e comunidades. Todos puderam se manifestar sobre a diocese. Cristãos engajados ou não manifestaram-se ainda sobre os padres e a vida dos presbíteros. Houve diversas referências às carências, omissões, falta de articulação e de unidade dos padres, o que levou o presbitério a fazer um exame de consciência sobre o exercício de sua missão diante da caminhada da diocese. A associação surgiu, então, como a melhor forma dos presbíteros se encontrarem para enfrentar os grandes vazios e lacunas quanto à articulação e caminhada de conjunto e assim trabalhar e cultivar o todo da pessoa do padre e o exercício do ministério presbiteral.

Presbitério, associação e conselho de presbíteros, como ficam essas três realidades?

Às vezes dá a impressão que a associação poderia ocupar espaços, responsabilidades, atribuições ou tare-

## já começa a ser

O padre Nilo, com 40 anos de idade e 12 de sacerdote, é associado *Aspredit* (Associação dos Presbíteros da Diocese de Tubarão), de Santa Catarina. Pertence à diocese de Tubarão e há cerca de um ano e meio está residindo em Brasília, onde trabalha juntamente com dom Jaime Chemello, bispo de Pelotas, (RS) e responsável pela linha 1.

## realidade

Segundo o padre Nilo a associação pode dar uma nova força à ação do conselho de presbíteros e nela os padres se sentem mais autonomamente organizados para enfrentar a multiplicidade dos desafios do dia-a-dia. Presente no "Paulistão Presbiteral", o padre Nilo afirmou não ver urgência na criação de uma associação a nível de arquidiocese paulistana ou mesmo a nível de regiões episcopais.

fas próprias de um conselho de presbíteros. Acredito, porém, que a associação pode vir a dar uma nova força à ação do conselho presbiteral. Os conselhos presbiterais são, por vezes, um grupo de presbíteros, alguns escolhidos ou indicados pelo bispo e que estão mais diretamente envolvidos com ele, para ajudá-lo a discernir sobre certas opções que precisam ser assu-

midas na diocese, em relação à vivência, à vida dos presbíteros, ao reordenamento deles e à sua redistribuição nos quadros das paróquias. Na associação, os presbíteros se sentem mais autonomamente organizados para enfrentar a multiplicidade dos desafios do dia-a-dia, que precisam de respostas imediatas. Uma associação é para encaminhar as solicitações e en-

frentar situações delicadas que nem sempre o conselho de presbíteros, devido a ser reduzido e nem sempre ser o espaço de decisão que manifeste significativamente o desejo de todo um presbitério, pode resolver com certa rapidez. A associação, sem entrar em confronto com o bispo diocesano, une os presbíteros e ajuda a resolver com maior dinamicidade, a partir dos associados, questões que lhes dizem referência.

**Então a associação não substitui o conselho de presbíteros?**

Não, não o substitui. É possível que algumas tarefas que deveriam ser assumidas pelo conselho de presbíteros venham a ser realizadas pela associação, isto por omissão, inconsciência ou por uma caminhada de prática. É por isso que, às vezes, dá a impressão que a associação desempenhe uma função de suplência.

**A associação de presbíteros não tem, portanto, muita influência em nível de decisão na diocese. Seria uma entidade que daria maiores benefícios aos padres?**

A associação dos presbíteros não intervém junto aos bispos e não os pressiona sobre transferências, opções pastorais etc. É, portanto, um organismo próprio de articulação dos presbíteros. A associação leva ao bispo e ao Conselho de presbíteros certos desejos, vontades, aspirações do presbitério como um todo, sobre os quais deveriam ser assumidas determinadas posições. Ela não substitui, em termos decisórios, um conselho de presbíteros, mas é uma articulação própria dos presbíteros, cuja tarefa é a de olhar para a vida, como um todo, dos presbíteros. Ela não se imiscui em questões próprias da res-

ponsabilidade episcopal com o seu conselho presbiteral, isto é, não toma decisões administrativas ou pastorais na diocese. As associações que conheço, quanto ao que rezam os seus estatutos, não pressionam, nem ocupam o lugar do conselho de presbíteros.

**Você vê possibilidades, pelo que aconteceu no 1º Encontro Estadual de Presbíteros, que na arquidiocese de São Paulo venha a ser criada uma associação?**

Não tenho bem presente toda a realidade e o nível de organização e articulação dos presbíteros na arquidiocese. Parece-me que existe, há muitos anos, uma fraternidade sacerdotal, a Fraternidade São Pedro, se não me engano. Também não conheço bem o alcance, por exemplo, do conselho de presbíteros na arquidiocese: o quanto tem presente a vida, como um todo, dos presbíteros. As associações são para ouvir um pouco o clamor dos presbíteros na sua vida afetiva, na necessidade de lazer, de momentos de fraternização, de partilha, de comunhão de vida, e não para se dedicarem a questões administrativas.

Desse modo, poderia haver um espaço, mas não consegui sentir muito aqui a urgência na criação de uma associação na arquidiocese de São Paulo ou nas regiões episcopais, embora perceba que existem bastantes interrogações e curiosidades. Alguns me pediram os estatutos das associações que já existem para poder perceber mais de perto o conteúdo das mesmas e, talvez, diante disso, tomar alguma decisão. Mas eu não percebo essa urgência neste Encontro Do Sul I, como percebi, por exemplo, no Encontro do Nordeste II, onde participei recentemente.

## Maioria das dioceses participa

O 1º Encontro Estadual dos Presbíteros do Estado de São Paulo, o "Paulistão Prebisteral" como foi chamado porque cinco padres de cada diocese podiam participar, reuniu cem presbíteros na qualidade de participantes.

O Paulistão Prebisteral realizado de 17 a 21 deste mês no Centro Mariápolis Araceli, município de Vargem Grande Paulista, distante 145 Km de São Paulo, contou ainda com a participação de seis assessores (os padres Nilo Buss, Dagoberto Boim e Arnaldo Beltrami, todos da CNBB; o padre João Batista Libânio, Francisco Whitaker Ferreira e Joelmir Beting), dois convidados para testemunhos (padre Luís Benedito Pesoto e dom Angélico Sândalo Bernardino) e dom Paulo Evangelista Arns, arcebispo de São Paulo.

O clero diocesano participou do Paulistão com 75 padres e o clero religioso, com 25.

Das 39 arquidioceses, dioceses e regiões episcopais do Regional Sul I da CNBB, 30 estiveram presentes. Faltaram representantes das dioceses de Bragança Paulista, São José do Rio Preto, Jaboticabal, Franca, Lorena, São José dos Campos e Taubaté. Das nove regiões episcopais da Arquidiocese de São Paulo, apenas as regiões Lapa e Santana não mandaram representantes.

55% dos participantes foram ordenados padres a partir de 1980 e 53% dos padres presentes no Encontro tinham menos de 40 anos de idade.

Década	Nascimento	Ordenação
1910	02%	
1920	04%	
1930	21%	
1940	20%	02%
1950	45%	11%
1960	08%	15%
1970		17%
1980		55%
total	100%	100%

29. Okt. 1988 *FLP*

Luciano Mendes de Almeida

## A vida do povo vale mais

A Presidência e o Conselho Pastoral da CNBB publicaram ontem uma nota concisa sobre o momento atual: "A vida do povo merece o nosso sacrifício".

Qual é a intenção da nota? Os bispos, diante da situação difícil do país, desejam, confiando em Deus, somar com os que acreditam na superação da crise nacional por meio de indispensáveis transformações sociais. O Brasil tem solução.

Faz-se apelo às reservas morais do povo, principal agente de transformação, que tem dado provas de saber se organizar e participar, de modo consciente na promoção do bem comum. O exercício de direitos e deveres como expressão de cidadania participativa é a característica mais forte do processo democrático. Isto é possível porque existe o novo texto constitucional, que regula e favorece o conjunto de atuações políticas do povo organizado.

Cabe ao Estado assegurar as condições para que o povo possa descobrir e explicitar as justas aspirações que decorrem da dignidade da pessoa humana. Têm caminhado muito as organizações populares na consciência da cidadania, no constante aprendizado de condições adequadas de vida e na certeza de que o processo participativo é fundamental no modelo democrático da sociedade.

Como prosseguir nessa caminhada? A nota reafirma que a sociedade brasileira está convocada para garantir a aplicação da nova Constituição, e convergir, com urgência, para um programa nacional, com metas concretas e indicação de meios eficazes para consegui-las. É indispensável que todos colaborem, superando o desânimo e desilusões. A solução não está na frequência das greves, embora justas, nem —é claro— na brutalidade reprovável da repressão. Sem solidariedade não haverá mudanças. É preciso que todos se assentem à mesa, organizações e sindicatos, trabalhadores e empresários, para, no diálogo franco e objetivo, encontrarem caminhos viáveis no momento.

No esforço comum todos temos que contribuir. O povo mais simples já tem sido obrigado a dar larga cota de sacrifícios, mas, na medida em que perceber a seriedade do programa nacional, saberá encontrar, no mais fundo de si, reservas morais para colocá-las a serviço do bem comum, com o devotamento próprio às grandes causas. Os grupos abastados da sociedade terão, no entanto, que colaborar não só com a renúncia a privilégios e mordomias, mas com gestos mais significativos de verdadeiro patriotismo em bem dos mais pobres, abdicando a investimentos financeiros fáceis e lucrativos para investir na criação de trabalho com remuneração condigna.

Poderá isso acontecer? A nota da CNBB insiste fortemente na solidariedade. As baleias bloqueadas no gelo atraíram a colaboração do mundo inteiro. Para salvar dois animais fez-se grandes sacrifícios. Que fazemos pela vida do povo que vale muito mais? Temos que vencer o egoísmo oportunista, o apelo a governos autoritários e a messianismos e a todo retrocesso democrático para concentrar esforços no programa que proporcione entendimento nacional e a promoção de condições dignas de vida para a população mais sofrida. A vida do povo merece o nosso sacrifício.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

ESTADO DE S. PAULO 30/10/88

## Vaticano preocupa evangélicos

INDAIATUBA — O Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), que realiza desde sexta-feira a sua segunda assembleia geral em Itaici, no município paulista de Indaiatuba, vê com preocupação as medidas restritivas do Vaticano à atuação dos bispos católicos brasileiros identificados com a Teologia da Libertação. "Ao tentar calar a voz de certos setores da Igreja, o Vaticano prejudica a caminhada de milhares de irmãos católicos", comentou o secretário-geral do Clai, o pastor argentino Felipe Adolf, da Igreja Evangélica Congregacional. Para ele, as igrejas de todo o continente devem juntar forças nesse momento para combater a pobreza e a miséria na América Latina: "A exclusão da Igreja Católica nessa caminhada nos preocupa bastante".

A unidade das igrejas e a realidade social da América Latina são os principais pontos de discussão da assembleia geral do Clai, que reúne 137 representantes de igrejas evangélicas e organismos ecumênicos da América Latina, além de 250 observadores da Ásia, Europa e Estados Unidos. O encontro, que vai até o dia 2, é considerado o mais importante evento ecumênico realizado no Brasil nos últimos 30 anos. Ele vai definir a linha de atuação do Clai para os próximos seis anos (pe-



Maurilio Claretto/AE

Adolf: união contra pobreza.

riodo de realização de cada assembleia geral) e eleger uma nova junta diretiva, atualmente presidida pelo bispo metodista argentino Federico Pagura. O tema central do encontro é "A Igreja a caminho de uma esperança solidária".

"O Clai quer a unidade dos cristãos e assume hoje o desafio de mostrar que todos os latino-americanos são filhos do mesmo Deus", afirmou o secretário da entidade no Brasil, Sergio Marcos Pinto Lopes, pastor da Igreja Metodista. O Clai, fundado oficialmente em 1982 em Huampani, no Peru, representa as igrejas protestantes da América Latina. A Igreja Católica

Romana não faz parte, pois tem como órgão máximo de deliberação a Conferência Episcopal Latino-Americana (Celam).

Nesta assembleia, o Brasil está representado por 23 delegados das Igrejas Evangélicas de Confissão Luterana, Luterana do Brasil, Presbiteriana Independente, Presbiteriana Unida, Cristã de Confissão Reformada, Evangélica Congregacional do Brasil e Evangélica Árabe. Os católicos participarão como observadores, representados pelo cardeal de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, e dom Sinésio Bohn, responsável pelo setor de ecumenismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Felipe Adolf explicou que esta segunda assembleia geral será um "bom teste" para avaliar a posição atual das igrejas evangélicas em toda a América Latina. Apesar das diferentes teologias, ele acha que não deve haver divisão entre as igrejas. "As diferenças devem ser interpretadas como um fato positivo, como contribuições ricas aos outros irmãos", argumentou Adolf. Várias igrejas pentecostais participam do Clai em outros países, mas no Brasil ainda não houve essa aproximação com a entidade. "Estamos iniciando um diálogo nesse sentido", ressaltou o metodista Sergio Lopes.

23. Nov. 1988

## CNBB discute atuação pastoral na área política

Da Reportagem Local

A conjuntura pós-eleitoral brasileira e a intensificação da Pastoral Política em todo o país são alguns dos temas da reunião do Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), iniciada ontem em Brasília.

Preocupada com a educação política do eleitorado brasileiro, a Igreja decidiu criar setores especializados, em sua estrutura pastoral, especificamente para o debate sobre a política (inclusive partidária) na perspectiva cristã. Decidiu também priorizar a formação de militantes cristãos para a atuação política.

O Conselho Permanente é o segundo organismo mais importante da conferência episcopal católica, depois da assembléia geral, que reúne todos os bispos brasileiros.

(DA)

## CNBB recebe documento em que D. Waldir apóia greve

25/11/83  
77

BRASÍLIA — A Igreja apóia as greves. “É um modo de proceder que a doutrina social reconhece como legítimo”, essa foi a argumentação utilizada por Dom Waldir Calheiros, bispo de Volta Redonda, Estado do Rio, ao apresentar o dossiê *Greve na Companhia Siderúrgica Nacional — Assassinato de três trabalhadores*, durante a 21ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que se encerra hoje em Brasília.

O dossiê reúne depoimentos de trabalhadores que participaram da greve de 17 dias na Siderúrgica, que chegou ao fim anteontem com a aprovação da contra-proposta do governo, notas distribuídas à população pela Pastoral Operária, reportagens publicadas nos principais jornais do país e o testemunho do próprio bispo, convidado pelo presidente da empresa, Juvenal Osório Gomes, para ser o interlocutor dos grevistas. No entanto, Dom Waldir Calheiros, bispo de Volta Redonda há 22 anos, afirma que tenha sido chamado para conversar “quando já havia mortos”. De qualquer modo, acredita Dom Waldir, “a mediação não foi do bispo e sim do sangue dos operários, que tomaram consciência da força do direito de greve”.

De acordo com as informações levantadas pelo bispado de Volta Redonda, foram 3 mil os soldados do Exército que invadiram a Siderúrgica, e “muitos deles estavam numa fúria selvagem”. O conflito começou com a agressão de um operário por um sargento, conforme o dossiê, e imediatamente iniciou-se o tiroteio, resultando na morte de três trabalhadores e ferimentos em 20 deles.

— Alguns companheiros, ao se aproximarem da aciaria, ouviram gritos de “é civil, atirem nele”. Foram brutalmente apanhados de surpresa ao retornarem do refeitório após o jantar. Esse é o testemunho de um operário da Siderúrgica identificado como S. Marques.

Fernando Luís Ribeiro, que participou da manifestação de solidariedade aos grevistas, morador de Volta Redonda, fraturou o braço e teve cortes na perna quando os soldados dispersaram os grupos em frente à Siderúrgica. Ele conta:

— O que aconteceu foi uma arbitrariedade do governo Sarney para com o povo brasileiro. Ele rasgou a Constituição. Cumpri-la seria a atitude certa e correta.

Um dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos, Vanderlei Barcelos, afirmou que “falar em tiro por parte dos operários é uma aberração. Nós revidamos tiros de fuzil com pedras e pedaços de pau”.

O bispo de Volta Redonda também denuncia no dossiê que “o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, aprovou a ocupação da Siderúrgica e depois justificou o ataque dizendo que era a mando do general Lopes da Silva”. Sobre o Presidente da República no episódio, o dossiê diz que “Sarney, totalmente desinformado e perdendo o bom senso mínimo, responsabilizou, em conversas particulares, a CUT, e a acusou de querer desestabilizar o regime”.

Também não faltam críticas à atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda: “Os atuais dirigentes do sindicato são todos candidatos a prefeito ou vereador pelo PDT (o dossiê foi preparado antes das eleições do dia 15), e isso marca inevitavelmente a atuação do sindicato. Nas assembleias a palavra fica sob controle do sindicato; não tem voz discordante que possa se expressar, nem debate para discutir as propostas e decisões.”

O documento também menciona nota distribuída pela Pastoral Operária de Duque de Caxias afirmando que “o que estamos vendo com esses acontecimentos é um governo fraco que se sustenta pelas armas: o Exército dirige camufladamente este país”.

Dom Afonso Gregory, bispo de Imperatriz, no Maranhão, comentou o dossiê apresentado à 21ª Reunião afirmando que “os episódios de Volta Redonda são lamentáveis, sobretudo porque os operários nem reivindicavam aumento, apenas reposição salarial”. Para Dom Afonso Gregory, “a única saída para o país é dar continuidade ao processo constitucional, que não se encerrou com a aprovação da Constituição; ainda faltam as leis complementares e construir um pacto social com maior participação dos trabalhadores”.

## Cardeal critica governo no palácio

BRASÍLIA — “Promessa”. Foi o que o cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, recebeu ontem do ministro Ronaldo Costa Couto, na condição de Ministro do Trabalho, para interceder junto ao governador de São Paulo, Orestes Quércia, no sentido de que reveja as demissões dos metroviários durante a última greve da categoria. Mesmo com a promessa, Dom Evaristo, ao deixar o gabinete do ministro, no Palácio do Planalto, criticou o comportamento do governo em relação às últimas greves no país.

— Fiquei muito decepcionado com o tratamento dado aos trabalhadores de Volta Redonda. Não esperávamos que o governo agisse assim, até porque é contra a nova Constituição — observou Dom Paulo, cobrando do Congresso Nacional a regulamentação

imediate do Direito de greve assegurado na Carta promulgada dia 5 de outubro.

Dom Paulo foi ao Palácio do Planalto, acompanhado do presidente do Sindicato dos Metroviários da capital paulista, Paulo Otávio Azevedo Júnior, pedir a Costa Couto que interceda junto ao governador Orestes Quércia para que sejam revistas as 357 demissões de funcionários do Metrô de São Paulo, em função da greve de início do mês.

Na opinião de Dom Paulo Evaristo, o governo federal terá que levar em consideração o resultado das urnas do dia 15 e modificar sua forma de agir em relação aos trabalhadores. “O governo há de tomar em consideração que o trabalhador em toda a parte protestou”, afirmou o Cardeal.

# CNBB critica ação de tropa na CSN

BRASÍLIA — A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou ontem documento criticando a intervenção do Exército na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, que causou a morte de três operários e deixou vinte pessoas feridas. "Não podemos aprovar o uso da violência para resolver tensões sociais", afirma o documento, intitulado *Carta à Igreja de Volta Redonda*.

"O Conselho Permanente da CNBB, reunido em Brasília, tomando conhecimento dos dolorosos acontecimentos de Volta Redonda, fundamentos que comoveram profundamente todo o país, não pode omitir uma palavra de apoio aos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional, feridos em sua dignidade, as famílias enlutadas, ao povo e, de modo especial, à Igreja de Volta Redonda e ao irmão no episcopado, que assumiu, com tanto desvelo, a missão de mediador para encontrar solução conveniente", diz a nota, assinada pelo presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes, e



Volta Redonda, RJ — Olavo Furlino

## A atuação de Dom Waldyr foi elogiada no documento

endereçada ao bispo de Volta Redonda, Dom Waldyr Calheiros.

O apoio oficial da CNBB a Dom Waldyr Calheiros reveste-se de especial importância pelo fato de o bispo de Volta Redonda ter anteriormente apresentado ao Conselho Permanente da entidade o contundente dossiê *Greve na Companhia Siderúrgica*

*Nacional — assassinato de três trabalhadores*, que, a partir de vários depoimentos de operários, acusa os 3 mil soldados que invadiram a CSN de estarem "numa fúria selvagem".

O dossiê de Dom Waldyr também denuncia que "o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves,

aprovou a ocupação da siderúrgica e depois justificou o ataque dizendo que era a mando do general Lopes da Silva" e critica o presidente José Sarney, que, "totalmente desinformado e perdendo o bom senso mínimo, responsabilizou, em conversas particulares, a CUT, e a acusou de querer desestabilizar o regime".

Na carta de apoio ao bispo de Volta Redonda, a CNBB diz que "apreciamos sua atuação durante os acontecimentos, dando um testemunho de pastor disposto a dar a vida pelas suas ovelhas". A entidade declarou-se profundamente tocada pelas palavras de Dom Waldyr Calheiros, pronunciadas durante a 21ª reunião ordinária do Conselho Permanente: "Dizer sempre não ao ódio, mas manter viva a firmeza na busca da justiça", e "dizer não à vingança, mas perseverar na esperança".

O documento da CNBB termina com uma mensagem especial aos operários de Volta Redonda: "Uma palavra de solidariedade e de esperança na construção de um mundo do trabalho mais justo e fraterno".

26. Nov. 1988

PA

## Luciano Mendes de Almeida Ética e cidadania

Terminou ontem a reunião do Conselho Permanente da CNBB. Foram dias de convívio distendido e fraterno. Compete aos 26 membros deste colegiado escolher o tema para a assembléia anual dos bispos católicos, em abril de 1989. Em várias sessões foram analisadas as propostas dos regionais, focalizando entre outros o novo impulso a ser dado à liturgia, às urgências de uma pastoral urbana, a pastoral da família e o tema da "nova ordem institucional no Brasil".

Qual foi o tema escolhido?

As questões referentes a família e a pastoral urbana merecerão especial tratamento nas reuniões regionais e nas dioceses, mas não hão de figurar na pauta preparatória da próxima assembléia. Quanto à liturgia já existe um texto em estudo, há um ano, nas dioceses. Decidiram os bispos que na próxima assembléia seja aprofundada a vida litúrgica que continuará depois suscitando a contribuição nas comunidades. É fundamental para a Igreja a constante renovação espiritual, o zelo pelo culto divino, a oração pessoal e comunitária e, especialmente, a celebração da eucaristia.

No entanto, a opção dos bispos para o tema central recaiu sobre a nova ordem institucional no Brasil, considerada sob a perspectiva das exigências éticas. Com efeito, o momento brasileiro requer uma especial atenção de todos, não só para a elaboração das leis, mas para a superação dos confrontos pessoais e a busca de melhores condições de vida para o povo brasileiro. Pertence à missão da Igreja o zelar pelas exigências éticas que decorrem do reconhecimento da dignidade da pessoa humana.

A mensagem cristã ilumina o comportamento individual e a convivência social com intensa clareza e vigor. É suficiente lembrar a posição firme quanto ao direito à vida desde o primeiro momento da concepção, a defesa do nascituro, o respeito à instituição familiar e a insistência na dimensão espiritual do amor humano, diante da mentalidade materialista que induz ao egoísmo e à injustiça. A mesma luz da doutrina cristã permite perceber melhor os ditames da consciência, retamente formada, nas questões do direito ao trabalho, à educação e saúde. Ilumina ainda as exigências de justiça social no uso da terra e no direito à moradia e liberdade indispensável ao exercício pleno da cidadania. A compreensão do primado da sociedade sobre o Estado deverá, no entanto, levar também a progressiva recuperação do mesmo Estado, indispensável para a ordem e o bem comum em sua nova matriz democrática.

Não se trata, apenas, de elaborar na próxima assembléia dos bispos uma lista pormenorizada de direitos e deveres e que permitam o aperfeiçoamento das leis ainda em elaboração. Espera-se mais do que isso. A Igreja tem a missão de contribuir para a conversão da consciência pessoal e da moralidade pública, despertando confiança na capacidade que temos de respeitar a verdade, buscar o bem, e vencer o alijamento das formas de cobiça, hedonismo e violência.

É preciso acreditar nas reservas morais da pessoa humana e na graça de Deus.

A próxima assembléia de Itaiçara começa já a ser preparada. Dioceses e comunidades vão refletir e rezar, procurando entrar num processo de revisão do próprio comportamento para poder melhor participar na transformação da sociedade brasileira. As novas leis, os esforços para superar o impasse econômico e conflitos sociais, o acordo nacional entre as forças representativas, tudo isso será possível se houver respeito às exigências éticas.

A reunião dos bispos em Brasília, escolhendo o tema: "Exigências éticas e nova ordem institucional", marca a vontade decidida da Igreja de colaborar na superação da crise, pelo lado mais difícil. Isto equivale, no entanto, a apostar na esperança.

O verdadeiro pacto social torna-se possível a partir do momento em que assumirmos, em conjunto, as exigências da dignidade da pessoa humana.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

# A história da escabrosa carta de Puebla

D. LUCIANO CABRAL DUARTE

28. NOV. 1988  
FHO

Durante a 2ª Conferência Episcopal Latino-Americana, realizada em Puebla (México), de 29/01/79 a 13/02/79, da qual nasceu o importante "Documento de Puebla", que trata da "evangelização no presente e no futuro da América Latina", ocorreu um escândalo.

A conferência durou 17 dias. Nela trabalharam mais de 200 bispos. Deram-lhe cobertura publicitária cerca de 300 jornalistas, de todos os continentes. No quarto dia de trabalho da conferência, "o melhor e mais concorrido jornal mexicano, 'Uno Más Uno', como o define Frei Betto ('Diário de Puebla', 1979, pág. 80) publicou "uma cópia da carta que d. López Trujillo enviou ao arcebispo de Aracaju, d. Luciano Duarte" (o.c. ibidem).

Da citada epístola, frei Betto destaca vários tópicos, no citado livro.

Releva, em primeiro lugar, que o mons. Trujillo, então arcebispo de Medellín, em seu escrito alertava o prelado do Nordeste brasileiro, a respeito da eleição do Celam que ia ter lugar, logo depois, em Los Teques (Venezuela), em março de 1979, para a renovação dos quadros daquela instituição. Durante Puebla, o mons. Trujillo era secretário-geral do Celam e d. Luciano Duarte era o presidente do Departamento de Ação Social do mesmo Celam.

O grito de alarme era um tanto assustado. Mons. Trujillo diz ao seu colega brasileiro que não se poderia chegar às eleições, "como sempre perigosas, sem plataforma ideológica e sem programas concretos e

maduros". E lhe envia um conselho: "Prepara, pois, teus aviões e bombardeiros! Te necessitamos, mais do que nunca, nas melhores condições". Logo eu, pobre de mim, sempre tão cordato e conciliador...

Prossegue frei Betto: "Em seguida, d. Trujillo se refere a conversas que teve em Roma, com d. Aloísio Lorscheider e com o cardeal Landázuri (de Lima, Peru) sobre as 'conclusões que estão emanando da opção desconcertante de Leonardo Boff'." E d. Trujillo continua: "Me disse d. Aloísio Lorscheider que a conferência episcopal do Brasil (CNBB) estaria preparando uma espécie de advertência a Leonardo Boff. Oxalá isso ocorra" (o.c., pág. 81).

Na realidade, digo eu, d. Aloísio Lorscheider nunca pensou seriamente em advertir o referido franciscano. Esse frade é de um irredentismo incurável. E d. Aloísio costuma dizer a seu respeito: "Leonardo Boff foi meu aluno e é um bom menino"...

A famosa carta que analisamos encerra também um juízo de d. Trujillo sobre o sr. cardeal Paulo Evaristo Arns. Eu não tenho nada a dizer sobre esta opinião, estritamente pessoal.

Agora, eis o nosso frei Betto que escreve: "A carta termina com uma ironia que se fez realidade. Escreve d. Trujillo a d. Duarte: —'Se me fuzilam, não deixarás de fazer-me um epitáfio. Te sugeriria, simplesmente, estas idéias: 'Lutou e caiu'."

Pelo visto, frei Betto é um mau profeta. E mesmo (digo-o com uma

ponta de afeição) um falso profeta. Pois escreveu: "É visível o abatimento em que se encontra d. Trujillo, sobretudo tendo em vista sua intenção —já descartada— de ser candidato a presidente do Celam na eleição de março" (o.c. pág. 82).

Ora, leitores, que aconteceu? Dois meses depois de Puebla, os 52 "diretivos" do Celam, representando toda a América Latina, se reuniram em Los Teques, na Venezuela. Em eleição livre e secreta, elegeram d. Trujillo para presidente do Celam e este modesto escriba para o cargo de 1º vice-presidente do mesmo Celam.

Estava dada a resposta à ignomínia da "escabrosa" carta de Puebla.

Quando sucessos mal-sucedidos, dentro da Igreja, vêm a público, os católicos entram na nuvem da perplexidade. Por isto, em casos que tais, costume calar-me. O que fiz, até hoje. Mas, julgo que, neste momento, chegou a hora da verdade. Não somente a manobra abominável dos "progressistas" ganhou, na ocasião de Puebla, as manchetes de todos os jornais importantes dos cinco continentes, como, ainda hoje, frequentemente, os adeptos da Nova Igreja Anti-Romana, no Brasil, ao falarem em meu nome ou escreverem sobre mim (que honra!) fazem uma velada e perversa alusão à famigerada carta.

Pois aqui está a verdade toda. Não, eu não sou dono da verdade. Nem eu, nem ninguém. A verdade é

dona dela mesma. E exige ser respeitada.

A imoralidade do "affair" não está no conteúdo da epístola. Pois cada pessoa tem o direito de escrever o que pensa. A ignomínia asquerosa deste assunto está é nas manobras antiéticas dos que maquinaram o falso escândalo. Aqui vão os fatos. O Celam tinha, em 1979, em sua sede em Bogotá, um funcionário que era um ex-guerrilheiro, supostamente arrependido, vindo de outro país. Hoje se sabe, com certeza moral, que ele foi quem roubou a fita gravada, onde d. Trujillo deixara uma carta para mim, a fim de que sua secretária a copiasse à máquina. A fita roubada foi levada ao México. A carta é escrita em dezembro de 1978. Os "progressistas" a levaram ao México e ali a entregaram ao jornal mais lido e mais anticlerical do país: "Uno Más Uno". No dia 1º de fevereiro de 1979, o periódico estampou, ruidosamente, o documento.

E agora, o mais grave: a Conferência de Puebla se realizou no seminário daquela cidade, em recinto fechado, ao qual só se tinha acesso depois de vencer-se um forte controle. Naquela lastimável manhã de 1º de fevereiro de 1979, eu vi bispos e sacerdotes assessores brasileiros, todos "progressistas", distribuindo a famosa carta entre os bispos participantes da Conferência...

## CNBB critica ação de tropa na CSN

BRÁSILIA — A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou ontem documento criticando a intervenção do Exército na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, que causou a morte de três operários e deixou vinte pessoas feridas. "Não podemos aprovar o uso da violência para resolver tensões sociais", afirma o documento, intitulado *Carta à Igreja de Volta Redonda*.

"O Conselho Permanente da CNBB, reunido em Brasília, tomou conhecimento dos dolorosos acontecimentos de Volta Redonda, acontecimentos que comoveram profundamente todo o país, não pode omitir uma palavra de apoio aos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional, feridos em sua dignidade, às famílias enlutadas, ao povo e, de modo especial, à Igreja de Volta Redonda e ao irmão no episcopado, que assumiu, com tanto desvelo, a missão de mediador para encontrar solução conveniente", diz a nota, assinada pelo presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes, e

Volta Redonda, RJ — Olavo Rufino



A atuação de Dom Waldyr foi elogiada no documento

endereçada ao bispo de Volta Redonda, Dom Waldyr Calheiros.

O apoio oficial da CNBB a Dom Waldyr Calheiros reveste-se de especial importância pelo fato de o bispo de Volta Redonda ter antecedido o apresentado ao Conselho Permanente da entidade o contundente dossiê *Greve na Companhia Siderúrgica*

Nacional — assassinato de três trabalhadores, que, a partir de vários depoimentos de operários, acusa os 3 mil soldados que invadiram a CSN de estarem "numa fúria selvagem".

O dossiê de Dom Waldyr também denuncia que "o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves,

aprovou a ocupação da siderúrgica e depois justificou o ataque dizendo que era a mando do general Lopes da Silva" e critica o presidente José Sarney, que, "totalmente desinformado e perdendo o bom senso mínimo, responsabilizou, em conversas particulares, a CUT, e a acusou de querer desestabilizar o regime".

Na carta de apoio ao bispo de Volta Redonda, a CNBB diz que "apreciamos sua atuação durante os acontecimentos, dando um testemunho de pastor disposto a dar a vida pelas suas ovelhas". A entidade declarou-se profundamente tocada pelas palavras de Dom Waldyr Calheiros, pronunciadas durante a 21ª reunião ordinária do Conselho Permanente: "Dizer sempre não ao ódio, mas manter viva a firmeza na busca da justiça", e "dizer não à vingança, mas perseverar na esperança".

O documento da CNBB termina com uma mensagem especial aos operários de Volta Redonda: "Uma palavra de solidariedade e de esperança na construção de um mundo do trabalho mais justo e fraterno"

NACIONAL

# Conselho CNBB

2-12-88

## Permanente prepara 27ª Assembléia

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil reuniu-se em Brasília, de 22 a 25 últimos, para preparar a Assembléia Geral da CNBB, encaminhar resposta sobre as conferências episcopais e projetar os 500 anos de evangelização no Brasil.

O Conselho Permanente da CNBB reuniu 71 participantes, entre bispos, assessores e representantes de organismos internacionais, para tratar, principalmente, da 27ª Assembléia Geral do Episcopado Brasileiro. Outros 13 assuntos foram abordados pelo Conselho, que inclui a Presidência, a Comissão Episcopal de Pastoral e os presidentes dos Regionais.

A Assembléia dos Bispos, a realizar-se em Itaici, de 5 a 14 de abril de 1989, deverá tratar os valores éticos e a nova ordem institucional. A Igreja vai expor seu pensamento sobre os valores morais da vida, convivência humana, cidadania, família, serviço público, honestidade, verdade, mostrando "qual deve ser a alma da nova ordem constitucional que o Brasil começa a viver. Não bastam apenas leis, são necessários valores novos", declarou dom Antonio Celso Queiroz, secretário geral da CNBB e bispo auxiliar da Região Ipiranga.



Foto: Douglas Mansur

Dom Celso: a Igreja deve expor a "alma" da nova ordem.

### Projeto "Evangelização 2000"

O projeto "Evangelização 2000" foi objeto de reflexão e não de decisão. O Conselho Permanente deseja acompa-

nhar essa evangelização, para que se integre na caminhada evangelizadora da Igreja no Brasil e não exclua a dimensão social da realidade brasileira, como já adiantara O São Paulo,

em sua edição anterior.

Os bispos propuseram o projeto dos "500 anos de evangelização do Brasil" (1492-2000), celebrando os "500 anos de evangelização da América La-

tina" (1492-1992) e os "2000 anos de Jesus Cristo", na última década deste milênio.

O Conselho Permanente vê perigo no paralelismo do projeto, que não está integrando-se, em algumas dioceses", na pastoral do conjunto e no objetivo geral da Ação da Igreja no Brasil, que enfatiza o lado comunitário, participante e social da evangelização, dentro do serviço da solidariedade, do anúncio da Palavra de Deus e da celebração da fé.

O projeto do **Semanário Católico Nacional** será tema de deliberação na próxima assembleia em Itaiaci, a partir da consulta que está sendo feita pelo secretário geral da Conferência em todas as dioceses, desde o mês de outubro. As igrejas deverão responder a três questões, sobre a viabilidade da criação de um jornal nacional, do compromisso com um número mínimo de assinaturas e da possibilidade de adquirir cotas da empresa jornalística a ser constituída.

#### Conferências episcopais

O Conselho Permanente da CNBB deu o encaminhamento final à consulta feita pelo Vaticano sobre o "status" teológico e jurídico das conferências episcopais. A presidência da Conferência redigirá uma síntese das observações encaminhadas por quase todos os Regionais e alguns bispos, que enviará à Congregação dos Bispos em Roma.

Os bispos aprovaram dez

propostas, sugeridas por dom Aloísio Lorscheider, e fizeram os seguintes pedidos à Santa Sé, a partir do texto-consulta:

1) aprofundar a colegialidade afetiva e efetiva; 2) aprofundar o relacionamento entre o teológico, o jurídico e o pastoral; 3) aprofundar o papel social, crítico e profético das conferências episcopais no mundo de hoje; 4) aprofundar o consenso, como sinal de comunhão; 5) estudar o "status" teológico dos bispos auxiliares na Igreja; 6) estudar o "status" teológico dos bispos eméritos nas conferências episcopais; 7) desenvolver a parte histórica, o sentido e a práxis das conferências episcopais, como expressão de colegialidade e comunhão; 8) valorizar a atuação das conferências em circunstâncias graves de países, em que dificilmente atuariam bispos isolados; 9) colocar em evidência a função magisterial das conferências; 10) fazer nova consulta, sem pressa, com texto que inclua as contribuições de todas as conferências do mundo.

#### Liturgia

O novo impulso à vida litúrgica será o tema em destaque na próxima Assembleia dos Bispos. O texto sobre o assunto está sendo aprofundado nas bases de todas as dioceses do país e será reescrito com as contribuições que chegarem à CNBB até o final de dezembro. De Itaiaci deverão sair orientações gerais sobre a liturgia e orientações pastorais sobre a missa.

## Para Igreja, candidatos católicos

DERMI AZEVEDO  
Da Reportagem Local

A participação maciça de militantes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de outras pastorais como candidatos nas eleições de novembro último, é o principal saldo da atuação da Igreja na recente campanha política. Esta é a média das avaliações que começam a ser feitas em todos os setores da Igreja Católica no Brasil. O PT foi a opção da grande maioria dos candidatos católicos, mas eles também concorreram pelo PDT, PSDB, PSB e PMDB, entre outros partidos.

Outra constatação é a de que — pela primeira vez neste século — os candidatos católicos não participaram das eleições para promover teses corporativistas da Igreja, mas atuaram em função dos programas e plataformas de seus partidos políticos. Esta mudança é fundamental, segundo assessores eclesiais, uma vez que, entre os anos 30 e 60, o empenho da Igreja era o de eleger parlamentares de sua confiança, a título individual, utilizando os partidos apenas como instrumentos.

Para o arcebispo de João Pessoa (PB), d. José Maria Pires, "pouquíssimos foram eleitos, mas o

essencial é a consciência cada vez maior, na população mais simples, de que deve lutar para exercer o poder em benefício da maioria". Em João Pessoa, foi eleito um único vereador do PT, não ligado à Igreja. Mas 28 candidatos petistas no interior paraibano estão articulados com as pastorais católicas.

Na diocese baiana de Juazeiro, dois militantes das comunidades de base foram eleitos vereadores, pelo PT, no município de Campo Alegre de Lourdes e, em Juazeiro, foi eleito outro vereador das CEBs, pela legenda do PMC. Na opinião do bispo local, d. José Rodrigues de Souza, "o saldo geral das eleições foi positivo, em termos de participação das comunidades na campanha".

Na Baixada Fluminense, uma das regiões mais pobres do Brasil, participaram da última campanha cerca de 50 candidatos do PT e do PDT, ligados, direta ou indiretamente, às 220 CEBs da Igreja local e, segundo o bispo de Duque de Caxias (RJ), d. Mauro Morelli, nenhum deles foi eleito. Mesmo assim, destaca o bispo, os candidatos oriundos dos movimentos populares que tiveram mais votos são os que militam em pastorais da Igreja.

Afirmando que "só tem desilusão

quem tem ilusão", d. Mauro Morelli diz que o "relativo" insucesso eleitoral desses candidatos se deve aos altos índices de marginalização sócio-política na Baixada Fluminense, à exploração religiosa exercida "por grupos sectários" e ao "controle da política local pela oligarquia e pela corrupção". Além disso, destaca, a diocese vem trabalhando para organizar comunidades há apenas sete anos.

No Rio Grande do Sul, foram eleitos cinco prefeitos e 91 vereadores pelo PT, 40% dos quais ligados ao bloco "Articulação", hegemônico entre as tendências petistas. Para o bispo de Cruz Alta (RS), d. Jacó Hilgert, a Igreja gaúcha está empenhada "na conscientização dos cristãos de que devem participar da vida política".

Com base na prioridade que a Igreja no Brasil começa a dar à Pastoral Política, a perspectiva, segundo assessores eclesiais, é a de que um número cada vez maior de candidatos cristãos participem da política partidária. A escolha dos partidos não será determinada pela hierarquia, mas será decidida pelos leigos, a partir dos critérios definidos pelos dirigentes eclesiais.

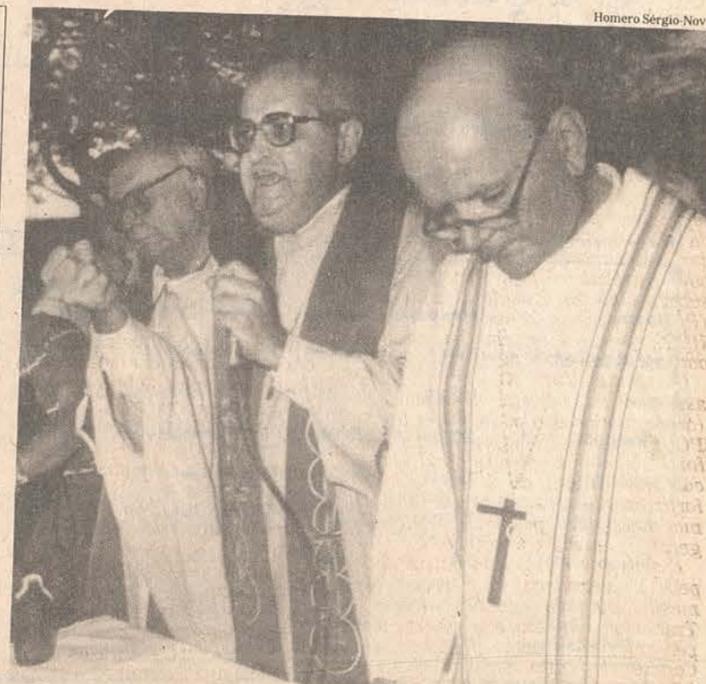
## licos se concentraram no PT

### CEBs elegem sete vereadores

Da Reportagem Local

Sete dos 16 novos vereadores do PT na Câmara Municipal de São Paulo foram eleitos com a colaboração direta ou indireta das comunidades eclesiais de base e de outras pastorais da Igreja Católica paulistana. Cinco novos vereadores receberam apoio direto dos setores e movimentos pastorais da Igreja paulistana: Francisco Whitaker Ferreira, Jucelino Silva Neto, Arselino Tatto, João Carlos Alves e Valfredo Ferreira. Esses cinco vereadores pertencem ao bloco da "Articulação".

Dois outros vereadores petistas — Adriano Diogo e Henrique Pacheco — receberam apoio indireto da Igreja, através dos militantes católicos petistas vinculados à tendência "Poder Popular e Socialismo" (PPS), liderada pelo deputado Eduardo Jorge. (DA)



O bispo do município de Duque de Caxias (Rio de Janeiro), d. Mauro Morelli

## CNBB discute em 89 a 18. Dez. 1988 FHP 'moral' da democracia

Da Reportagem Local

As exigências éticas da ordem institucional brasileira, com base na nova Constituição, e os "valores morais" a serem implementados no país, com o apoio da Igreja, serão os temas centrais da 26ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que será realizada de 5 a 14 de abril do próximo ano.

Entre os subtemas debatidos estarão os "valores morais da vida, da convivência humana, a cidadania, família, serviço público, a honestidade e a verdade", de acordo com os textos preparatórios que a CNBB começa a enviar aos bispos. Como resultado dos debates, a Igreja "pretende mostrar qual deve ser a 'alma' da nova ordem constitucional que o Brasil começa a viver". Os

bispos analisarão, também, a atuação da Igreja nas eleições presidenciais do próximo ano e a intensificação da pastoral política.

Nesta assembléia, a CNBB decidirá se a Igreja Católica terá ou não o seu jornal semanário nacional. Não existe consenso no episcopado sobre este tema. A decisão já deveria ter sido tomada em agosto último, mas a votação do conselho permanente (principal organismo da CNBB, depois da assembléia geral) terminou empatada e o assunto foi remetido para a assembléia de 89.

A média das opiniões dos bispos que defendem a criação do jornal é a de que a Igreja Católica Romana no Brasil "precisa" de um veículo impresso próprio para apresentar suas idéias e publicar informações, em contraposição ao noticiário religioso da grande imprensa.

# CNBB critica novos programas de evangelização dos EUA e Europa

Da Reportagem Local

A Igreja Católica no Brasil, através da CNBB, vê "com reservas" a implantação no país dos projetos carismáticos "Evangelização 2000" e "Lumen 2000", de iniciativa norte-americana e européia, por considerar que atuam "de forma paralela" à pastoral eclesial e excluem, em suas atividades, "a dimensão social gritante da realidade brasileira". Esta foi uma das conclusões do debate sobre o "Lumen 2000" realizado pelo conselho permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, no final do mês passado, em Brasília.

Os 26 bispos membros do conselho não tomaram, porém, qualquer decisão sobre esses projetos que dispõem de um fundo de 400 milhões de dólares para aplicar numa cruzada

mundial de evangelização, entre 1990 e 2000. Entre os simpatizantes desses projetos encontram-se os cardeais-arcebispos do Rio de Janeiro, d. Eugênio Sales, e de Brasília, d. José Freire Falcão, além do arcebispo de Belo Horizonte (MG), d. Serafim Fernandes, do setor de Comunicação Social da CNBB.

Entre os prelados que criticam os projetos, encontram-se os cardeais-arcebispos de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, e de Fortaleza, d. Aloísio Lorscheider. Os três membros da presidência da CNBB (d. Luciano Mendes de Almeida, presidente; d. Paulo Eduardo Andrade Ponte, vice-presidente; e d. Celso Queiroz, secretário-geral) também têm "reservas" quanto aos projetos, sobretudo por causa do grande volume de dinheiro a ser investido na cruzada evangelizadora.

A primeira medida limitando a atuação do "Lumen 2000" foi adotada, porém, no início desta semana, pelo arcebispo de Goiânia (GO), d. Antônio Ribeiro de Oliveira, que proibiu todas as atividades dos agentes desse projeto — e do seu parceiro, o "Evangelização 2000" — nas paróquias da capital goiana.

Um dos motivos da atitude de d. Antônio Ribeiro foi o funcionamento, em Goiânia, de uma das "escolas nacionais de evangelização", ligadas aos dois projetos carismáticos, sem sua autorização e conhecimento. Essas escolas visam, segundo os folhetos do "Evangelização 2000", preparar os agentes para a cruzada mundial evangelizadora. A CNBB tem na "evangelização libertadora", o principal objetivo de atuação, vendo as novas escolas como algo "paralelo" à sua atividade.

# CNBB quer consulta do Vaticano às conferências

22. Dez. 1988

Da Reportagem Local

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) está propondo ao Vaticano que realize uma nova consulta junto a todas as conferências episcopais católicas do mundo para aprofundar o debate sobre o papel jurídico e teológico desses organismos de coordenação pastoral. A CNBB também sugere ao Vaticano, em documento encaminhado há cerca de quinze dias, que seja aprofundado o relacionamento entre "a colegialidade afetiva e efetiva" dos bispos nos planos teológico, jurídico e pastoral, e que seja reforçado o "papel sócio-crítico-profético" das conferências dos bispos.

A CNBB pretende que a Cúria Romana reveja o papel dos bispos auxiliares na estrutura da Igreja (por considerar que eles têm uma

atuação canônica muito limitada) e a atuação dos bispos aposentados (também chamados de "eméritos") nas conferências episcopais. Esses bispos — como é o caso do antigo arcebispo de Olinda e Recife (PE), d. Hélder Câmara — não têm mais quaisquer direitos efetivos nas deliberações do episcopado.

Além do reforço à "colegialidade" episcopal, a CNBB propõe a continuidade da função "magisterial" (de ensino e orientação) das conferências episcopais "em circunstâncias especiais e graves", por entender que isto "difícilmente seria conseguido" pela atuação isolada dos bispos.

A revisão do papel das conferências é uma das prioridades no programa das Congregações vaticanas para a Doutrina da Fé e para os Bispos.

Apoio de Sarney  
29/12/88  
leva ao 'fracasso' W  
afirma CNBB

Da Reportagem Local

Uma eventual aliança política com o governo federal pode levar muitas candidaturas ao "fracasso eleitoral" na campanha do próximo ano à Presidência da República, por causa da "falta de credibilidade e de eficácia" do presidente José Sarney "para a solução dos desafios sociais" no país.

A avaliação é da Comissão de Assuntos Constitucionais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em artigo incluído na última edição do boletim "Notícias", da conferência episcopal brasileira. De acordo com a análise, preparada por assessores da CNBB, se perdurar a atual crise econômica, o quadro de candidatos "será formado somente por opositores, quer sejam realmente de oposição ou não".

Ainda para a CNBB, a eleição presidencial de 89, "por ser a primeira realizada em décadas, sempre pode gerar um ambiente de aparente polarização e radicalização". No entanto, prossegue a análise, "isto faz parte do jogo democrático", sendo necessário impedir que "ameaças autoritárias e saudosistas venham colocar em risco esse rico processo de construção da cidadania".

A análise política da CNBB acrescenta que "a vontade popular deve ser respeitada e garantida" nas eleições e destaca que "não será através da construção de cenários alarmistas e de insegurança que iremos construir o Brasil".

bibliothek  
180 17  
Institut für Brasilienkunde  
METTINGEN

Institut für Brasilienkunde